



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

Versão para registro histórico

Não passível de alteração

COMISSÃO ESPECIAL - PEC 287/16 - REFORMA DA PREVIDÊNCIA			
EVENTO: Audiência Pública	REUNIÃO Nº: 0102/17	DATA: 21/03/2017	
LOCAL: Plenário 2 das Comissões	INÍCIO: 14h50min	TÉRMINO: 22h02min	PÁGINAS: 158

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

VILSON ANTONIO ROMERO - Presidente da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil — ANFIP.
DYOGO HENRIQUE DE OLIVEIRA - Ministro de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.

SUMÁRIO

Debate sobre o tema: Equilíbrio Financeiro e Atuarial da Previdência.
Subtemas: Orçamento da Seguridade Social: fontes, arrecadação e renúncias; Mudanças Demográficas: envelhecimento e redução da taxa de fecundidade; e Situação do Mercado de Trabalho.

OBSERVAÇÕES

Houve exibição de imagens.
Houve exibição de vídeo.
Houve intervenções ininteligíveis.
Há palavras ou expressões ininteligíveis.
Houve intervenções inaudíveis.
Há expressões antirregimentais.
Há orador não identificado em breve intervenção.
Expressão do discurso do Deputado Darcísio Perondi foi retirada a pedido do Presidente da Comissão.
Expressões do discurso do Deputado Major Olimpio foram retiradas a pedido do Presidente da Comissão.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Sob a proteção de Deus e em nome do povo brasileiro declaro abertos os nossos trabalhos.

Ordem do Dia. Darei início à audiência pública, agradecendo desde já aos convidados a presença: Vilson Antonio Romero, Presidente da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal — ANFIP, a quem convido para tomar assento à mesa, e o Sr. Dyogo Henrique de Oliveira, Ministro do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, a quem convido também para tomar assento à mesa.

Convido o Deputado Reinhold Stephanes para, enquanto para cá se dirige o eminente Relator, assumir a relatoria e, ao final do seu trabalho, informar o Relator a respeito das considerações aqui feitas na sua ausência.

Em conformidade com o art. 222 do Regimento Interno, o Ministro terá até 40 minutos para sua exposição e, em conformidade com o Regimento, o Sr. Vilson Antonio Romero teria 20 minutos.

Tendo em vista o meu desejo de manter um debate equilibrado neste momento, haja vista a importância do tema, eu consulto o plenário a respeito da possibilidade de conceder ao Sr. Vilson Antonio Romero o mesmo tempo de 40 minutos, para que ele faça suas exposições.

Alguém é contrário? (*Pausa.*)

O SR. DEPUTADO LAERTE BESSA - O.k., Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - O senhor se manifestou, Deputado Bessa, positivamente?

O SR. DEPUTADO LAERTE BESSA - Sem problemas, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Então, passo a palavra ao Sr. Vilson Antonio Romero, por 40 minutos.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Sim?

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Sem querer quebrar a dinâmica, vai haver o momento de intervenções. Eu fiz uma questão de ordem na reunião próxima passada, que, se não for respondida — essa é apenas uma observação —, pode-se repetir aquilo que achei incorreto. Na minha interpretação, foi usado indevidamente o tempo de Liderança.



Eu não quero mencionar a questão de ordem, até por respeito aos colegas todos, especialmente ao nosso Líder aqui, mas eu gostaria que o senhor acionasse a assessoria para, no momento que o senhor entender adequado, nos responder.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - A questão de V.Exa. é a respeito do uso do tempo de Liderança. O tempo de Liderança será utilizado pelos Líderes ou por pessoas por eles indicadas formalmente.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - É que há um bloco que não indicou Líder. Portanto, não há como ter Líder aqui.

Sr. Presidente, V.Exa. não estava presidindo a sessão, por isso, eu tomei a liberdade de comentar, para que o senhor ouça da assessoria.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Positivo. Eu vou me informar a respeito e, no devido tempo, responder-lhe-ei.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Passo a palavra ao Sr. Wilson Antonio Romero, Presidente da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil — ANFIP, para suas considerações.

O SR. VILSON ANTONIO ROMERO - Boa tarde, Deputado Carlos Marun; boa tarde, Srs. Parlamentares que nos honram; boa tarde, sempre Ministro Reinhold Stephanes, que conhece a Previdência como ninguém, tem inúmeras obras publicadas, foi inclusive Presidente do INPS, depois, em duas oportunidades, Ministro, uma vez Ministro do Trabalho e Previdência e outra Ministro da Previdência, a quem saúdo.

Também gostaria de fazer uma referência bastante particular a dois Parlamentares que nós acompanhamos há 22 anos na Comissão de Seguridade Social e Família, hoje em polos diametralmente opostos, mas ambos os médicos e, quando em 1995 aqui estiveram, já ingressaram nesse grande debate acerca de ações de saúde, assistência e previdência, que é o Vice-Líder do Governo, Deputado Darcísio Perondi, e o Deputado Arlindo Chinaglia, ambos da nobre profissão médica, que aqui representam muito, em termos de conteúdo, de trazer conhecimento ao debate, em especial na Comissão de Seguridade, mas aqui também no debate sobre previdência.



Permita-me reverenciar o Ministro Dyogo de Oliveira, que muito nos honra com este debate também.

Desde logo, queremos deixar muito claro que a ANFIP, há 20 anos, estuda e publica o que nós denominamos “*Bíblia da Seguridade Social*”, inclusive trouxemos alguns exemplares para os senhores que quiserem fazer uso desse material, embora a maior parte dos Srs. Deputados já a tenha recebido, e sempre com uma postura eminentemente apartidária.

Hoje, eventualmente, estamos sendo criticados por estarmos revelando uma metodologia diversa da que o Planejamento usa, mas essa metodologia é referendada — e aqui eu trouxe inclusive a certificação pelo Instituto Brasileiro de Direito Previdenciário — e tem sido referida pelo Conselho Federal da OAB e pelo Conselho Federal de Economia. Obviamente, dentro do que nós vamos demonstrar aos senhores, ela atende ao que está no preceito constitucional. Assim como o Governo relaciona e classifica na LDO as receitas da União, dizendo que adota uma determinada metodologia, nós, há 20 anos, adotamos essa que analisa somente o conjunto das atividades e as fontes de financiamento do capítulo intitulado “Da Ordem Social” ou “Da Seguridade Social”.

Eu quero fazer uma breve apresentação para os senhores, trazendo solidariedade principalmente aos colegas auditores que aqui estiveram e foram, digamos assim, um tanto quanto atacados, na medida em que, para contrapor o debate, foram mostrados contracheques e coisas do gênero.

Nós queremos deixar claro, desde logo, que não somos contra a reforma. Vamos mostrar dados, por termos consciência das inúmeras necessidades de adequação que existem tanto no RPPS quanto no RGPS.

Sabemos, por exemplo, que, no Regime Próprio de Previdência nós temos elevadas renúncias, nós temos uma desoneração da folha surgida sem contrapartidas. Criou-se a possibilidade de desoneração da folha.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Regime Geral e não regime próprio.

O SR. VILSON ANTONIO ROMERO - Isso. Regime Geral da Previdência. Essas desonerações não tiveram a contrapartida de manutenção dos níveis de emprego ou de crescimento de metas de registro de carteira. Nós, efetivamente,



estamos — e os senhores têm consciência disso — numa conjuntura econômica extremamente adversa, com queda de 7,2% do PIB em dois períodos sucessivos, obviamente caracterizando uma grave recessão econômica.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Sr. Presidente, V.Exa. pode pedir para diminuírem o ruído, porque a apresentação é importante.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Vamos ouvir o orador. Trata-se de uma audiência pública, como todas, extremamente importante, e nós revitalizamos o nosso desejo de que haja um absoluto silêncio. Peço a todos os senhores que respeitem essa necessidade.

Solicito que seja respondido 1 minuto no tempo do Sr. Vilson Antonio Romero, por favor.

O SR. VILSON ANTONIO ROMERO - Sr. Presidente Marun, sou seu conterrâneo, também nascido em Porto Alegre, não fazendo essa carreira brilhante que V.Exa. foi fazer em Mato Grosso, mas nascido e criado em Porto Alegre.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Mato Grosso do Sul.

O SR. VILSON ANTONIO ROMERO - Mato Grosso do Sul.

Obviamente que nós temos um problema muito grave. Nós temos um desequilíbrio nas contas do subsistema rural. E isso a PEC não resolve. Ela elimina a isenção para o agroexportador, mas penaliza o trabalhador do campo na medida em que exige um cadastramento e uma contribuição. Nós temos efetivamente que apresentar soluções. Nós temos uma proposta, que traremos em seguida.

Já foi constatado aqui em audiências públicas anteriores que há uma extrema lerdeza na recuperação dos créditos da dívida ativa, em especial os previdenciários, em que há um crescimento expressivo a cada ano e uma recuperação muito ínfima também a cada ano.

Nós temos uma deficiência na estrutura de fiscalização. Isso é evidente. Em 2007, quando da unificação da Secretaria da Receita Previdenciária com a Secretaria da Receita Federal, havia 4.180 auditores fiscais da Previdência Social voltados ao combate, à sonegação e à inadimplência das contribuições previdenciárias. Hoje restam, dentro da Receita Federal, cerca de 900 auditores dedicados a essa atividade, apesar de terem mudado os métodos de trabalho, de



não haver mais o combate à inadimplência, e sim à sonegação. Mesmo assim, dentro do universo de contribuintes, o número de fiscais é muito pequeno.

Obviamente que nós também concordamos que deva haver um ajuste a partir da evolução demográfica, mas questionamos essa ditadura de um corte sem um embasamento atuarial, que, inclusive, já foi apresentado aqui em outras audiências públicas e é altamente questionável pela academia.

No que diz respeito aos regimes próprios de previdência — o grande calcanhar de Aquiles do Governo —, nós percebemos que estamos pagando o preço do passado, da falta de formação de reservas, de ainda não termos, principalmente na União, uma única unidade gestora, de estarmos bancando o encargo de cerca de 500 mil celetistas e anistiados que foram efetivados em decorrência do art. 19 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

Os senhores também sabem que já não mais existe servidor público que ingresse nas carreiras da União que ganhe mais do que o teto da Previdência do Regime Geral. Todos os que quiserem perceber, desde 2013, algo além disso têm que fazer a contribuição da Previdência complementar. Mas a contribuição efetiva do servidor, como contribuinte de um sistema de aposentadoria, só começou em 1993, com a Emenda Constitucional nº 3.

Nos Estados, efetivamente, nós temos um problema: o regramento dos regimes próprios tem sido feito de forma lenta e tardia. Também não houve formação de reservas. Sabemos dos problemas que ocorreram no Rio de Janeiro, em Minas Gerais, no Rio Grande do Sul, aqui no próprio Distrito Federal, em que a apropriação dos valores descontados dos servidores para o caixa único gerou, inclusive, ao longo do tempo, a falta de recursos para bancar esse conjunto de benefícios, e todos eles estão sendo compelidos, principalmente os que têm servidores que ganham acima do Regime Geral de Previdência, do teto, a formar a sua previdência complementar. Disso a PEC trata, mas nós temos uma crítica, porque está jogando esses valores no colo do mercado ao transformar os fundos em privados.

E é sobre esses fatos que a ANFIP se debruça e, ao longo desse tempo todo, tem divulgado dados sobre a análise do orçamento da Seguridade Social, esse grande conceito trazido pela Constituição Cidadão de 1988, que é o nosso Estado



do Bem-Estar Social, o nosso *welfare state* tupiniquim. Ele está muito claro lá no art. 165, que diz que o orçamento da Seguridade Social abrange...

Acho que era bom um pouco mais de silêncio, não é Deputado?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - O palestrante pediu silêncio mais uma vez.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - E nós também, porque, de fato, está difícil ouvir. Use da sua autoridade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Então, vamos ter de apelar para aquela situação que não admiramos de solicitar que as pessoas sejam retiradas do ambiente, no caso de permanecerem as conversas que atrapalhem a exposição. Positivo? Claro que não gostamos disso, mas faremos.

Deem mais 30 segundos para o expositor.

O SR. VILSON ANTONIO ROMERO - Muito obrigado, Deputado.

Está descrito no inciso III do § 5º do art. 165 que:

Art. 165.....

§ 5º.....

III - o orçamento da Seguridade Social, abrangendo todas as entidades e órgãos a ela vinculados, da administração direta ou indireta, bem como os fundos e fundações instituídos e mantidos pelo Poder Público.

Temos visto claramente a declaração do Governo com revelações em que ele insere no orçamento da Seguridade Social os benefícios devidos aos servidores civis e militares, os quais não estão no capítulo "Da Seguridade Social". Eles estão no capítulo "Da Organização do Estado", dentro da metodologia que adotamos, cuja constitucionalidade foi referenciada e atestada pelos órgãos que já citamos no início.

Portanto, no art. 40 da Constituição, está muito claro que o regime de previdência de caráter contributivo integra a administração pública e a organização do Estado.

Nós já revelamos e, digamos assim, concordamos que há problemas nesse setor e nesse regime de previdência, mas não concordamos com a inserção tanto dos civis quanto dos militares, que estão contemplados nos arts. 42 e 142 da



Constituição, ou seja, também no capítulo “Da Organização do Estado”, como sendo cabível colocar no cômputo das contas da Seguridade Social.

Fala-se que se roubou muito na PETROBRAS, mas não há instituição que tenha sido mais saqueada ao longo dos últimos 50 anos praticamente do que a Previdência Social.

O Ministro Reinhold Stephanes — inclusive é referência em um de seus livros em que ele fala de reforma da Previdência sem segredos — já dizia que os déficits eram decorrentes da ausência de um fundo de reserva. Ao mesmo tempo, ele diz que os saldos da previdência foram usados na construção de Brasília, etc., deixando muito claro isso que nós atestamos. Há desvios históricos de que se houvesse esses recursos provisionados, nós teríamos um estupendo fundo de previdência e assistência social.

É óbvio que isso faz parte do anedotário, mas cabe referenciar que, por exemplo, os Institutos de Aposentadorias e Pensões — IAPs, na década de 50, eram obrigados a subscrever ações preferenciais das estatais. Quando foram privatizadas essas estatais, o dinheiro não voltou para os cofres da Previdência. Depois, quando surgiu o BNDE, ainda sem o S, havia a obrigação dos antigos institutos de aposentadoria e pensão de conceder empréstimos.

Faz parte também do anedotário de que se destinaram para a construção de Brasília 52,5 bilhões de dólares. No Governo FHC, o IPEA juntamente com o BNDES, sob a chancela de Luiz Carlos Mendonça de Barros, encomendou um estudo ao economista André Lara Resende para saber quanto havia sido apropriado, de 1966 até 1999, dos saldos positivos da Previdência desde a unificação. Isso foi constatado e é inclusive objeto de um projeto de lei que foi arquivado em 1999. Mas há um documento que o economista levou ao ex-Presidente Fernando Henrique dizendo que 400 bilhões de dólares foram os saldos positivos apropriados pela União em 33 anos, que a valores de hoje corresponde a 1,5 trilhão de reais.

Portanto, senhores, nenhuma outra instituição foi saqueada. E a Seguridade Social hoje abrangendo uma nova estrutura desde a Constituição de 1988. Isso está muito claro no art. 194:



“Art. 194. A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos poderes públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social.”

É uma estrutura efetivamente estruturada num tripé entre previdência, saúde e assistência, sendo a assistência destinada a quem necessitar, a saúde como direito de todos e a Previdência contributiva.

Quem financia essa seguridade social? Quem financia essa seguridade social de forma direta e indireta é a sociedade e com recursos provenientes dos orçamentos da União, Estados, Distrito Federal e Municípios e das seguintes contribuições sociais — aquelas que todos nós sabemos: contribuição sobre a folha, contribuição sobre o lucro líquido, contribuição para o financiamento da seguridade social e a oriunda das receitas de prognósticos.

Só para os senhores terem noção — acho que todos sabem muito bem como legisladores —, a alcinha de contribuição sobre a folha, como tem sido cotejado com elenco de benefícios do INSS é somente aquilo que é oriunda da contribuição do empregador, do empregado, do doméstico, do segurado especial e do produtor rural pessoa física e, obviamente, da empresa e do empregador.

A Contribuição Social sobre o Lucro Líquido das empresas, instituída em 1988, dizia em seu art. 1º:

“Art. 1º Fica instituída contribuição social sobre o lucro das pessoas jurídicas, destinada ao financiamento da seguridade social.”

Isso não mudou ainda. O art. 1º está em vigor, da mesma forma que o antigo fim social, quando transformado na COFINS. O art. 1º não foi revogado. Ele trata exclusivamente para as despesas com saúde, assistência e previdência.

Portanto, Srs. Deputados, existe outra contribuição que também integra o orçamento da Seguridade Social, lembrando também que cada vez que nós vamos a uma lotérica durante a semana, que vamos fazer uma tentativa de lograr êxito no nosso jogo da Caixa Econômica, 18 reais de cada 100 reais apostados vão para a



Seguridade Social. O sortudo ganhador, talvez, tenha uma das mais altas cargas tributárias, porque só leva 31 reais em cada 100 reais apostados.

Senhores, este é o conjunto das receitas que, dentro do que está na Constituição Federal, mantém a Seguridade Social. A ANFIP tem analisado, em 2014, e revelou que havia um conjunto de receitas: receita previdenciária, COFINS, contribuição sobre o lucro, concurso de prognósticos, receitas próprias da seguridade, transferências para os encargos previdenciários da União da ordem de 687 bilhões de reais em 2014. Em 2015 foram 694 bilhões de reais. Para onde foi este dinheiro?

Este dinheiro obviamente não foi para uma conta que tem dito que a despesa não são os programas sociais, que são mantidos e estão dentro do Capítulo Da Ordem Social da Constituição Brasileira. Aí estão os benefícios previdenciários urbanos, os benefícios previdenciários rurais, as compensações com os regimes próprios — para quem não sabe, é o cruzamento de contas entre os regimes de Estado, União e Município, quando o servidor leva o tempo da iniciativa privada tem que haver o encontro de contas —, os benefícios assistenciais para idosos, deficientes, saúde, assistência social, os benefícios do FAT, o seguro-desemprego e mais o abono anual e os rendimentos. Estão aí obviamente compreendidos 14 milhões de famílias que recebem Bolsa Família mantidas pela Seguridade Social — isso foi em 2014.

Em 2015 foi a mesma coisa, redundando, conforme documentamos e atestamos, há valores correntes na sequência de superávits em 2012, 2013, 2014 e 2015, sendo que em 2015 já sentimos os efeitos da crise, mas também da desoneração da folha, do aumento do desemprego, acima de tudo, da elevação em valores reais dos benefícios do INSS, que são 63% — ontem o Deputado Arthur Maia nos ensinava no programa *Roda Viva*; por sinal, teve um excelente desempenho — do Regime Geral que ganham um salário mínimo.

É óbvio que a mudança no salário mínimo impacta decisivamente nas contas do Regime Geral. E aqui já se estava sofrendo os efeitos disso.

Em 2015 estávamos com uma dificuldade. Nós já vimos que a crise se acirrou, houve evidente recessão econômica, com a queda do PIB de 7,2% em 2 anos.



Ao mesmo tempo, o Governo revela isso. Foi anunciado pelo Secretário Marcelo Caetano que, em valores atualizados pelo INPC — não sei se os senhores conseguem visualizar — o rombo ou o déficit, prefiro dizer necessidade de financiamento, é de 151 bilhões de reais.

Mas vamos cotejar com outros números que o Governo revela. Segundo o Boletim Estatístico da Previdência Social, o desequilíbrio é outro. É lógico que a mensuração pode ser diferente. O primeiro número anunciado pelo Governo era corrigido pelo INPC. Este aqui é corrigido pelo IPCA, mas já baixou para 149.

Ao mesmo tempo, no Resumo da Execução Orçamentária publicado pelo Ministério do Planejamento, veremos lá que o Governo se refere a valor inclusive inferior: 138 bilhões. Não dá para verificar aqui, mas está no *site* do Ministério do Planejamento. Há um rombo de 151; outro, de 149; e outro, de 138. Qual é o que vale?

Nós estamos debruçados sobre esses números. Na próxima semana teremos inclusive uma reunião com a equipe técnica do TCU — também fomos lá pedir uma auditoria nas contas da Seguridade Social — para exatamente debater esses números. Os senhores podem ver que há grande variação entre valores correntes e valores de dezembro de 2016. A diferença chega a quase 7 bilhões na contabilização dos números. Se nós pensarmos na variação de metodologia, ao longo de 12 meses a variação, a diferença de IPCA e INPC não é muito grande. Em um único mês, por exemplo, em fevereiro de 2017, o IPCA é 0,33% e o INPC é 0,24%. Obviamente, temos que saber exatamente qual a metodologia aplicada.

No Boletim Estatístico da Previdência Social não diz em lugar nenhum, nem nesta apresentação do Resumo da Execução Orçamentária, qual o indicador — se são valores correntes, se são corrigidos pelo INPC ou pelo IPCA.

Volto a dizer, nós estamos com a nossa equipe debruçada sobre os números para analisá-los. Sabemos que 2016 foi um ano extremamente difícil, houve queda da arrecadação muito grande, houve elevada queda de arrecadação, em especial das contribuições previdenciárias, agravada pelo fato de que os benefícios da Previdência Social ainda tiveram ganho real, em especial os relativos ao salário mínimo. Mas é preciso fazer uma análise. Com certeza, o Sr. Ministro nos trará alguns outros números.



Lembro aos senhores outra coisa — aqui parece que o Governo comete um “sincericídio”. O Governo apresenta uma cartilha. Se os senhores acessarem o *site* do Ministério da Fazenda, poderão ver que lá em baixo, consta a opção Reforma da Previdência — Perguntas e Respostas. Há uma cartilha oficial. A sexta pergunta é exatamente: *“De onde vêm os recursos para a Previdência Social?”*

Como esse era um assunto extremamente importante quando surgiu, e como em redes sociais, eventualmente, podem ser deletadas, ou reeditadas as perguntas, ou tiradas do ar, nós fizemos questão de irmos a um cartório em determinado dia, um tabelionato em Brasília, e fizemos uma ata notarial com essa cartilha para testar se — se amanhã ou depois fosse editada a pergunta, ou retirada do ar — teríamos a manutenção desses dados.

E aí está: as fontes de recursos para o Regime Geral de Previdência Social não são só as folhas de salários. São as contribuições sobre a folha, a COFINS, a Contribuição Sobre o Lucro Líquido e a contribuição sobre a renda líquida dos concursos de prognóstico. Portanto, não posso simplesmente cotejar para dizer que tem rombo a contribuição da folha com os benefícios do INSS.

Seguindo adiante, nós podemos verificar que responde, na mesma pergunta, o Governo. *“De onde vêm os recursos?”* Os Regimes Próprios de Previdência — o Governo também revela isso — não são da Seguridade Social. Eles são mantidos com o quê? Com as contribuições do servidor público ativo e aposentado, de pensionistas e do ente federativo. Portanto, não temos como fazer essa miscelânea que encaminha para ter um estrondoso rombo, quando, na realidade, cada caso tem que ser tratado diferentemente. Apesar de metodologias diversas, nós, respeitosamente, contestamos.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Isso é da cartilha da ANFIP ou da cartilha do Governo?

O SR. VILSON ANTONIO ROMERO - Esse é o documento oficial...

O SR. DEPUTADO MAJOR OLIMPIO - É o “sincericídio”, não é?

O SR. VILSON ANTONIO ROMERO - Isso é o que está oficialmente no *site* do Ministério da Fazenda.

Obviamente, nós apresentamos junto com as centrais sindicais inúmeras propostas do lado das receitas, em de simplesmente fazer um corte pelo lado das



despesas. Propusemos a revisão e o fim da desoneração das contribuições previdenciárias sobre a folha, que já comentamos que foi permitida a troca da contribuição previdenciária sobre a folha, para a contribuição sobre a receita bruta, e não houve contrapartida. Propusemos também a exigência de que os empresários mantivessem o nível de emprego, que houvesse crescimento nas metas de registro em carteira.

Isso redundou em inúmeros casos. No início da crise, os primeiros setores inclusive a demitir foram o têxtil e o coureiro-calçadista, e eles continuaram usufruindo do beneplácito da desoneração.

Ao mesmo tempo, seguindo essa linha, mas não totalmente naquela que já o Sr. Relator tem anunciado, não somos favoráveis a acabar com as isenções para a filantropia. Mas, com certeza, temos que revisá-las. Durante muito tempo, a concessão dos certificados era concentrado no CNAS. Hoje é partilhado em três Ministérios. Não se sabe se há uniformidade na concessão. E como a nós, auditores da Receita, cabe o controle e o acompanhamento, digamos assim, o descredenciamento...

O SR. DEPUTADO ARTHUR OLIVEIRA MAIA - Dr. Vilson...

O SR. VILSON ANTONIO ROMERO - Pois não.

O SR. DEPUTADO ARTHUR OLIVEIRA MAIA - Só para aproveitar a oportunidade — não é uma questão — e para pedir ao senhor que dê mais efetividade à sua fala.

O SR. VILSON ANTONIO ROMERO - Pois não.

O SR. DEPUTADO ARTHUR OLIVEIRA MAIA - Como auditor, o senhor acha possível as contas das entidades serem prestadas ao TCU?

O SR. VILSON ANTONIO ROMERO - Acho importante qualquer forma de fiscalização auxiliar. Na realidade, nós temos um quadro de auditoria que também analisa isso. Ou seja, os órgãos de cada um dos Ministérios — Saúde, Assistência e Educação — também fiscalizam. Parece-me que, ao partilhar a concessão dos certificados, estamos definitivamente abrindo brechas para tratamentos diferenciados. E nós temos aí o elenco das renúncias previdenciárias que, por mais que retornem ao caixa do INSS ou à Secretaria do Tesouro para manter benefícios, é um volume extremamente expressivo.



Ao encaminhar para resolver a questão da isenção do exportador rural, o Governo está resolvendo nesta PEC um grão de areia ou uma gota d'água nesse oceano, porque nós temos um desequilíbrio no subsistema rural de 100 bilhões de reais! Arrecada-se 8 e paga-se 110, 108. Então, não é simplesmente reonerar o exportador rural.

Acho que nós temos que ter medidas um pouco mais corajosas, por mais que o setor agrário seja, pela sua pujança, o que impede que a queda do PIB brasileiro seja mais vertiginosa. De fato, temos que chamar o agroexportador a contribuir mais. Ele responde por 23% do PIB brasileiro e só contribui com 7 bilhões de reais para manter efetivamente seus 30 milhões de trabalhadores. Nós temos obviamente que revisar, mas, não adianta, vamos acabar com a isenção para a filantropia.

Estendo minha solidariedade às entidades filantrópicas, que estão muito preocupadas, porque isso não integra a PEC, mas já foi motivo de sinalização pelo Sr. Relator: 11 bilhões! O problema da Previdência me parece que não se resolve com 11 bilhões, sabendo que as entidades filantrópicas, na área da saúde e assistência, a cada real isentado, pelo que nos revelam dados de estudos fidedignos, retorna à sociedade quase outros 6 reais. Temos que avaliar isso com muito carinho.

Outra proposta é que obviamente a grande imobiliária Previdência Social tem que ser “desimobilizada”. O mercado não favorece, mas a Previdência Social tem 5.600 imóveis, sendo 3.400 irregulares e somente 2.200 em uso, que consomem 20 milhões ao ano com manutenção e com condomínio. Isso é dinheiro sagrado de aposentado e pensionista que está indo pelo ralo.

Há ainda mais uma proposta sobre a qual houve grande discussão. Lamentavelmente, recebi um documento elaborado pelo gabinete de um Deputado que diz que a ANFIP usa como receita a DRU. Não existe isso! Em momento algum, em nenhuma das nossas publicações, nós falamos que a DRU é receita. Muito pelo contrário, achamos que a possibilidade da Desvinculação de Receitas da União, que surgiu em 1994, em razão do volume de contribuições ter crescido em demasia, e o Governo não querer cumprir o que está no texto legal que instituiu as contribuições, permitiu que esse Fundo Social de Emergência, da Emenda Constitucional de Revisão, de 1994, depois novamente alcunhado de Fundo de Estabilização Fiscal e



agora a DRU, de fato, permite segregar, desvincular, mas isso não significa que o Governo a utilize. Ao segregar — isso registra o balanço orçamentário — ele retorna para dar cobertura.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - O senhor está sendo impedido de entrar, Deputado? Não!

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Há dois assessores aqui, e o assessor foi impedido de entrar! Que negócio é esse, gente? Não tem povo aqui neste negócio?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Está sendo cumprido à risca o que foi combinado.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Não é à risca, porque eram dois assessores! E não entra ninguém do povo aqui.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Não eram dois assessores por Deputado.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Isso precisa acabar!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Dois por Deputado? Não! Tenho certeza que não poderia... Dois por partido!

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Exatamente! É sobre isso que eu estou falando!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Vá lá e resolva. Está bom.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Peça para liberar aí.

O SR. VILSON ANTONIO ROMERO - Posso continuar, Deputado?

Então, o levantamento que se tem só dos últimos 4 anos é que a DRU pôde levar, se não tivesse que retornar, inclusive para pagar os benefícios da Seguridade, na ordem de 60 a 63 bilhões. Agora, com a Emenda Constitucional nº 93, se aplicada na íntegra, poderemos desvincular das contribuições sociais, num período de 12 meses, 100 bilhões de reais.

Se o sistema é deficitário, como vamos fazer desvinculação e destinar a outras finalidades algo que precipuamente dos programas de saúde, assistência e previdência?

Isso foi inclusive motivo de debate aqui. Nós temos que criar mecanismos mais ágeis de cobrança da dívida ativa. Essa dívida ativa aumenta mais de 20% ao



ano, com recuperação ínfima de menos de 1%, em que, num primeiro momento, no Governo anterior, no final de 2015, revelava-se que havia 374 bilhões de reais de dívida ativa da Previdência.

Há pouco nós tivemos a revelação dos 500 maiores devedores, sabemos que há empresas falidas, de “recuperabilidade” remota. Mesmo assim, como uma procuradora bem disse aqui na audiência pública, pelo menos metade pode ser recuperado. Metade disso são 210 bilhões! É dinheiro de fato! Se perdemos 200 e tantos bilhões, os outros 200 bilhões podem vir para a conta e, acima de tudo, para bancar o equilíbrio das contas do Regime Geral de Previdência. Isso é Regime Geral de Previdência! É o benefício em que 87% é menor do que um salário mínimo!

Como disse antes, a melhoria da fiscalização da Previdência hoje tem cerca de 900 envolvidos. Quanto à revisão das alíquotas do agronegócio, acho importante percebermos e tentarmos negociar isso. Não vai se resolver um desequilíbrio da ordem de 100 bilhões de reais! Cem bilhões de reais é a diferença do que é arrecadado na área das contribuições do subsistema rural e o que é pago de benefício. Vamos continuar com esse desequilíbrio, mas teremos que encontrar uma solução.

Apelo ao Sr. Relator para que busque outra alternativa, que não é simplesmente acabar com a isenção do agroexportador. Não basta somente penalizar o agricultor, o trabalhador do campo, desmanchando o seu núcleo familiar e fazer com que cada um seja cadastrado para contribuir e de fato poder fazer uso do benefício, depois de 65 anos.

Imagine a mulher camponesa, depois de 65 anos, ter que buscar uma aposentadoria! Já há inúmeros convites para que os Srs. Parlamentares acompanhem as camponesas na sua lida diária. Nós também poderíamos fazer isso.

Sr. Presidente, há uma proposta que é extremamente polêmica — parece-me que foi muito defendida pelo Solidariedade ou pela Força Sindical —: destinar um percentual das receitas oriundas da regularização dos jogos de azar.

A ANFIP é diametralmente contra isso pelo fato de que a possibilidade de regulamentar os jogos de azar abre outro flanco, que atinge a cidadania como um todo: abre a porta para o tráfico de drogas, para a prostituição, para a lavagem de



dinheiro e para uma coisa muito grave na sociedade, a ludopatia. A exemplo de outros males e vícios, esta me parece muito perniciosa ao conjunto da sociedade. Obviamente, outra que é a recriação do Ministério da Previdência.

Hoje os senhores já têm consciência de que temos uma idade mínima. Em 2026, nenhum trabalhador do sexo feminino se aposentará com menos de 60 anos, desde que tenha contribuído por 30 anos. Parece-me que a sugestão talvez a de acelerar essa escadinha criada como alternativa ao fator previdenciário, mas, efetivamente, não fazer esse corte abrupto que a proposta de emenda à Constituição nos apresenta.

Falo também sobre o que se pretende quanto ao limite de idade, principalmente, na aposentadoria por tempo de contribuição. Dos 33 milhões de brasileiros que hoje recebem religiosa e pontualmente benefícios do INSS — isso representa beneficiar quase outros 60 milhões, ou seja, são 100 milhões de brasileiros mantidos por este sistema extremamente importante, sob o ponto de vista social —, com a fixação de idade mínima, haveria o fim da aposentadoria por tempo de contribuição. É isso que o Governo diz ser uma aposentadoria precoce: a daquele cidadão que logrou a sorte de ter 30 ou 35 anos — 30 anos, se mulher, ou 35 anos, se homem, ininterruptos ou frequentes que permitiriam, se começasse cedo ou aos 20 anos, se aposentar aos 45 anos, se mulher, ou aos 50 anos, se homem. É óbvio que é com esta situação que se está hoje tentando acabar. É esta a proposta da PEC: acabar com a aposentadoria por tempo de contribuição. Mas dos 10 milhões de rurais, 99% deles ganham um salário mínimo.

Outra questão extremamente preocupante — já me encaminhando para a conclusão —: nós sabemos da importância deste sistema. Nós vimos que os Prefeitos há poucos dias revelaram que não estão nem preocupados. O Presidente Nacional da Confederação Nacional dos Municípios defende a reforma porque o dinheiro que é redistribuído pelo INSS em cada comunidade não aumenta a arrecadação municipal. Ele efetivamente impulsiona a compra de produtos e a arrecadação estadual porque redundam em ICMS e em outros tributos federais.

É fundamental sabermos que em 70% dos Municípios — isso já foi confirmado pelo próprio Ministério da Previdência — o INSS repassa mais recursos do que ele recebe de Fundo de Participação dos Municípios e, em 82% deles, o



conjunto dos recursos do INSS supera a arrecadação municipal. Não se pode tratar uma questão previdenciária como mera questão orçamentária, fiscal ou matemática. Ela tem um ingrediente social extremamente importante. É isso o que temos visto ao longo do tempo.

Esta semana houve uma série de análises publicadas nos jornais. Quem analisa as questões envolvendo a Previdência? Os economistas dos bancos.

Desde quando se anunciava as mudanças na Previdência, com a PEC 33, depois com a Emenda Constitucional 20 e, sucessivamente, cresceram barbaramente não só os fundos de pensão das estatais, mas como também das entidades fechadas de previdência privada que abrangem categorias profissionais, aqueles das empresas privadas que têm massa salarial um pouco mais elevada. Entre 1997 e 2016, cresceram 1.054%.

No ano passado, a previdência complementar aberta estava extremamente alvoroçada. Por quê? Porque o prenúncio, o antimarketing que o Governo faz da Previdência, dizendo que ela está quebrada... Em 2 de abril de 1987 entrei no extinto IAPAS, como fiscal de contribuições previdenciárias e, naquela época, quando o INPS pagava 12 milhões de benefício, já diziam que a Previdência estava quebrada.

Passaram-se 30 anos e a cada momento cresce o quê? O grande número de reservas e agora, em especial, dos PGBLs e VGBLs. No ano passado, até novembro, cresceu quase 20%.

Quer dizer, cada vez que impulsiona para o achatamento do Regime Geral de Previdência, abrimos uma fatia para o mercado de fato encaminhar para aquilo que não se quer: um programa de renda mínima, mas é o que parece que está surgindo na Previdência Social brasileira.

Concluindo, lamentamos uma notícia que eu não acredito que tenha partido do Sr. Presidente da Comissão. A revista *Época* divulgou um vídeo, que viralizou nas redes, revelando que os Srs. Deputados Carlos Marun e Julio Lopes estiveram no Palácio do Planalto pedindo para que o Sr. Presidente acionasse a Advocacia-Geral da União para pedir que a ANFIP divulgasse a sua metodologia que foi atestada, como já dissemos, e referenciada pelo Conselho Federal da OAB,



Conselho Federal de Economia, Instituto Brasileiro de Direito Previdenciário e que isso tudo era uma falácia.

Sei que faz parte da democracia, mas lamento. De qualquer forma, senhores, essa é a contribuição que eu queria trazer para o debate.

Muito obrigado. *(Muito bem! Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Como fui citado, vou fazer uma breve consideração a respeito da sua colocação que me causou muito constrangimento, pelo fato simplesmente de ser mentirosa.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Já fala do Wagner Moura também.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Estou aqui há mais de 15 dias, no mínimo, há 2 semanas, lutando para que esta audiência acontecesse. Os Srs. Deputados são testemunhas — apelo aos Deputados de Oposição, cuja honra sei que é robusta — do meu desejo para que a ANFIP aqui estivesse e viesse apresentar o seu método para a obtenção dos números que apresenta já vem de longa data dentro desta Comissão.

Como alguém que insiste para a vinda da ANFIP apresentar os seus dados poderia ter tentado impedi-la, até por meio judicial de fazê-lo? É óbvio que se trata de uma informação equivocada e de uma inverdade talvez dolosamente falhada nesse sentido.

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - Mas o Deputado Julio Lopes afirmou isso em entrevista junto comigo à *TV Câmara*, na terça-feira pela manhã, às 8h50min.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Por favor, eu estou falando de mim.

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - Ele não falou o seu nome, mas ele falou que ele estava providenciando.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - E apelo à honra que eu repito ser robusta dos Deputados da Oposição, que acompanharam e já acompanham há mais de 15, 20 dias.

Eu posso trazer a data de quando eu disse: *“Quero trazer aqui a ANFIP e o Ministro do Planejamento, para que apresentem seus métodos, para que essa dúvida essa dirimida”*.



Só quero dizer que essa informação que chegou à sua entidade é uma informação que não condiz com a verdade. E o que não é verdade é mentira.

Vamos todos seguir em frente.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Sr. Presidente, é verdade o que V.Exa. está falando, mas é verdade também que o Deputado Julio Lopes deu entrevista dizendo isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Estou me referindo à minha posição a respeito desse assunto.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - A sua é verdadeira, mas a do Deputado Julio também.

O SR. DEPUTADO MAJOR OLIMPIO - É a revista *Época* que está dizendo que o Deputado Julio disse que V.Exa. também estava.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Estou dizendo que é inverdade, é mentira. Eu não sei quem foi. Agora, quem espalha mentira...

O SR. DEPUTADO MAJOR OLIMPIO - O Deputado Marun não teve participação nisso. O Deputado Julio precisa dizer se ele teve.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Agora, quem espalha mentira é fofoqueiro.

O SR. DEPUTADO MAJOR OLIMPIO - Foi a revista *Época*, não foi a ANFIP.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Quem espalha mentira, eu conheço por fofoqueiro.

O SR. DEPUTADO MAJOR OLIMPIO - Mas foi a revista *Época*, não foi a ANFIP.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Não sei quem foi. Só estou dizendo que é uma inverdade e que apelo, repito, para a robusta honra dos Deputados de Oposição que acompanharam isso aqui.

Vou seguir em frente. Fiz questão de fazer esse parêntese, já que fui citado, para esclarecer essa questão.

O SR. DEPUTADO MAJOR OLIMPIO - Mas em nenhum momento dissemos que o Deputado Marun....

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Vamos em frente.



O SR. VILSON ANTONIO ROMERO - Nobre Deputado, só uma breve...
Desculpe...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Isso já está encerrado, já está esclarecido.

Passo a palavra...

O SR. DEPUTADO MAJOR OLIMPIO - Ele pediu a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Mas ele vai ter tempo ainda.

O senhor vai falar hoje aqui, e nós vamos cansar de ouvi-lo.

Falam mais do que eu. Eu sou o que menos falo nesta Comissão.

O SR. DEPUTADO MAJOR OLIMPIO - Foi a melhor fala que tivemos aqui até agora.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Passo a palavra ao Exmo. Sr. Ministro Dyogo Henrique de Oliveira.

V.Exa. dispõe de 40 minutos.

O SR. MINISTRO DYOGO HENRIQUE DE OLIVEIRA - Boa tarde, Deputado Carlos Marun, Presidente da Comissão; Deputado Arthur Oliveira Maia; colega Vilson, da ANFIP — colega porque ambos somos servidores públicos —; Deputados e Deputadas aqui presentes, muito obrigado pelo convite e pela oportunidade de estar com os senhores para esclarecer algumas questões.

Em primeiro lugar, tenho algumas boas notícias, porque precisamos sempre encher o coração de esperança, quando estamos tratando de temas tão difíceis quanto esses.

Atravessamos um momento muito crítico da economia brasileira, sem precedentes históricos, com 2 anos subseqüentes de gravíssima recessão, mas as coisas estão começando a melhorar, como resultado de um conjunto amplo de ações que o Governo e o Congresso Nacional têm adotado nos últimos meses.

Isso já vem se tornando presente na mídia. É importante mostrarmos a capa da *Veja*, divulgando o fim da recessão; a criação de empregos, depois de 22 meses de redução; a arrecadação federal, que começou a apresentar o primeiro mês de crescimento real, depois de muitos e muitos meses; a produção industrial, que voltou a subir, depois de 34 meses; os leilões de aeroportos, que foram realizados na semana passada, com grande êxito, depois também de muita dúvida, muito



questionamento — quatro empresas estrangeiras adquiriram os aeroportos; e a avaliações de *rating* do País teve o primeiro sinal de melhoria, depois de termos perdido *investment grade*, e termos tido várias reduções de nota.

As taxas de juros estão caindo. O mercado já fala de taxa de 1 dígito, ao final deste ano. Já falam de taxa de 8% no ano que vem. E isso é resultado, também, de um processo de trabalho.

A *The Economist* desta semana traz o Brasil entre as economias emergentes que estão em ascensão. Isso é resultado da construção de um processo de credibilidade, processo esse que começou com a aprovação da PEC do Teto dos Gastos, que nos deu uma licença, um período de boa vontade.

O mercado está nos dizendo: “*Olha, com isso, vocês têm tempo para trabalhar*”. Porque a realidade dos fatos é que nós estamos com a dívida em 70% do PIB. Tivemos 150 bilhões de déficit o ano passado, teremos 140 bilhões de déficit este ano, teremos déficit no próximo ano, e quiçá, em 2019, nós conseguimos retornar para o equilíbrio nas contas públicas.

Portanto, o cenário não é de nos desmobilizar. É o contrário: é neste momento, nesta gravidade que todos os brasileiros têm que compreender que nós temos que tomar as ações necessárias para recolocar o País na direção correta, na direção do equilíbrio, do crescimento, da geração de emprego e renda, do desenvolvimento do País. Esse é o caminho do qual o País não pode se afastar. Esse é o caminho que nós precisamos construir, com a ajuda de todos.

Parte desse caminho é a reforma da Previdência. Por que é a reforma da Previdência? Porque a nossa despesa com Previdência, hoje, representa 54% da nossa despesa total. Mas é mais do que isso, é mais grave do que ser 54%: o problema é que a nossa despesa com Previdência aumenta 50 bilhões de reais por ano.

Mas isso é muito ou é pouco, Ministro? Deputado Kaefer, o nosso investimento é 40 bilhões.

Então, eu digo: a Previdência está engolindo todas as outras despesas do Governo Federal, inclusive as da seguridade. Nós vamos ver isso mais adiante.

Mas nós estamos tendo a oportunidade, como eu disse, porque nós compramos um ingresso, nós compramos tempo com as reformas que fizemos no



ano passado: reforma nas estatais, Marco Legal do Petróleo, PEC dos gastos, etc. Nós ganhamos tempo. Por isso nós podemos fazer a reforma da Previdência tal qual nós estamos propondo. Aqueles países que não a fizeram, ou, pelo menos, que não tiveram a condição de ganhar tempo, tiveram que fazer uma reforma da Previdência muito diferente da nossa. A Grécia teve que fazer uma redução de 5% a 15% no valor das aposentadorias. Aumentaram a contribuição dos trabalhadores também entre 5% e 10%, mas foi preciso congelar o valor dos benefícios. E o congelamento não foi o mesmo da PEC dos gastos, como foi dito aqui, que é o congelamento corrigido pela inflação, não. O congelamento ocorreu em valor nominal. Isso significa dizer que é 100 reais e não mais do que isso.

Em Portugal houve redução, aumento da cobrança e suspensão das aposentadorias de quem já tinha constituído o direito. O Rio de Janeiro e o Rio Grande do Sul não pagam, simplesmente não pagam. *“Devo, pago quando puder”*.

Essa é a reforma da Previdência que nós estamos evitando. Essa é a reforma da Previdência que nós não queremos fazer, e o Brasil, entre poucos países, tem a oportunidade de não ter que fazer. Não fazendo a reforma gradual que nós estamos propondo, nós chegaremos ao ponto de fazer isso. O Vilson mencionou que faz 30 anos que dizem que a Previdência está quebrada. E é verdade. E não é por acaso que, nesses 30 anos, três vezes fizeram reformas na Previdência, em Governos de matizes diferentes, porque a realidade dos fatos se impõe.

Nós podemos fazer as conjecturas que a nossa mente permitir, nós podemos gerar a discussão que nós quisermos, mas no final do dia nós temos que depositar o dinheiro na conta das pessoas. E se não tivermos o dinheiro para depositar, veremos o que acontece hoje com o Rio de Janeiro e com outros Estados do País hoje: não tem dinheiro. Avisa lá que não tem dinheiro.

O que nós estamos propondo? Uma reforma dentro do estritamente necessário para o País, estritamente necessário, nem um pouquinho além do que é o estritamente necessário. Queremos uma reforma gradual, uma reforma que preserve os direitos de todos que estão aposentados, sem redução de benefício, sem aumento de contribuição, sem nenhuma penalização para quem já está aposentado. E isso é pouco? Não é pouco, Deputado. São 20 milhões de pessoas. Não se mexe em pensionistas. Quem é pensionista continuará recebendo. Quem



recebe acumulado vai receber acumulado. Tudo isso deve ser preservado. E mais: aqueles que já têm condição de se aposentar terão os direitos preservados.

Além disso, propomos uma regra de transição de 20 anos. Isso é uma reforma gradual. Não se pode dizer que é uma reforma exagerada, uma reforma duríssima. Não. E por que não é? Porque o Brasil tem uma pequena janela histórica de oportunidade de fazer uma reforma gradual. O Brasil tem condição de fazer isso sob controle, sem que os credores batam à porta.

Também mencionaram a regra de cálculo. *“Ah, porque vai ter que trabalhar 49 anos”*. Não é verdade. Aos 25 anos de contribuição, a pessoa vai se aposentar e vai ganhar 76% do salário de contribuição. Aposenta-se com 25 anos de contribuição e ganha 76%. Não é verdade que vai ter de se trabalhar 49 anos. Isso não é verdade.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Para ser integral, vai.

O SR. MINISTRO DYOGO HENRIQUE DE OLIVEIRA - Não existe aposentadoria integral hoje em lugar nenhum.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Por favor, o cidadão que representou a ANFIP...

Calma! Todos terão tempo de debater. A exposição feita há pouco pelo palestrante que antecedeu o Ministro foi absolutamente respeitada por aqueles que dela discordavam. Vamos demonstrar que nós temos, sim, condições de fazer um debate civilizado e respeitoso. Eu peço que seja garantida a palavra ao Ministro, por favor, com 1 minuto a mais de tempo.

O SR. MINISTRO DYOGO HENRIQUE DE OLIVEIRA - Obrigado, Sr. Presidente.

Essa regra de cálculo, que eu vou detalhar um pouco mais, não afeta 64% das pessoas que já se aposentam com salário mínimo. Sessenta e quatro por cento das pessoas não têm nada a ver com a regra de cálculo. De novo, é uma reforma gradual, que protege a maior parte das pessoas e que só é possível porque nós temos uma janela de oportunidade.

A questão do trabalhador rural não está presente no texto, porque não é possível estar, não é matéria de Constituição. Mas o que nós estamos prevendo é adotar para o trabalhador rural algo semelhante ao adotado para o



microempreendedor individual: uma contribuição de 50 reais por mês. Ao longo da vida laboral do trabalhador, ele terá contribuído com 16 salários e receberá durante 18 anos, o que não parece exagerado. Não me parece exagerado que alguém contribua 16 salários ao longo da vida e receba durante 18 anos.

E mais: com essa medida, nós teremos a possibilidade de identificar o trabalhador rural. O mundo laboral hoje não é dicotômico. O trabalhador rural está no contexto rural um dia. No dia seguinte, pode estar no contexto urbano. Nós precisamos identificá-lo, caracterizá-lo adequadamente. Isso nos permitirá ofertar-lhe os outros benefícios previdenciários: seguro-saúde, auxílio-doença, todos os outros benefícios que hoje ele não tem, porque simplesmente não contribui e não está registrado.

Também é verdade que a reforma que está sendo proposta efetivamente é uma reforma progressiva, no sentido de que aqueles que ganham menos, como eu já mostrei, são menos afetados. E são exatamente aqueles que ganham mais e que se aposentam hoje com menos idade, esses, sim, os que serão um pouco mais afetados pela reforma.

(Segue-se exibição de imagens.)

Vou começar por esse gráfico, onde nós projetamos o estoque dos aposentados ao longo dos próximos anos. O que eu estou mostrando aqui? Na faixa azul, são aqueles que já estão aposentados, já têm o direito adquirido. Eles vão continuar representando a maior parte das pessoas até 2028, onde eu projetei, mas até muito mais.

Vejam o seguinte: pela regra nova, será apenas o que está em laranja, ou seja, daqui a 10 anos, nós teremos 1,9 milhão de pessoas aposentadas pela regra nova. Os outros, ou estarão aposentados pela regra antiga, ou pela regra de transição.

Mais uma vez: é uma reforma gradual, uma reforma de 20 anos. Vinte anos de transição. Aos poucos, para ir agregando as pessoas no sistema.

Mas nós partimos de onde? Nós partimos de uma situação completamente distorcida. O Brasil gasta, hoje, 13% do PIB com aposentadoria — 13% do PIB! E temos 7% da população com mais de 65 anos. Quem gasta 13% do PIB? França?



Já fez reforma. Portugal? Já fez. Itália, Grécia? Já fizeram. Não é compatível com a nossa idade.

Estes aqui — vejam bem, 5 — têm 20, 21, 22, o triplo! O triplo! O nosso ponto de partida é que está equivocado.

O SR. DEPUTADO LELO COIMBRA - O triplo de população?

O SR. MINISTRO DYOGO HENRIQUE DE OLIVEIRA - A população com mais de 65 anos, nesses países que têm a mesma despesa que o Brasil, é o triplo da nossa! Ou seja, nós temos uma população muito mais jovem, e temos a mesma despesa. É evidente que esse sistema, no Brasil, não está equilibrado. Ele não é nem condizente com outros países.

E o que vai acontecer com o nosso sistema, se aprovada a reforma como nós estamos mencionando? Nós vamos conseguir estabilizar a despesa, vamos conseguir estabilizá-la. Nós não vamos reduzi-la, porque, como eu mostrei, o número de pessoas que vai estar na regra nova é pequeno ao longo de tempo. Então a despesa, na verdade, vai continuar crescendo. Ela vai continuar alta. O Brasil continuará, nos próximos anos, sendo um País que vai ter uma despesa com Previdência maior do que outros países em nível de desenvolvimento semelhante. Nós não estamos fazendo uma coisa abrupta.

O SR. DEPUTADO DAVIDSON MAGALHÃES - É 9% ou 13%? É 9% do PIB?

O SR. MINISTRO DYOGO HENRIQUE DE OLIVEIRA - Aqui é PIB, aqui é PIB.

O SR. DEPUTADO DAVIDSON MAGALHÃES - O senhor falou que era 13%, agora...

O SR. MINISTRO DYOGO HENRIQUE DE OLIVEIRA - Isso. Treze... Desculpe-me. Obrigado pela pergunta. Treze por cento é o conjunto. É o conjunto: Previdência estadual, municipal, regime próprio, regime público, tudo... *(Manifestação no plenário: Ah!)*

O.k. Muito bem.

Sem problema.

(Intervenções fora do microfone. Ininteligíveis.)



O SR. MINISTRO DYOGO HENRIQUE DE OLIVEIRA - Não invalida nada, não invalida nada! Não invalida nada! Não muda nada! Treze por cento é porque é comparativo internacional. Nos outros países, os regimes são semelhantes, então, ali, 13% é comparado com os outros países. Eu não vou poder colocar um número nosso lá que não seja comparável. Então, 13% lá é o regime total, Previdência total do País, no Brasil e nos outros países. Comparável. É o mesmo número comparado.

Aqui nós estamos falando só do regime... do valor dos benefícios do regime geral.

Então, aqui nós estamos tratando da nossa reforma específica, tá? E o que eu estou mostrando é: nós não estamos aqui tratando de um corte abrupto na Previdência, nem nada disso. Conseguiremos, com a aprovação da reforma, uma estabilização das despesas, não muito mais do que isso.

A Previdência já representa 54% das despesas. Sem a reforma da Previdência, ela vai alcançar 82% da despesa total do País. O que isso significa?

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. MINISTRO DYOGO HENRIQUE DE OLIVEIRA - Isso não é verdade, Deputado Darcísio. Isso não é verdade. Por quê? Porque nós vamos aprovar a reforma da Previdência, e ela nos dará um outro cenário.

A reforma da Previdência nos dará um cenário distinto, porque é um cenário distinto — ainda assim, um cenário desafiador, porque a Previdência continuará crescendo.

Como eu disse, as despesas Regime Geral de Previdência Social aumentam 50 bilhões por ano. É mais do que o nosso investimento total. O Governo Federal gasta hoje, ao todo, 720 bilhões. Em 2017, nós gastaremos, com o Regime Geral, regime próprio, LOAS e BPC, 720 bilhões. Isso é muito ou é pouco? Com a saúde serão gastos 100 bilhões; em investimentos 40 bilhões. A dívida pública é muito mais do que isso e continuará aumentando. Sem as medidas corretas, continuará aumentando. Pagaremos cada vez mais.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Eu sei que isso aumentou. Quanto é que não aumentou desde Fernando Henrique?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Por favor, todos terão oportunidade de se manifestar. Todos terão oportunidade de se manifestar.



Vamos ouvir o Ministro. Peço aos Deputados que compõem a base que mantenham silêncio durante a exposição do Ministro Dyogo, que veio a esta Casa para fazer sua exposição e para dialogar.

O SR. MINISTRO DYOGO HENRIQUE DE OLIVEIRA - Estaremos aqui à disposição para as perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - No sentido de não sofrer as críticas que já sofreram Ministros que aqui compareceram, o Ministro está aqui para apresentar sua exposição e para debater, obviamente, mantida a necessária civilidade e respeitabilidade.

Então peço que avancemos com a apresentação do Sr. Ministro.

Reponham 1 minuto do tempo do Sr. Ministro, por favor.

O SR. MINISTRO DYOGO HENRIQUE DE OLIVEIRA - Obrigado.

Sr. Presidente, demais Deputados e Deputadas, o ponto para o qual estou chamando a atenção é o da composição do Orçamento. Nós temos um problema sério hoje no País. Nós temos uma composição equivocada do Orçamento. Nós estamos gastando demais com Previdência e de menos com outras coisas. Independentemente do que seja a avaliação do ponto de vista de justiça, é evidente que não podemos sustentar o País investindo apenas 5% do Orçamento. Isso não é razoável. Nós temos que ter mecanismos para ampliar os investimentos no País. Esse mecanismo, evidentemente, é reduzir as principais despesas do Orçamento, sendo que a principal delas, evidentemente, é a despesa com Previdência.

Aqui, eu entro na questão do déficit, se há déficit, se não há déficit, e nas questões metodológicas.

Primeiro, colega Vilson, eu não vou entrar numa discussão de metodologia. Cada um faz a metodologia do jeito que acha que deve fazer, e você vai lá e faz a conta da maneira que deve fazer.

Esse quadro que está apresentado aqui também não é um quadro do Ministério do Planejamento, que nós fazemos lá ao nosso bel-prazer. Esse quadro é o quadro que acompanha a Lei Orçamentária Anual, que é aprovada pelo Congresso Nacional todos os anos.

Portanto, não há aqui uma discussão de método. Isso aqui é o que está na Lei Orçamentária Anual, decorrente das disposições da Constituição Federal, da



Lei de Diretrizes Orçamentárias e da própria Lei Orçamentária Anual. Esse é o quadro que tem todas as receitas e despesas da seguridade social.

Eu separei, evidentemente, a título de apresentação, a parte da Previdência, para que nós vejamos separadamente o resultado de cada parte desse conjunto.

Então, vemos aqui a arrecadação do RGPS: 358 bilhões de reais; 8 bilhões de rural e 350 bilhões do urbano, e a União, 33 bilhões do RPPS.

Do outro lado, temos o RGPS. Despesas: 507 bilhões. Portanto, um déficit de 149 bilhões de reais, concentrados 103 bilhões no rural e 46 bilhões no urbano, o que já é uma informação importante para o debate, porque, durante muito tempo, é verdade, o setor urbano da Previdência não apresentava déficit — durante muitos anos, foi superavitário —; e os servidores da União, RPPS, 77 bilhões de déficit, perfazendo um total, portanto, de 227 bilhões de reais de déficit em 2016, na Previdência.

O SR. DEPUTADO MAJOR OLIMPIO - São 77 incluindo-se os militares?

O SR. MINISTRO DYOGO HENRIQUE DE OLIVEIRA - Incluindo civis e militares. Então, são 227 bilhões de déficit da Previdência, no nível federal.

Compõem a seguridade — todos aqui sabem, mas quem está nos assistido talvez não saiba —, além da Previdência, a saúde e a assistência social. Aí temos as demais receitas e as demais despesas da seguridade, resultando em um déficit de 258 bilhões de reais, no sistema seguridade social.

Vamos compreender. Se estamos dizendo que isso aqui é um conjunto, o conjunto em si já é deficitário, mas o que está acontecendo ao longo do tempo? O que está acontecendo ao longo do tempo é que esta parte do quadro está crescendo mais do que esta parte do quadro, ou seja, o aumento da despesa da Previdência, mesmo considerando já esse déficit, está empurrando as despesas das demais áreas da seguridade social. Não é por acaso que nós temos tido a despesa de Previdência crescendo, em percentual, no total da despesa da seguridade.

O mais preocupante é que não só temos um grande déficit no sistema do regime geral, mas um déficit que cresceu muito rapidamente, resultado de uma série de conjunturas, inclusive positivas, com a grande formalização que houve no País nos últimos 20 anos.



O País se formalizou enormemente. Então, essas pessoas passaram a se aposentar, a usar os benefícios, os programas de assistência da Previdência, como saúde e outros, e isso vai pressionando a despesa da Previdência.

A mesma coisa, evidentemente, aconteceu com a seguridade social. Quando olhamos o conjunto da seguridade social, ele era, de fato, quase equilibrado, no início dos anos 2000. Um pouco mais para trás, era de fato equilibrado. Agora, ele se deteriorou muito rapidamente e de maneira preocupante.

Eu fiz um exercício, porque sei que esse é um tema importante, do que aconteceria com esse resultado da seguridade social se considerássemos, apenas por hipótese, que não existisse a DRU. Ainda assim, teríamos, este ano, um déficit de 166 bilhões de reais, mesmo tirando a DRU.

Quando eu olho o conjunto da Nação, vejo que há um déficit no sistema da Previdência de 305 bilhões de reais. Apenas os Municípios têm um pequeno superávit, mas os Estados têm um déficit muito grande — não é por acaso que muitos deles se encontram em dificuldades hoje —, a União, o regime geral e o regime próprio. Portanto, temos um déficit que tem muito a ver com Previdência.

Temos algumas informações para o debate também. A principal proposta que trazemos é a idade mínima. E nós fomos, evidentemente, buscar a referência internacional nesse assunto.

Aqui os senhores veem a quantidade de países que já adotam a idade mínima, e não só a idade mínima. Todos esses países que têm apenas a barra verde adotam a idade mínima igual para homens e mulheres. Onde há alguma diferenciação está marcado aqui em laranja.

Então, vejam que países como Chile, México, Espanha, Polônia, Irlanda, Portugal, todos já adotam idade mínima, e adotam idade mínima acima de 65 anos.

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. MINISTRO DYOGO HENRIQUE DE OLIVEIRA - Sabemos a diferença.

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. MINISTRO DYOGO HENRIQUE DE OLIVEIRA - Vamos responder às perguntas no final.

Permita-me só, Deputado André, avançar e concluir a apresentação.

(Intervenções fora do microfone. Ininteligíveis.)



O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Por favor, vamos permitir o desenrolar da exposição.

(Intervenções fora do microfone. Ininteligíveis.)

O SR. MINISTRO DYOGO HENRIQUE DE OLIVEIRA - Podemos seguir adiante? *(Pausa.)* Nós voltaremos durante as perguntas, sem problema.

(Intervenções fora do microfone. Ininteligíveis.)

O SR. MINISTRO DYOGO HENRIQUE DE OLIVEIRA - Vou seguir adiante. *(Pausa.)* Nós vamos checar. Vamos seguir adiante.

A outra questão importante que nós temos que colocar no debate é sobre o fato de que a maior parte das pessoas hoje já se aposenta por idade mínima no Brasil. A verdade é que, quando nós olhamos o total, nós vemos que 63,8% das pessoas se aposentam com um salário mínimo e 36% das pessoas se aposentam com mais de um salário mínimo.

Vejamos por Região: na Região Norte, quase 90% das pessoas se aposentam com um salário mínimo; no Nordeste, 85%; no Sudeste e no Sul um pouco menos; e, no Centro-Oeste, 78%.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. MINISTRO DYOGO HENRIQUE DE OLIVEIRA - São 63,8% das pessoas que se aposentam com um salário mínimo.

Outra questão que tem sido objeto de muito debate é exatamente sobre as Regiões Norte e Nordeste, onde supostamente a expectativa de vida seria muito baixa e, portanto, a idade mínima de 65 anos seria um exagero. Para isso, nós precisamos esclarecer que o que se deve olhar não é a expectativa de vida ao nascer, mas sim a expectativa de vida aos 65 anos de idade. E o que nós temos é que, na Região Norte, por exemplo, a expectativa de vida é de aproximadamente 82 anos, portanto, essa pessoa ficará ainda, em média, 17 anos recebendo aposentadoria. Na Região Nordeste, a expectativa de vida é um pouco mais alta: 82,5 anos de vida.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Vou ter que solicitar que o Ministro paralise por um instante sua exposição para que S.Exas. concluam as conversas, a fim de retomarmos a exposição. *(Pausa.)* Podemos retomá-la?



Por favor, Ministro, V.Exa. pode retomar a exposição.

O SR. DEPUTADO LEÔNIDAS CRISTINO - É uma suposição essa expectativa de vida?

O SR. DEPUTADO MAJOR OLÍMPIO - Para quem tem 65 anos...

O SR. MINISTRO DYOGO HENRIQUE DE OLIVEIRA - A história é a seguinte: aos 65 anos, a expectativa é de que a pessoa viva, em média, até 82 anos, na Região Norte; até 82,5 anos, no Nordeste; até 84 anos, no Sudeste; e até 83 anos no Centro-Oeste. Então o que se quer mostrar com este quadro é simplesmente o seguinte: não corresponde à realidade que o Nordeste está sendo penalizado com essa questão da idade mínima. O que acontece, na verdade, é que o Nordeste tem uma taxa de mortalidade infantil alta e, portanto, uma idade média de expectativa de vida mais baixa. Mas isso não se refere exatamente à pessoa que tem 65 anos; refere-se à criança, que, pelo excesso de mortalidade infantil, derruba muito a média no Nordeste. Mas a média de expectativa de vida no Nordeste ou no Norte, aos 65 anos, é próxima da média do País.

Aqui, a nossa intenção era simplesmente mostrar que, proporcionalmente à média de outros países, os homens brasileiros vivem 1,8 ano menos, mas se aposentam 4,6 anos antes. Portanto, a nossa média está desproporcional à média de outros países. Se se fosse ajustar isso pela expectativa de vida, nós deveríamos ter uma aposentadoria média 1,8 ano menor do que a dos países da OCDE, e não 4,6 anos, que é o que nós temos hoje no Brasil.

O próximo eslaide é a demonstração do processo gradual de implementação da reforma. Hoje, quem se se aposenta por tempo de contribuição se aposenta em média com 54 anos; são as pessoas que ganham mais. As pessoas que ganham menos se aposentam já hoje por idade; são as pessoas que ganham salário mínimo ou com muita rotatividade de trabalho. A média dessas pessoas vai chegar, em algum momento, a 65 anos, e assim também a das pessoas que se aposentam por tempo de contribuição.

O que nós estamos mostrando aqui mais uma vez? Que a reforma que nós estamos propondo não só é gradual, mas também progressiva. Ela está exatamente colocando a carga da reforma menos nas pessoas que ganham menos e mais nas pessoas que ganham mais.



Quem ganha salário mínimo, evidentemente, vai continuar ganhando salário mínimo. Portanto, a regra de cálculo não afeta 63% ou 64% das pessoas.

E aqui eu coloquei o que é de fato a taxa de reposição. A média no Brasil é 81%. Não existe uma reposição de 100%. A média é 81%. Com a nova reforma, o mínimo será 76%. *“Ah, mas a pessoa precisa esperar até 49 anos para se aposentar!”* Não, não precisa esperar 49 anos para se aposentar. Se completou 25 anos de contribuição e 65 anos de idade, ela se aposenta, ganhando 76%. Isso é pouco? Não, isso não é pouco. Isso é acima do que se ganha na maioria dos países.

Na América Latina, apenas Brasil e Colômbia concedem pensões integrais, independentemente do número de filhos. Esse é um tema que também faz parte da reforma. Eu me refiro a isso só para dizer que é evidente que o Brasil é uma exceção no mundo quando se trata da questão de pensões. A reforma propõe uma gradualização do benefício da pensão em relação ao tamanho da família, que é algo intuitivo, algo também razoável.

Quanto à questão do BPC também, só quero lembrar que a idade já foi 70 anos, durante muitos anos, depois baixou para 67, e, em 2013, baixou para 65. E o que nós estamos propondo de novo é um retorno gradual: a cada 2 anos, aumenta 1 ano, até chegar aos 70 anos de novo.

Agora, a idade para o BPC era 70 anos lá na década de 70. A expectativa de vida evoluiu enormemente neste tempo. Não é definitivamente uma coisa absurda o que se está propondo.

A reforma da Previdência é o caminho para que nós retomemos o crescimento, é a virada de página de que o País precisa, é o divisor de águas do momento que nós estamos vivendo. Se a reforma da Previdência não for aprovada, nós perderemos essa janela e teremos que fazê-la logo ali na frente. Não duvidem disso.

Por que eu digo para não duvidarem disso? Porque todos os governos a fizeram — mais, menos, mais suave, mais dura, mais assim, mais assado. Não é uma questão que se sobrepõe à discussão de justiça ou de outra coisa. É uma questão da realidade dos fatos. No final do dia, é preciso ter dinheiro para a Previdência pagar os benefícios.



Está demonstrado que nós estamos tendo um déficit elevado: na Previdência, na Seguridade Social, com DRU, sem DRU, do jeito que se queira fazer a conta. A única forma que não se pode fazer essa conta é retirando partes. O cidadão recebe seu salário e tem sua despesa; ele pode fazer uma conta: “*Se eu não considerar o aluguel, está sobrando dinheiro*”. Tudo bem, se ele não considerar o aluguel, está sobrando dinheiro, só que ele não vai ter onde morar. Aqui é uma situação semelhante.

(Manifestação fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. MINISTRO DYOGO HENRIQUE DE OLIVEIRA - Deputado, só um minuto para eu concluir o raciocínio e já passamos.

Aqui, o que acontece? Aprovada a reforma da Previdência, nós passaremos para outro patamar de crescimento da economia brasileira, retornando ao potencial de desenvolvimento do País.

O mercado, evidentemente, já vai antecipando as coisas. Os analistas econômicos vão fazendo projeções e já vão, com base nessas projeções, precificando.

O que eu estou mostrando aqui? O Risco País, que tinha alcançado 523 pontos, já caiu para 279. No período de *investment grade*, nós estávamos em 240 pontos. O que eu estou dizendo é que, com a reforma da Previdência e medidas adequadas para o País, nós retomaremos o nível de risco do período de *investment grade*, e o Brasil, em algum momento, voltará a ter *investment grade*. Voltaremos a ser considerados como um país solvente, um país que tem credibilidade.

Com a reforma da Previdência, com credibilidade, com crescimento, com inflação sob controle, nós teremos redução de juros. O que significa redução de juros? Significa que a dívida, ao invés de ir para mais de 90%, vai flexionar e se estabilizar. O que significa isso? Menos despesa com pagamento de juros; menos pagamento de juros, mais recursos para outras áreas em que o País precisa de investimento.

Esse quadro é só para mostrar que o pior da economia brasileira já passou. Nós chegamos aqui, no final de 2015, início de 2016, com a economia caindo mais de 5% no trimestre. Nós já estamos caminhando para uma estabilidade e logo, logo



estaremos no lugar em que o Brasil deve estar, que é o lugar do crescimento elevado e alcançando o potencial de crescimento da economia brasileira.

Vou encerrar por aqui. Muito obrigado.

O Deputado Arnaldo Faria de Sá fez uma pergunta que eu me comprometi a responder.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Já entendi.

O SR. MINISTRO DYOGO HENRIQUE DE OLIVEIRA - Já entendeu, Deputado? *(Pausa.)*

Obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Agradeço, então, aos dois expositores e vou passar a palavra ao Relator, para que faça as suas considerações.

Como havia sido combinado na última reunião que tivemos, findam-se agora as inscrições para questionamentos. Se alguém que está presente ainda não fez a sua inscrição, faça-a porque o prazo se encerra agora.

Deputado, se V.Exa. quiser se inscrever, eu lhe concederei um tempo para que faça a sua inscrição.

Obviamente, os Líderes falam a qualquer tempo. Em aqui chegando, na condição de Líder ou trazendo a devida indicação, o Deputado se inscreverá como Líder, mas falará somente como Líder, sem acumular com o tempo de inscrição comum.

Peço que tragam a mim as inscrições.

A palavra está com o Relator. *(Pausa.)*

O SR. DEPUTADO CLEBER VERDE - Deputado Maia, antes da sua fala, por gentileza, permita-me rapidamente fazer uma consideração para enriquecer a fala do Ministro. Na verdade, quero fazer uma complementação.

Ministro Dyogo, quando V.Exa. fala da questão de o trabalhador rural — o lavrador e o pescador — vir a contribuir, óbvio, numa outra discussão, ele passará a ter direito à auxílio-doença, aposentadoria, pensão. Mas, na verdade, hoje o trabalhador rural apenas comprova a atividade. Ele se aposenta, ele tem direito ao auxílio-doença, ele tem direito à pensão por morte, enfim, ele tem direito a todos os benefícios que tem o trabalhador do Regime Geral, mesmo sem contribuir.



Eu só estou complementando a sua informação. Mesmo sem contribuir, ele pode se aposentar e também tem direito a todos os outros benefícios. É só um registro que eu faço porque surgiu esta dúvida hoje: um Líder perguntou, numa reunião que tivemos, se trabalhador rural recebe ou não auxílio-doença, pensão por morte. Sim, o trabalhador rural — o lavrador e o pescador — apenas comprova que a atividade dele é rural. A mulher, aos 55 anos, e o homem, aos 65 anos de idade, podem se aposentar. Se adoecer, vai receber auxílio-doença; se ficar inválido, vai se aposentar por invalidez. Se vier a falecer, a sua esposa ou vice-versa terão direito a pensão por morte. É um dado complementar que trago diante de uma dúvida que surgiu por parte de um Líder e que pode ser dúvida também aqui entre os pares desta Comissão.

Depois, vou me inscrever como Líder para falar a respeito da reforma.

O SR. DEPUTADO PEPE VARGAS - Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Vamos retomar os trabalhos.

O SR. DEPUTADO PEPE VARGAS - Sr. Presidente, quero fazer uma reclamação, por favor, rapidamente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Sim, Deputado.

O SR. DEPUTADO PEPE VARGAS - Eu registrei isso na reunião passada, mas V.Exa. naquele momento não estava presente, havia se retirado da reunião. Houve um intenso debate, aqui na nossa Comissão, sobre os documentos e as informações que vários Deputados pediram ao Governo, que demorou em enviá-los. Na reunião passada, então, fomos informados de que algumas respostas foram entregues por escrito. Essas respostas eram absolutamente insuficientes para as informações que havíamos solicitado. Então, fomos informados, na reunião, de que junto com aqueles documentos por escrito havia um CD.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Sim.

O SR. DEPUTADO PEPE VARGAS - Esse CD, de fato, foi disponibilizado. Pois bem, nós pegamos o CD e o entregamos para os técnicos que estão nos assessorando, porque esse é um debate eminentemente técnico, que diz respeito à projeção de longo prazo, à metodologia de projeção de longo prazo do Governo.

Só que ocorre o seguinte, Sr. Presidente: não há os microdados, não há nada dentro do CD. É igual ao que está no papel. Então, aquele CD não nos acrescentou



nada. E aqueles papéis que já haviam sido entregues são absolutamente insuficientes e não respondem ao conjunto do pedido de informações que nós fizemos.

Então eu queria solicitar a V.Exa. que, como Presidente da Comissão, requisitasse ao Governo que nos atenda, inclusive com base na que dispõe a Lei de Acesso à Informação. Não está sendo sequer cumprida a Lei de Acesso à Informação aqui, que é uma questão básica. Qualquer cidadão poderia pedir isso, e os Deputados também podem.

Eu queria então pedir a V.Exa. que fizesse as diligências necessárias para que recebamos as informações solicitadas.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Eu o farei. V.Exa. contribuiria com esse pleito que vou fazer ao Governo se pudesse esclarecer efetivamente quais aspectos entende que não foram respondidos na questão.

O SR. DEPUTADO PEPE VARGAS - Refiro-me aos requerimentos de informação que foram aprovados pela Comissão. Portanto, já não são mais requerimentos de informação de um Deputado, proponente ou não; são requerimentos de informação do conjunto da Comissão, que os aprovou por unanimidade. Solicito resposta àqueles requerimentos de informação. Inclusive, o nosso pedido de informações chega a ser meio detalhista pelo tipo de informação que queremos.

E dizer que não é possível entregar as informações porque, como foi dito aqui, custaria 500 mil reais, que teria de pagar a DATAPREV para ela fornecer as informações chega a ser ridículo. Não podemos cair nessa esparrela, pelo amor de Deus!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Positivo. Vamos avançar. Está registrado e vou tomar providências.

O SR. DEPUTADO MAJOR OLIMPIO - Sr. Presidente, tenho uma reclamação, ainda. Quero fazer um adendo sobre o mesmo assunto.

Só no requerimento de informações do Deputado Ivan Valente, parece-me, havia 17 questionamentos que são fundamentais e que não foram respondidos. Nem o requerimento formal que a lei determina que deva ser feito por Parlamentar — e é



de um Parlamentar desta Comissão — e que contribuiria exatamente para isso foi respondido. Só reforço a V.Exa. que os questionamentos estão esmiuçados por item. São desses itens que nós precisamos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Positivo. Vamos avançar.

A palavra é do Relator.

O SR. DEPUTADO ARTHUR OLIVEIRA MAIA - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, estamos hoje realizando nossa 11ª audiência pública, e o tema que está sendo tratado hoje é, mais uma vez, essa discussão sobre o déficit ou não déficit da Previdência Social.

Eu confesso que, desde o momento em que foi trazida a informação de que havia a tese daqueles que advogam que não existe déficit da Previdência Social, fiquei extremamente curioso para compreender como se conseguia chegar a esse número. Assisti depois disso a várias palestras, a várias ponderações dos técnicos que vieram aqui, como o Dr. Vilson, da ANFIP, etc.

Basicamente, a noção de que não há déficit decorre de uma conta em que não se computa no cálculo daquilo que é despesa da Previdência Social o Regime Próprio de Previdência Social, ou seja, não entra na conta o que é pago aos servidores públicos. *(Pausa.)*

Pois não, Ministro.

O SR. MINISTRO DYOGO HENRIQUE DE OLIVEIRA - Deputado, se V.Exa. me permite, eu não coloquei na apresentação, mas nós trouxemos um quadro atualizando os números. Há outra questão que é a utilização de dados de anos passados. Como a coisa está piorando rapidamente, eu tratei de fazer uma conta, atualizando os dados, usando aí a metodologia mencionada.

Eu queria pedir ao pessoal que colocasse na projeção o quadro, para vermos o seguinte...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Está encerrado o tempo do Ministro. O Plenário concorda que seja apresentado esse quadro? *(Pausa.)* Pode apresentá-lo.

O SR. MINISTRO DYOGO HENRIQUE DE OLIVEIRA - É só um complemento de informação para o Relator.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Trata-se de um procedimento. Eu pedi licença ao Plenário e estamos apresentando o quadro.

O SR. DEPUTADO MAJOR OLIMPIO - O que abunda não prejudica.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. DEPUTADO MAJOR OLIMPIO - Agora, tabela falsa...

O SR. MINISTRO DYOGO HENRIQUE DE OLIVEIRA - Simplesmente atualizando dados, Relator, mesmo retirando as despesas do Regime Próprio, o resultado é esse que está na tela, que seria um déficit na Seguridade. Mesmo considerando que a despesa do Regime Próprio não fosse considerada na conta, mesmo assim nós já teríamos, neste ano de 2016, um déficit.

O SR. DEPUTADO ARTHUR OLIVEIRA MAIA - Mas, de qualquer maneira, eu quero...

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Sr. Presidente, não se pode dar uma tabela falsa e outra verdadeira. Ele pode mostrar duas tabelas, mas não pôr uma como falsa e a outra como verdadeira.

O SR. DEPUTADO DAVIDSON MAGALHÃES - O que ele fala de metodologia é da Constituição *(ininteligível)*.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Que é isso? Tirem aquela tabela de lá!

O SR. DEPUTADO MAJOR OLIMPIO - De jeito nenhum!

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Quem falseia a Constituição desrespeita a Constituição brasileira! Ministro não pode desrespeitar a Constituição brasileira!

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Ele pode mostrar duas tabelas, mas não pode chamar uma de falsa e a outra, de verdadeira!

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Ministro não pode violar a Constituição brasileira, sob pena de crime de responsabilidade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Solicito que seja, então...

O SR. DEPUTADO MAJOR OLIMPIO - O TCU e o Ministério Público da União já disseram que ele não podia ser Ministro! Está denunciado na Zelotes!

A SRA. DEPUTADA JANDIRA FEGHALI - Sr. Presidente...

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Retire aquilo de lá!



O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Ministro não pode violar a Constituição brasileira, sob pena de crime de responsabilidade, e não pode mentir aqui nesta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Eu vou fazer o seguinte: atendo os pleitos e peço que seja retirada a tabela, e os senhores que a leram esqueçam o que leram. Vamos em frente.

O SR. DEPUTADO ARTHUR OLIVEIRA MAIA - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados...

O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO - Ministro Dyogo, V.Exa. pode passar para mim a tabela, por favor?

O SR. DEPUTADO MAJOR OLIMPIO - Isso aí é pedalada! Isso aí é pedalada!

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - E foi ele quem fez a pedalada.

O SR. DEPUTADO MAJOR OLIMPIO - Foi ele que assinou a pedalada...

O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO - Ministro Dyogo, V.Exa. pode passar para mim a tabela, por favor?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Positivo. Vamos permitir ao Relator que faça os seus questionamentos e as suas considerações.

O SR. DEPUTADO ARTHUR OLIVEIRA MAIA - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o fato objetivo é que aqueles que advogam a tese de que não existe déficit da Previdência Social explicam a sua teoria a partir da concepção de que o gasto que é destinado ao pagamento das aposentadorias dos funcionários públicos não deveria fazer parte dessa contabilização.

Ora, toda a projeção que é feita a cada mês para pagamento das aposentadorias obviamente não pode excluir os servidores públicos. Os servidores públicos não poderão deixar de receber as suas aposentadorias, mesmo porque os servidores públicos contribuíram para o Regime Próprio de Previdência Social.

O déficit da Previdência decorre da soma do Regime Próprio com o Regime Geral e, dentro dessa proporção, nós tivemos, neste ano de 2016, déficit da ordem de 227 bilhões de reais e que projeta para 2024 um custeio da Previdência Social que tomaria conta de praticamente todo o Orçamento da União.



Ora, Sr. Presidente, às vezes, eu fico pensando sobre essa questão da contabilidade. Às vezes, eu ouço falar e aqui, há um ano e meio atrás, se ouviu muito falar dessa expressão “contabilidade criativa”.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Pedaladas!

O SR. DEPUTADO ARTHUR OLIVEIRA MAIA - Ora, contabilidade criativa é justamente essa ideia de dizer: *“Exclua aquilo ali da despesa, exclua aquilo ali da receita, para que, tirando de um lado e botando do outro, se chegue a um denominador, a um número que se pretende chegar”*.

Mas vamos aqui falar para quem está nos ouvindo em casa, para o pai, para a mãe de família, para as pessoas que, de fato, têm ao longo do dia, ao longo de cada mês a obrigação de se preocupar em ganhar algum dinheiro, para pagar as suas contas, sustentar a sua família.

Não incluir, dentro do contexto do déficit da Previdência, o Regime Próprio seria mais ou menos como se a pessoa estivesse me ouvindo falar o seguinte: *“Olha, eu não vou contabilizar na despesa da minha família uma parte do que, de fato, é despesa. Eu vou tirar a conta de luz, eu vou tirar a conta de água, eu vou tirar o aluguel da casa, eu vou tirar o colégio das crianças, e o resto — o resto, sim — é despesa”*.

O que aconteceria se uma pessoa fizesse isso? Naturalmente, as contas venceriam, e ela perderia o direito de dar aos filhos acesso à escola, a luz seria cortada, a água seria cortada, ela seria despejada da sua casa.

Portanto, eu não consigo sequer conceber essa lógica que, com todo o respeito, a ANFIP defende: a lógica de que a despesa da previdência dos servidores públicos não compõe o déficit da Previdência Social. Eu não consigo entender isso, tenho dificuldade para entender isso. Acho que todas as pessoas que estão nos ouvindo agora em suas casas têm dificuldade para compreender esse tipo de lógica, porque essas pessoas que são funcionários públicos aposentados recebem, ao final de cada mês, o pagamento das suas aposentadorias e não podem ficar sem ele. Portanto, não há nenhuma lógica, naturalmente, a meu ver, nessa deliberada intenção de querer fazer uma confusão dentro dos cálculos da Previdência Social, o que não ajuda em absolutamente nada.



A Previdência tem de fato um déficit; esse déficit precisa ser enfrentado. Nós estamos com uma proposta que foi trazida para o Congresso Nacional; essa proposta está tramitando. Já tivemos aqui várias audiências públicas; já fizeram os Srs. Parlamentares bem mais do que uma centena de emendas; essas emendas estão agora sendo separadas por assunto, para que nós possamos continuar esse nosso debate. Esse é o quadro verdadeiro que nós temos. Negar a existência do déficit é negar o óbvio, é querer tapar o sol com a peneira, é querer deliberadamente trair a fé das pessoas, o conhecimento das pessoas sobre algo tão elementar como isso.

Então, Sr. Presidente, eu entendo que nestas audiências públicas, de certa forma, depois que as pessoas já tiveram a oportunidade de amadurecer os seus conceitos, de aprender um pouco mais sobre a Previdência, não só os Deputados que estão aqui nesta Comissão, mas também os brasileiros que leram os jornais nesses últimos 30 dias, que assistiram aos noticiários da televisão, que acompanharam o assunto através da Internet, todos nós aprendemos um pouco sobre Previdência Social.

É óbvio que nós sabemos que existe um déficit, que é inegável a existência de um déficit e que temos que trabalhar no sentido de acabar com este crescimento exponencial, sob pena, semelhante ao que ocorre em alguns Estados, como Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Minas Gerais, de não termos mais condição — nós do Governo Federal — de pagar as aposentadorias das pessoas, seja no Regime Próprio, seja no Regime Geral de Previdência Social.

É importante dizer, entretanto, nesse debate, que aquilo que foi enviado para o Congresso Nacional, do ponto de vista das pessoas menos favorecidas, basicamente muda um ponto: o que diz respeito à alteração da idade. Hoje as pessoas mais pobres se aposentam, como foi mostrado aqui na exposição do Ministro Dyogo Oliveira, na média com 60,9 anos de idade. O Governo está ampliando esta idade para 65 anos. Ora, 65 anos! Aqui há alguns Deputados que foram Constituintes.

Deputado Arnaldo Faria de Sá, V.Exa. que acompanhou a elaboração da Carta Magna sabe que, em 1988, quando a expectativa de vida do brasileiro era pelo menos 15 anos a menos, V.Exas. já introduziam no texto da Constituição que a



aposentadoria se dava: letra “a”, com 35 anos de contribuição; letra “b”, com 65 anos de idade.

A interpretação de muitos é que aqueles critérios eram cumulativos. Entretanto, o julgamento que aconteceu depois da Assembleia Nacional Constituinte fez a interpretação, fez a exegese desse dispositivo e compreendeu que aqueles dois requisitos eram alternativos.

Eu discordo desse ponto, mas V.Exa., que há 30 anos participou desse debate, sabe que, se naquela época já se considerava uma idade de 65 anos, e a expectativa de vida de lá para cá cresceu 15 anos, por óbvio que falar hoje em 65 anos de idade mínima para a aposentadoria é algo plenamente razoável, não só por esse gesto do Constituinte lá atrás, como também pela realidade dos países que fazem parte das demonstrações que foram feitas por vários e vários técnicos e por muitos Deputados que participam deste debate. E não são apenas os países da Europa, os países mais desenvolvidos. Estamos falando aqui do México, um país que tem dificuldades sociais maiores do que as do Brasil e cuja aposentadoria é aos 65 anos.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Sr. Relator, não eram cumulativos não. Tanto que aos 65 anos, no caso dos homens, e aos 60 anos, no das mulheres, era preciso ter um mínimo de 15 anos de contribuição. Então, não eram cumulativos, não.

O SR. DEPUTADO ARTHUR OLIVEIRA MAIA - Como é, Deputado?

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Não é cumulativo idade e tempo de contribuição, porque, com 65 anos para o homem e 60 anos para a mulher, havia um mínimo de 15 anos de contribuição.

O SR. DEPUTADO ARTHUR OLIVEIRA MAIA - Deputado, eu não vou nem entrar nesse mérito porque eu sei que é polêmico, mas eu acho que é cumulativo. V.Exa. está com a maioria, e o Judiciário entendeu que era alternativo. Tudo bem.

O que eu quero dizer é que, se há 30 anos já se tinha como parâmetro a idade de 65 anos, na realidade atual, 30 anos depois, falar da mesma idade não é falar nenhum absurdo, Deputado Lelo. Não! Estamos falando de algo plausível. Aquela já foi uma idade referência para o Constituinte há 30 anos. E, de lá para cá, a nossa expectativa de vida cresceu exponencialmente.



Sessenta e cinco anos é a idade mínima de aposentadoria no México. Essa é também a idade mínima de aposentadoria no Chile. E são países cuja realidade se assemelha à nossa.

Portanto, essa é a única alteração, Deputado Pauderney Avelino, substancial para os menos favorecidos nesta PEC, a única mudança substancial. As mudanças acontecem muito mais para aqueles que ganham muito mais. Aí, sim, as alterações são maiores. Para aqueles que se aposentaram com idades bem menores, para aqueles que querem agora uma regra de transição, aí, sim, há uma mudança mais significativa. Mas quando nós avaliamos que 66% dos brasileiros ganham salário mínimo e, portanto, não terão nenhuma diminuição no recebimento de suas aposentadorias, quando consideramos que 64% dos brasileiros que recebem aposentadoria se aposentaram com idade que hoje está em torno de 61 anos, nós não estamos, portanto, fazendo nenhuma modificação.

No entanto, estamos fazendo uma modificação necessária, porque não é possível que nós vejamos a expectativa de vida aumentar, a velocidade do crescimento demográfico brasileiro diminuir e continuemos a ser ainda um dos poucos países do mundo que têm essa regra exorbitante, absurda, despropositada, desusada, *démodé*, que é a aposentadoria por tempo de contribuição. Nós não podemos mais preservar essa condição.

É verdade que para o funcionalismo público isso já acabou desde 2013, mas ainda é possível no RGPS, ainda é possível para aqueles que estão fora do RPPS. Portanto, estamos fazendo uma regra que leva todos para o campo da igualdade.

Não é possível, minha gente, não é possível, Sras. e Srs. Deputados, que, no Brasil, tenhamos distorcido de tal forma a previdência social que, em determinado momento, em vez de ela ser um instrumento para assegurar a vida das pessoas ao chegarem em idade avançada, transformou-se num instrumento de concentração de renda, especialmente quando vimos tantos funcionários públicos — hoje não pode mais — se aposentarem com 50 anos, recebendo salário pelo teto constitucional, muitas vezes até acima do teto constitucional.

O SR. DEPUTADO MAJOR OLIMPIO - Temer, Padilha, FHC!



O SR. DEPUTADO ARTHUR OLIVEIRA MAIA - Então, nós precisamos de fato, neste momento, fazer esta reforma para dar sustentabilidade à previdência social. Não podemos admitir a continuação dessas desigualdades.

Tenho certeza de que, pelas várias declarações dos Srs. Deputados — e Deputados da base, inclusive —, que apontam pontos da PEC que merecem ser mais bem calibrados, que merecem ser aperfeiçoados, no decorrer do processo legislativo, nesta Casa e no Senado da República, haveremos de cumprir o nosso papel. Não tenho dúvidas disso.

Ninguém imagina que um projeto como este, que, por sua própria natureza, é um projeto polêmico, difícil, ao passar por esta Casa, não sofrerá as alterações devidas. É óbvio! E não foi diferente no Governo Fernando Henrique Cardoso e no Governo Lula.

Mas, Sras. e Srs. Deputados, esta reforma todos sabemos que é extremamente importante para o Brasil. Não vamos permitir que o Brasil alcance a condição a que chegou o Rio de Janeiro, a que chegou Minas Gerais, a que chegou o Rio Grande do Sul. Existe, nesses três Estados, hoje, uma realidade em que os aposentados deixam de receber suas aposentadorias. Quando muito, recebem-na de maneira parcelada. Será possível que é isso que nós desejamos para o Brasil? Todos os cálculos atuariais mostram que, se continuarmos nesta escalada, em 2024 não teremos mais condição de pagar os nossos aposentados.

As pessoas falam assim: *“Tudo bem, mas existe a dívida das empresas com o INSS”*. É verdade! A cobrança dessas dívidas já foi devidamente ajuizada no âmbito do Poder Judiciário. Mas quem aqui, nesta sala, teria coragem de contrair um compromisso financeiro, de contrair a obrigação de pagar alguma coisa no futuro, esperando receber o dinheiro de uma ação que está tramitando na Justiça? Quem faria isso? Ninguém! Sabemos da morosidade que existe nas ações judiciais. Sabemos que muitas dessas empresas que devem já nem existem mais e que, portanto, muito dessa dívida que se coloca é dívida inexistente, é dívida podre.

Ora, eu vejo as pessoas falarem dos prédios do INSS. Eu também acho que devam ser vendidos. Mas será que isso dá para pagar pelo menos 1 mês — 1 mês! — de rombo do INSS? É claro que não. Não dá. Os valores são muito altos. Nós temos, portanto, que avançar...



O SR. DEPUTADO MAJOR OLIMPIO - Os 8 mil prédios, Relator? Os 8 mil prédios que mostraram aí?

O SR. DEPUTADO ARTHUR OLIVEIRA MAIA - Se venderem 8 mil prédios, Deputado, vão ter que alugar, porque existem uns que vale a pena vender, mas não são todos. Eu, por exemplo...

O SR. DEPUTADO MAJOR OLIMPIO - No Rio de Janeiro, só com o que foi retido com o ladrão Cabral já deu para pagar 8 mil aposentados.

O SR. DEPUTADO ARTHUR OLIVEIRA MAIA - Deputado, V.Exa. vai ter o direito de falar. Veja só, eu não vou aqui...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Por favor, vamos garantir a palavra do Relator.

O SR. DEPUTADO ARTHUR OLIVEIRA MAIA - Toda vez que eu vou falar aqui...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Vamos avançar. Está indo bem a reunião.

Por favor, continue, Relator.

O SR. DEPUTADO ARTHUR OLIVEIRA MAIA - Sr. Presidente, eu, por exemplo, há 3 anos, fiz uma emenda acho que de 600 mil reais para a construção da sede do INSS de Bom Jesus da Lapa. Vamos vender essa sede? Não faz sentido. Podem até existir em São Paulo, no Rio de Janeiro, na Bahia, sei lá, alguns terrenos em que não funcionam as respectivas sedes do INSS, terrenos valorizados, aí tem mais é que vender mesmo, tudo bem. Mas isso não é solução. A solução é fazermos uma reforma que na sua progressividade dê ao INSS, à previdência social brasileira, sustentabilidade. É isso que nós estamos construindo aqui, é isso que estamos fazendo aqui.

Sem querer, de maneira nenhuma, fazer esse modelo de criatividade contábil, nós temos que reconhecer, com todo o respeito, Dr. Vilson, que não podemos deixar de fora dessa conta o pagamento dos funcionários públicos. Eu sei que o senhor, que é um funcionário público, inclusive, não deseja ficar sem receber a sua aposentadoria, nem o senhor nem os seus colegas. Esse dinheiro terá que sair de algum lugar. De onde vai sair? *“Ah, se não for do caixa da previdência não importa”*. O fato é o seguinte: com aposentadorias — dê-se ao RPPS nome de aposentadoria



ou não, chamem-no do que acharem que devem chamar — de servidores públicos e de pessoas que estão no Regime Geral, nós, em 2024, consumiremos, para pagá-las, toda a verba que for arrecadada, toda a arrecadação do Governo Federal. Não vamos chegar a esse ponto.

Portanto, eu quero dizer que acho que esta audiência realmente cumpriria um papel melhor se tivesse acontecido mais atrás. Acho que, a esta altura do campeonato, ninguém mais duvida de que nós temos diante de nós um gravíssimo déficit no INSS, na previdência social brasileira, e temos que superá-lo.

O SR. DEPUTADO MAJOR OLIMPIO - Nós duvidamos, sim! Nós duvidamos, sim!

O SR. DEPUTADO ARTHUR OLIVEIRA MAIA - Portanto, vamos concluir a nossa fala, dizendo apenas que essa questão de nomenclatura que se dá a essas dívidas para pagar aposentadorias pouco importa para mim. O que importa, de fato, é a construção de um modelo que dê sustentabilidade ao pagamento e à gestão desse nosso avanço democrático dentro de um cálculo atuarial que tenha responsabilidade e ciência.

Não tenho maiores perguntas a fazer aos debatedores. Quero agradecer ao Dr. Vilson Romero e ao Ministro Dyogo Oliveira a participação na reunião de hoje.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Passo a palavra ao primeiro inscrito. Vou seguir aquela forma de dar a palavra a dois inscritos e a um Líder. E, no momento em que o colega for chamado por ser Líder ou por estar inscrito, ele agrega o tempo que eventualmente lhe couber no exercício dessas funções. Vamos lá.

O SR. DEPUTADO MAJOR OLIMPIO - Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Sim.

O SR. DEPUTADO MAJOR OLIMPIO - V.Exa. estava estabelecendo contato com o Tribunal de Contas da União, para ver quem faria a exposição pela Corte. O TCU pediu, em 16 de janeiro, uma auditoria, dizendo: “*Nós não sabemos se há déficit ou não*”. E V.Exa. disse que nós teríamos gestões aqui, e houve um



questionamento sobre como o TCU iria se posicionar, já que ele pediu auditoria. Não sei se ela está conclusa ou não, se V.Exa. tem informação sobre isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Não está concluída. Pelo menos nós não temos informações oficiais sobre a conclusão da auditoria do TCU. Eu achei correto o posicionamento da Oposição, que entende que, não havendo posição oficial do TCU, esta não poderia ser aqui colocada.

O SR. DEPUTADO MAJOR OLIMPIO - Então, nós estamos admitindo que nem o TCU sabe hoje...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - O TCU deve estar fazendo o seu trabalho.

O SR. DEPUTADO MAJOR OLIMPIO - Então, nós estamos fazendo uma reforma previdenciária... O Relator está dizendo agora que ninguém tem dúvida, mas, a cada momento, nós temos mais dúvidas. E nós queríamos uma posição do TCU para dizer exatamente qual é a realidade sobre isso. Se nós não temos, nós vamos trabalhar sempre com base falsa?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Vamos formar nossas convicções em cima daquilo que nós acreditamos que foi apresentado. Vamos em frente.

Eu quero agora fazer uma consulta. Qual é a mecânica que V.Exas. entendem ser a melhor? A cada grupo voltamos aos debatedores? Temos aqui 27 inscritos.

O SR. DEPUTADO MAJOR OLIMPIO - Faz uma rodada geral.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Positivo. Vamos lá!

O primeiro inscrito é o Deputado Edmilson Rodrigues. Quando falarem oito ou dez, eu passo a palavra aos expositores para suas considerações.

Concedo a palavra ao Deputado Edmilson Rodrigues, que agregará o tempo de Líder. S.Exa. tem, portanto, 8 minutos para suas considerações.

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - Sr. Presidente, estou cada vez mais convencido de que realmente a carne é fraca para aqueles que por dentro da máquina do Estado servem de advogado dos diabos que representam o lucro das grandes corporações financeiras.



O Relator, com todo o respeito, parece que não gosta de ouvir. Com todo o respeito, Deputado Arthur, V.Exa. é uma pessoa educada, eu não tenho do que reclamar — nós já debatemos juntos —, mas é impressionante como apenas os argumentos favoráveis a esta proposta tão perversa são ouvidos por V.Exa.

Eu peço até desculpas — é vergonha alheia — ao Dr. Wilson Antonio Romero, Presidente da ANFIP, por o terem como desconhecido.

Aliás, eu vou aproveitar aqui para pedir, já que o Deputado Carlos Marun fez, de forma muito tranquila, questão de informar que não partiu dele nenhuma iniciativa de processar a ANFIP pela divulgação de seus números... Eu até realmente não tinha ouvido. Eu li na imprensa o seu nome, mas não tinha... O Deputado Julio Lopes, no entanto, tornou isso público. Eu me esqueci agora o nome do programa. Fui entrevistado de novo, terça-feira da semana passada, basta recuperar.

Alguém tem que explicar por que se estão questionando números oficiais de uma entidade que tem que ter responsabilidade com os números, porque, afinal de contas, representa os auditores-fiscais.

Eu acho que há um desespero, quando eu vejo manchetes do jornal *Valor*, que pertence ao Grupo Globo, como esta sobre o Presidente da Casa, que tentará aprovar hoje, na marra, um projeto de terceirização indiscriminada, pela qual até as atividades-fim das empresas poderão ser terceirizadas, e sua tentativa de fazer crer que realmente não há mais reação ao projeto de reforma da previdência, porque sem ela a economia entrará no caos. Ele é economista? Com todo o respeito ao economista Rodrigo Maia, isso é, no mínimo, desmoralizar a universidade que lhe deu guarita para que ele tivesse um diploma. Que caos é esse? Significa que só há um caminho, aprovar uma barbaridade como essa, que não tem a concordância nem dos principais Líderes dos partidos que dão sustentação ao Governo? Está ali o Deputado Onyx Lorenzoni. Há pouco eu saí de um evento nesta Casa sobre portadores da Síndrome de Down, e a Deputada Rosinha, o Deputado Otavio Leite, a Deputada Raquel Muniz — eu estou citando nomes —, todos se manifestaram e disseram que não há como acabar com o Benefício da Prestação Continuada — BPC, não há como deixar que nenhum direito seja agredido. Então, que história é essa de que não há mais oposição, de que todo o mundo concorda com isso? E que história é essa de que será aprovada a reforma?



Olha, o atual Ministro participava do processo... Desculpe-me, eu não tenho nada pessoalmente contra V.Exa. Ouvi o seu nome, aliás, pela primeira vez, quando soube da Operação Zelotes, e V.Exa. reconheceu que recebeu o Marcondes para tratar de medida provisória. Mas não foi indiciado. Nós não podemos ter posição conforme mude a conjuntura e o Governo. Nas citadas pedaladas fiscais, o Ministro atual, que ocupa a vaga do Senador Romero Jucá, estava participando do processo de defesa, inclusive, das proposições oficiais do Governo da então Presidente Dilma.

Ora, há dados que são a favor dos que têm posição contrária a esta proposta de reforma. Observem só: o Relator esquece que o art. 201 da Constituição diz que a previdência será organizada sob a forma de Regime Geral. Mas ele esquece isso para citar 100 bilhões de reais, no “chutômetro”, dos Regimes Próprios. Aí se esquece de informar também à população em geral, a cada vez que se manifesta, que este ano este Congresso autorizou o Governo a pagar de juros e serviços da dívida 1,77 trilhão de reais. Que déficit é esse? Agora já alcança, segundo o Ministro... É uma brincadeira desrespeitosa! Olha, eu, realmente, estou com meus 59 anos e mudei muito, porque em outro momento eu não aceitaria que diante dos representantes do poder soberano do povo um Ministro viesse para cá para dizer: “Olha, esse cálculo, feito com base na atual Constituição...”. É mentira! Eu estou apresentando aqui os dados verdadeiros. Está aqui a tabela ao lado: uma é vermelha; a outra, azul. Não dá para aceitar esse tipo de achincalhe.

Nós estamos discutindo o futuro, e eu vou pegar as informações do próprio Ministro e do Relator, sempre repetidas.

Aqui há um estudo intitulado *Previdência: Reformar para Excluir?*, assinado por vários economistas. É uma síntese do que a Dra. Denise Gentil tem apresentado.

Em 2015, 60% das aposentadorias por idade concedidas contemplaram trabalhadores que não chegaram aos 20 anos de contribuição. Em 2015, 79% dos aposentados por idade haviam contribuído por menos de 25 anos. V.Exas. estão inviabilizando a aposentadoria para defender o lucro dos bancos e das empresas privadas ligadas aos bancos! É por isso que V.Exas. se reúnem com os lobistas, com o Marcondes, para fazer medida provisória. É por isso que o Dr. Marcelo



Caetano não conseguiu explicar aqui por que recebeu, 3 dias antes de entregar a proposta, as centrais sindicais — nem todas, só três —, mas durante os meses de trabalho, recebeu as propostas prontas do grande capital financeiro.

Eu citei nome a nome — a Deputada Jandira também — as corporações financeiras, nomes publicados pela *CartaCapital*. Inclusive, algumas são devedoras do sistema da previdência. São os bancos brasileiros que determinam as normas que dizem ser convenientes para o Brasil, visando ao lucro, para destruir o País!

Há outro quadro aqui, verdadeiro, apresentado pelo Ministro. No meu Estado, 90,02% é o percentual de aposentados por idade; no Estado do Tocantins, 96,5%. Isso serve para justificar essa proposta absurda? Não! Significa dizer que, se eu ponho pelo menos 5 anos — V.Exas. estão definindo idade única para a aposentadoria —, 100% dos que estão aposentados no Estado do Tocantins teriam que rever a aposentadoria. Claro que eu estou pensando para trás, mas, se a fórmula serve para pensar o futuro, é uma violência contra os trabalhadores. Quem é que vai crer que essa proposta é a favor dos trabalhadores?

Todos os elementos mostram e se fala aqui seriamente, como falou o representante da ANFIP, que há caminhos para a economia. Neste momento de crise, o Governo está com mais de 1 trilhão de reais no caixa do Banco Central, na conta única, mas não há investimento para reverter esse quadro de queda do PIB industrial, as famílias não têm acesso a crédito e os juros continuam elevadíssimos. O Governo produz desemprego. Portanto, produz essa situação de crise. E produz queda na arrecadação das contribuições do sistema de previdência e, claro, do sistema de seguridade como um todo.

Mas as propostas apresentadas...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Conclua, Deputado, por favor.

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - Vou concluir.

As propostas relativas a DRU, dívida pública, benefícios, dívida ativa... Não se conseguirá reaver os quatrocentos e vinte e tantos bilhões, não, mas que se consigam 100 bilhões de reais. No entanto, quem deve é poderoso, não chega a 3% das empresas. Os pobres pagam, as pequenas e médias empresas pagam, com a



falência, inclusive, com demissão de tantos trabalhadores, mas quem manda no Governo não paga e não vai pagar, porque V.Exas. aqui são advogados do diabo!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Concluídas as palavras do Deputado Edmilson Rodrigues, passo a palavra ao segundo inscrito, o Deputado Ivan Valente, pelo tempo de 5 minutos.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Sr. Presidente, Sr. Relator, senhores convidados, quero começar falando ao Ministro. Se não me engano, V.Exa. era do Ministério do Planejamento do Governo anterior e foi o responsável pelas pedaladas fiscais pelas quais, teoricamente, a Presidente Dilma, a qual V.Exa. serviu, foi cassada. V.Exa. não se sente desconfortável nesse papel de transgredir a linha de chegada, vir para um governo golpista trabalhar normalmente e achar que está tudo tranquilo? É uma pergunta que eu gostaria que V.Exa. respondesse ao final.

Aqui houve muitas puladas de cercas de Líderes e de V.Exa. também. Eu não sei o que V.Exa. pensava lá. Devia pensar a mesma porcaria que está aí exposta.

Eu quero começar dizendo que gente que estava ouvindo o senhor falar aqui me mandou o seguinte recado: o Governo diz que a esperança de vida no Nordeste, aos 65 anos, seria de mais de 15 anos de sobrevida. Porém, conforme dados do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento — PNUD, a probabilidade de um homem brasileiro não chegar aos 65 anos é de 37%, uma das mais elevadas do mundo e mais do que o dobro que na Europa. Esses 37% são a média nacional, e não do Nordeste.

Veja como se manipulam números. É fácil manipular números. É simples. Cada um tem os seus.

Eu acho que o Ministro de Estado e o Relator precisam ler a Constituição, porque, se o representante da ANFIP vem aqui e diz que nos arts. 194 e 195 da Constituição Federal está dito que existe um orçamento para a seguridade social, V.Exa., como Ministro, precisa cumprir a Constituição!

O Relator, inclusive, disse que não entende como é que o Regime Próprio não está dentro da previdência. Claro que não está. É só ler o art. 40 e o art. 201 da Constituição! É que o Relator não lê a Constituição! Ele viola a Constituição! E V.Exa. também. Aliás, isso não interessa aos senhores.



Eu pediria ao Ministro que, depois, na sua fala, informasse o que quer dizer COFINS, porque eu não quero pegar nem outras cestas de contribuições que formam a seguridade. Eu quero pegar só COFINS, que é a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social. É disso que se trata. E onde foi empregado esse dinheiro?

Está escrito também na Constituição que é tripartite o sistema da seguridade social: Governo, folha de pagamento das empresas e trabalhador. V.Exas. não incluem isso na conta de chegada. É impressionante que nós não discutimos isso aqui! É como se não existisse! O que existe é o seguinte: o que entra e o que sai.

Bom, do que entra e do que sai eu posso falar também. Eu tenho números aqui. Vejamos só três ou quatro números.

A sonegação fiscal no nosso País e que V.Exas. não vão atrás é de 500 bilhões de reais! E a maioria da Câmara dos Deputados protege os sonegadores.

Em segundo lugar: dívida ativa da previdência. Não me venham com essa conversa de que ela é irrecuperável. São 450 bilhões de reais! A auditora da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional esteve aqui. Não se recupera esse dinheiro porque não se quer ir atrás dele. Faz-se REFIS para recuperar, depois de 20 anos, 2% dos valores devidos. Por outro lado, pagam-se 508 bilhões de reais de juros. V.Exa. não se referiu ao fato de que 48% do Orçamento vão para pagar juros, não a previdência.

A questão é que vocês querem pegar os 9% ou 10% do PIB destinados à seguridade social dos trabalhadores para pagar juros da dívida, pagar banqueiro e privatizar a previdência.

Os banqueiros estão muito alegres. O Marcelo Caetano vem de lá. Ele se reuniu com todos os banqueiros antes. Ele não se reuniu com os trabalhadores, não fez perguntas ao pessoal do BPC, nem ao trabalhador rural, nem à mulher brasileira, nem a todos aqueles que entraram na regra de transição, a ninguém.

Eu acho que é um cinismo, um descabro dizer que os 63% que ganham um salário mínimo não serão prejudicados só porque continuarão a receber o mesmo valor de aposentadoria. Como assim? As mulheres, as professoras, aqueles que precisarão chegar aos 65 anos, os que terão que contribuir por 49 anos, todos precisarão trabalhar por muito mais anos. Todos aqueles que hoje ganham um, dois,



três salários mínimos e os que recebem o BPC — pessoas com deficiência e idosos vulneráveis — serão os maiores prejudicados.

Esta reforma quer pegar os miúdos. Os graúdos ela não vai pegar. Essa que é a verdade. E o povo está sabendo disso. Vocês estão perdendo a guerra da informação, apesar do apoio global da mídia brasileira, apesar de a elite brasileira estar apoiando essa droga, essa violência contra os trabalhadores brasileiros.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Conclua, Deputado

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Desculpe-me, Ministro, mas V.Exa. não tem coerência para estar sentado aí tendo servido ao Governo anterior e tendo participado de um Governo que foi golpeado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Positivo.

Muito obrigado pela sua informação.

Vamos passar ao próximo inscrito, que vem da lista de inscrição de Líderes. Trata-se do Deputado André Figueiredo, que usará o tempo do PDT, somado ao tempo de que dispõe como inscrito.

V.Exa. pode falar por 9 minutos, Deputado.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ FIGUEIREDO - Sr. Presidente, Deputado Carlos Marun; caro Ministro Dyogo Oliveira; caro Presidente da ANFIP, Dr. Vilson Romero, eu fiz alguns questionamentos e acho que o que precede a isso, logicamente, é a dubiedade de informações com que temos nos deparado nas diferentes audiências públicas de que temos participado.

De um lado, estão os representantes e defensores dessa reforma perversa da previdência. Aliás, essa é mais uma delas. Não é atributo exclusivo do atual Governo. Já vem de algum tempo fazer as contas, digamos assim, do desajuste fiscal caírem sempre nas costas de quem tem muito pouco, no caso, trabalhadores e aposentados, em benefício, lógico, de quem já tem muito. Mesmo num ambiente de crise econômica, nós não vemos, em nenhum momento, as instituições financeiras serem realmente chamadas a arcar com um ônus um pouco maior no processo de equilíbrio das contas fiscais.

Eu poderia até abrir um parêntese, porque em 2015 nós aprovamos aqui a Medida Provisória nº 675, que elevou a alíquota da Contribuição Social sobre o



Lucro Líquido — CSLL dos bancos, uma vez que se trata de contribuição cuja alíquota pode variar de acordo com a atividade econômica das empresas.

No caso, mesmo a muito custo — porque existe uma bancada que defende intransigentemente o sistema financeiro nacional e internacional, ou seja, o rentismo —, nós inclusive apresentamos, à época, uma proposta pela qual pudéssemos elevar essa alíquota, mesmo provisoriamente, no ambiente de crise, para 30% ou 35%.

No final do Governo Itamar Franco, quando Ciro Gomes era Ministro da Fazenda, e no início do Governo Fernando Henrique, essa alíquota perdurou, até que o ex-Presidente Fernando Henrique a reduziu drasticamente, logicamente também atendendo a quem ditava regras naquele momento.

Então, hoje, nós temos uma alíquota provisória de 20% para a CSLL dos bancos. Se a tivéssemos permanentemente — como era a proposta, e não apenas até 2018 —, poderia haver, sem dúvida nenhuma, um fluxo de caixa bem mais significativo para os cofres da Seguridade Social e da Previdência, como um todo.

Eu queria também desmistificar a tese, porque existe uma situação controversa. Eu vi aqui na apresentação, Ministro Dyogo, que V.Exa. coloca apenas 60% dos recursos do PIS como receita, quando, na verdade, nós temos como estoque nas receitas do Banco Nacional do Desenvolvimento — BNDES os depósitos ordinários e especiais do Fundo de Amparo ao Trabalhador — FAT, que, mais cedo ou mais tarde, têm que retornar. Por mais que sejam utilizados, é claro, para investimentos, eles pertencem ao FAT.

Então nós temos hoje um estoque, por exemplo, de 219 bilhões de reais, segundo dados de 31 de dezembro do ano passado, em depósitos ordinários, mais 13 bilhões de reais em depósitos especiais. Esses são recursos que não estão naqueles 60%, mas é só para alertarmos para o fato de que existe ainda uma margem de 40% que não está devidamente contabilizada.

Eu também fiz questão de discutir a questão da Grécia, até porque ali houve, mais uma vez, dubiedade de informações. No eslaide, V.Exa. colocou que são 65 anos de idade. O pior é que não são! São 67 anos! Com o novo ajuste na Grécia, eles exigiram 67 anos de idade. Mas, naquele ano, V.Exa. já mostrava 61 anos de idade ou 62 anos de idade — não deu para ver bem porque era um gráfico.



Mas o que eu digo é que, infelizmente, o Governo atual lida com um jogo de números com o qual nós nos deparamos há muito tempo, logicamente. Eu era Líder da bancada do PDT em 2012, quando fomos a uma reunião com o então Ministro Guido Mantega. Eu creio que V.Exa. era Secretário-Executivo Substituto do Ministério da Fazenda.

Naquela época, nós pedimos um levantamento do impacto que a Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal — FUNPRESP ia ter nas contas públicas da Previdência, porque nós sabíamos que o único dado mais próximo era de que elevaria a dívida da Previdência em 0,1% do PIB, no prazo de 15 anos. Agora, em junho, isso fará 5 anos, e nós não obtivemos nenhuma resposta por parte do Ministério da Fazenda. Ou seja, o Ministério da Fazenda joga com números, e o Ministério do Planejamento os corrobora, é claro.

Então, nós temos uma situação de extrema intranquilidade, porque estamos prestes a aprovar mais uma Proposta de Emenda à Constituição extremamente perversa para o Brasil, como já foi a PEC do Teto dos Gastos. Por mais que se diga que era necessário ter responsabilidade fiscal, eu pergunto: onde está a responsabilidade fiscal na questão do serviço de pagamento de juros e amortização da dívida pública?

Eu não estou pregando calote aqui. Mais uma vez, trago o exemplo da Grécia, que, junto com a comunidade europeia, através do Mecanismo Europeu de Estabilidade, limitou o pagamento de juros a certo percentual do PIB e comemorou várias vezes o alargamento da maturidade dessa dívida pública.

Aqui nós não tocamos nisso. Pelo contrário, de outubro de 2012 até a saída da Presidenta Dilma, o que nós tivemos foi constante elevação da taxa SELIC. Quando se disse, como ocorreu em janeiro de 2016, que o Banco Central, o Comitê de Política Monetária — COPOM, na verdade, ia congelar a taxa SELIC, foi um Deus nos acuda! Os editoriais de economia diziam: *“Vai aumentar a inflação!”* *“É irresponsabilidade!”* *“É populismo!”* Num ambiente de ampla recessão econômica, nós sabíamos o que era necessário.

Talvez tenha sido a partir daí que a Presidenta Dilma tenha começado a cair. Na verdade, foi antes disso. Em outubro de 2012, quando a taxa SELIC estava em 7,25%, o Sistema Financeiro Nacional começou a pressioná-la violentamente,



principalmente depois que ela colocou o Banco do Brasil e a Caixa Econômica para praticar juros que fossem acessíveis à economia produtiva brasileira.

Então, eu sempre faço essa comparação. Nós colocamos a culpa pelo desajuste fiscal do Brasil na Previdência, dizendo que hoje em dia a Previdência é insustentável e daqui a pouco ninguém mais vai poder pagar os aposentados no Brasil. Enquanto isso, V.Exa. mesmo disse que a dívida pública só faz aumentar, que os pagamentos, ano após ano, só fazem aumentar.

Para V.Exas. terem uma noção, colegas Deputados, o estoque da dívida pública brasileira, em outubro de 2016, era de 3,03 trilhões de reais; em novembro, era de 3,092 trilhões de reais e, em dezembro, era de 3,113 trilhões de reais. Nós estamos falando aqui de acréscimo de 80 bilhões de reais apenas no estoque da dívida pública, num espaço de 2 meses, sem levar em consideração o que nós pagamos mês após mês, ano após ano.

Por isso, V.Exa., como Ministro do Planejamento, que tem larga experiência em vários Governos, não apenas no atual — V.Exa. ocupou cargos relevantes no Governo anterior —, tem uma parcela de culpa, é evidente, por não haver alertado os Governos anteriores de que esse que V.Exa. defende hoje era o caminho adequado.

Eu não acredito que esse seja o caminho adequado, em absoluto. Esse caminho vai aprofundar ainda mais o desajuste existente no Brasil. Nós congelarmos investimentos em área estruturantes do nosso País, nós evitarmos que o Brasil cresça durante 20 anos, conforme a PEC do Teto dos Gastos está determinando, isso é um desrespeito a uma economia que precisa crescer.

Crescendo a economia, volta a base de arrecadação, volta a geração de empregos, e nós certamente vamos ter um hiato bem menos drástico do que aquele que V.Exa. mostrou nas suas apresentações.

E é por isso que fazemos claramente esta indagação ao Ministério do Planejamento: depois de todo esse pacote de maldades que só recai sobre o trabalhador, sobre o aposentado, sobre, inclusive, a economia produtiva do Brasil, existe algum plano para esse setor sanguessuga, que é o Sistema Financeiro Nacional, o mercado do rentismo, a economia especulativa? É essa a pergunta.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Positivo. Eu peço ao Deputado Marcus Pestana que assuma por alguns minutos a Presidência, porque eu vou me retirar por breves instantes.

Os próximos inscritos a falar serão os Deputados Bilac Pinto, que acumulará em sua fala o tempo de Liderança e terá, portanto, 12 minutos e, na sequência, Arlindo Chinaglia, que acumulará também em sua fala o tempo de Liderança do PT, e poderá falar por 14 minutos. *(Pausa.)*

Aqui não consta divisão.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Talvez o Deputado Assis Carvalho não tenha assinado, mas eu e ele vamos dividir o tempo de Liderança.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcus Pestana) - Então, V.Exa. vai ter 9 minutos e meio para a sua fala.

A SRA. DEPUTADA JANDIRA FEGHALI - Eu pedi a palavra como Líder, Sr. Presidente. *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcus Pestana) - Com a palavra, então, o Deputado Bilac Pinto.

O SR. DEPUTADO BILAC PINTO - Quero cumprimentar o ilustre Presidente desta Comissão, Deputado Marcus Pestana; o Ministro do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, Dyogo Oliveira; o Sr. Vilson Romero, que representa a Associação Nacional dos Auditores-Fiscais da Receita Federal do Brasil, e os Srs. e as Sras. Deputadas, que estão num debate fundamental sobre a reforma da Previdência.

Quero, em primeiro lugar, cumprimentar o nosso ilustre Relator, Deputado Arthur Oliveira Maia, e parabenizá-lo por sua participação ontem no programa *Roda Viva*, ao qual eu assisti atentamente.

Mas vamos a alguns fatos que eu considero relevantes. Em toda reunião, em todo momento que eu tenho oportunidade de falar, gosto sempre de criar uma referência a eles. Em primeiro lugar, nós tivemos uma discussão da reforma previdenciária em que dois itens são fundamentais: primeiramente, os cálculos atuariais; depois, o censo de demografia.

Eu dou sempre as referências que nós temos sobre a idade do brasileiro, Deputado Marcus Pestana. No início do século passado, aproximadamente em



1900, o brasileiro tinha a idade média de 33 anos; hoje ele tem a expectativa de vida de 75 anos de idade e, em 2100, terá a expectativa de vida de aproximadamente 84 anos de idade.

O que nós estamos efetivamente mostrando com isso? A mudança na longevidade do brasileiro, em função da inovação nas áreas da saúde e da modernização da nossa sociedade.

Se nós formos olhar a taxa de natalidade, nas décadas de 50 e 60, tínhamos aproximadamente 6 filhos por família, por casal; hoje nós temos menos de 2, temos 1,75 filho por casal.

Por que eu menciono sempre esses dados e gosto de lembrá-los? Porque aí nós estamos lidando diretamente com a base da pirâmide, quem está recebendo e quem está entrando. Como vemos, estamos mudando a base da pirâmide, e, para que haja efetivamente continuidade, para que as pessoas que se aposentam possam continuar recebendo, é preciso que façamos ajustes. Isso é fundamental.

E esses ajustes não podem ser feitos apenas de governo em governo, como ocorreu na época do Presidente Fernando Henrique, do Presidente Lula, da Presidente Dilma. Eles devem ser feitos com base em censos demográficos, em razão da responsabilidade que passam a ter os governos eleitos. Os ajustes têm que ser feitos a cada 5 anos.

Nós estamos vendo uma série de notícias que, a meu ver, são extremamente positivas para o nosso País. Nós passamos a gerar 35 mil vagas de empregos. Observem que, há 22 meses, estávamos registrando desemprego.

Na semana passada, nós tivemos o leilão dos aeroportos, e três empresas foram vencedoras. Por quê? Porque o atual Governo fez as mudanças das regras. A inflação já caminha para baixo do centro da meta. É muito importante nós ficarmos aqui demonstrando isso tudo, repetindo.

As reformas que o Presidente Temer mandou para o Congresso Nacional são fundamentais para que o País volte a crescer, para que o País tenha confiança, para que o País tenha credibilidade. E é isso que este Parlamento está tentando fazer com a terceirização, com a reforma trabalhista e, aqui nesta Comissão, com a reforma da Previdência.



Nós tivemos outro índice que eu considero extremamente positivo, o do crescimento da produção industrial depois de 34 meses. Isso foi muito bem exposto aqui pelo Ministro Dyogo de Oliveira.

Nós temos um sentimento de aumento da arrecadação federal, que aconteceu em janeiro. Quer dizer, a arrecadação aumentou 0,79%, mas é também um indício positivo.

Isso nos deixa muito otimistas, porque este País precisa voltar a crescer. Para crescer, é preciso que ele tenha, acima de tudo, confiança nas suas instituições. E este Governo, o Governo do Presidente Temer, tem feito o dever de casa com muito rigor e com muita responsabilidade.

A nossa perspectiva em relação às notas das agências de risco está melhor. A Moody's já dá uma sinalização de uma nota melhor para o nosso País. Isso tudo constitui um cenário positivo. Unindo-se todos os pontos, temos: geração de emprego, leilão dos aeroportos, queda da inflação, queda da taxa de juros — eu acredito que, no final do ano, nós vamos ter uma queda abaixo de dois dígitos. Isso é um sinal de que nós estamos no caminho certo.

O que nós estamos vendo aqui? O Sr. Vilson fez ponderações que eu considero extremamente pertinentes com relação a alguns itens que todo governo deve ter a responsabilidade de examinar. Primeiro, destaco o excesso de desoneração que foi feito na folha de pagamento e, por consequência, as suas contrapartidas.

O sistema de previdência rural tem provocado um desequilíbrio grande, de aproximadamente 100 bilhões de reais, com que eu, de certa forma, concordo. Mas nós temos que fazer o ajuste, porque esse é um setor extremamente sensível da sociedade. É preciso que ele entre no modelo de dar também a sua participação e a sua contribuição para que nós façamos o ajuste nas contas da Previdência.

Há uma deficiência estrutural no nosso processo de fiscalização. Precisamos, volto a repetir, fazer uma à nossa demografia. Isso é fundamental para que nós tenhamos um sistema previdenciário equilibrado e justo e para que possamos, através dele, quando conseguirmos chegar a esse ponto, promover equilíbrio e justiça social.



O que eu diria efetivamente, voltando e abordando principalmente aqui a previdência rural? Eu acho fundamental que nós tenhamos a responsabilidade de fazer com que o trabalhador rural dê a sua contribuição, uma contribuição diferenciada e, possivelmente, como disse aqui, nos moldes do microempreendedor individual.

É possível que ele contribua, sim, com o valor simbólico, como foi dito aqui pelo Ministro Dyogo de Oliveira, de 50 reais por mês. No decorrer da sua vida de contribuição, ele vai contribuir com 16 salários mínimos e vai receber 239 salários mínimos, com 18,4 anos — somente quando ele se aposentar. É o início, é um processo de inserção da categoria de trabalhador rural no processo previdenciário.

É fundamental que, mesmo na contribuição do trabalhador rural, possamos exigir um esforço maior daqueles que recebem mais, que têm maior renda recebida da Previdência, assim como igualar as regras das aposentadorias da classe política, dos servidores públicos e também do INSS, permitindo, com isso, que tenhamos um sistema de previdência mais equilibrado, mais equitativo. Assim, nós poderemos fazer justiça social sempre.

O que é necessário nós fazermos? Primeiramente, é fundamental, Ministro Dyogo, trazermos esclarecimentos para os ouvintes desta Comissão, porque eu digo sempre que a reforma da Previdência será vitoriosa se a sociedade abraçá-la, se ela entender que a reforma é algo que nós estamos fazendo para o bem das futuras gerações.

É bom dizer: nós não vamos ter aumento da carga tributária sobre os ativos e os inativos. Nós temos hoje no Brasil 19 milhões de aposentados e 7,5 milhões de pensionistas. São trabalhadores que já reuniram as condições de se aposentar. Nós temos cerca de 630 mil. A regra de transição terá o prazo de até 20 anos. Ela respeita, ao máximo, a expectativa do direito dos trabalhadores, e a regra para o cálculo preserva quem ganha o salário mínimo, que são hoje, aproximadamente, 63,7% das nossas aposentadorias.

Por que eu digo isso? A sociedade precisa entender que a reforma é realmente necessária e que, se nós, que somos da base do Governo, não conseguirmos demonstrar isso, teremos muita dificuldade em aprová-la nesta Casa.



Então, Ministro Dyogo, eu acredito que nós realmente estamos caminhando no sentido de essa reforma ter cada vez mais maturidade dentro da Câmara dos Deputados e no de demonstrarmos, com números, com muita tranquilidade, o que significa a receita e o que significa o déficit dessa reforma previdenciária.

Hoje nós temos um déficit de mais de 227 bilhões de reais, colocado pelo Ministério do Planejamento. Nós não podemos continuar com essa situação. Hoje a Previdência tem uma participação ainda controlável no PIB, mas, daqui a 20 anos, nós vamos estar numa situação praticamente semelhante àquela em que está hoje o Estado do Rio de Janeiro: sem a menor possibilidade de pagar nossos pensionistas e aposentados com os recursos que efetivamente serão arrecadados pela Previdência.

No que diz respeito à participação do PIB, contabilizando-se a despesa nos Municípios, nos Estados e na União, incluindo-se os dois regimes, Regime Próprio de Previdência Social — RPPS e Regime Geral de Previdência Social — RGPS, hoje nós estamos pagando aproximadamente 13,1% do nosso PIB. Se não tomarmos as medidas necessárias agora, a perspectiva é, daqui a 10 anos, 15 anos ou 20 anos, chegarmos a comprometer aproximadamente 20% do nosso PIB. Aí não vamos ter recursos para pagar nem os funcionários públicos nem os nossos aposentados, ou vamos ter que fazer uma opção sobre o que nós queremos para o nosso País. É fundamental que a sociedade entenda isso.

Quero concluir as minhas palavras dizendo que a reforma da Previdência não é privilégio deste Governo nem foi de outros. Cada um teve a responsabilidade de dar a sua quota de contribuição na reforma previdenciária.

Agora, o que nós temos que fazer é realmente pensar naqueles que ganham menos, colocar os trabalhadores para, cada um, à sua maneira, dentro do que é possível, dar a sua contribuição, cada um à sua maneira e dentro do que é possível, e pensar nas futuras gerações do nosso País.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcus Pestana) - Concedo a palavra ao Deputado Arlindo Chinaglia, que vai acumular metade do tempo da Liderança, perfazendo um total de 9 minutos.



O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - São 9 minutos e 40 segundos, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcus Pestana) - Nove minutos e trinta segundos.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - O.k. Bem, eu queria cumprimentar os nossos convidados e tentar abordar talvez o principal tema do debate de hoje. Não é o único, mas é um dos principais.

Em primeiro lugar, tanto o Ministro quanto alguns colegas da base do Governo fizeram questão de salientar aqui os atuais dados divulgados da economia. Mas eu não consigo trabalhar exatamente como uma boa notícia a queda da inflação, com a depressão econômica — se essa inflação não caísse.

Sobre aquilo que acabou de ser dito mais uma vez, de que as agências que avaliam o risco deram um *upgrade* mínimo ao Brasil, vale dizer que quem faz esses registros são exatamente aqueles que analisam o risco do ponto de vista do mercado. Sem querer ofender os economistas, eu penso que a frase mais emblemática entre os analistas é a do Prêmio Nobel de Economia Paul Krugman, quando, ao analisar a crise global, disse: *“Não sei como os economistas erraram tanto”*.

Não tome isso como provocação, Sr. Ministro. Nós já conversamos bastante, e quero lembrá-lo da nossa divergência, diria, do começo ao fim das desonerações que foram promovidas no Governo que eu apoiava. Naquela oportunidade, o senhor tentou me convencer, como outros fizeram, de que aquilo iria desenvolver a economia, de que aquilo iria gerar emprego, de que aquilo seria bom para o País. Estou lembrando isso, até porque, em seguida, o Ministro Joaquim Levy, quando assumiu o primeiro ano do segundo mandato da Presidente Dilma — e continuou Ministro, durante 1 ano pelo menos —, disse textualmente que aquilo era uma política patrimonialista e que serviu para aumentar o lucro das empresas. Ele disse outras coisas também.

Eu faço essa referência, porque o senhor aqui afirmou — e tem razão — que gerar credibilidade é um desafio permanente de quem dirige o País. Eu não quero tirar a sua credibilidade, mas quero apontar... Aliás, vou brincar aqui com os Parlamentares da base desafiando-os a descobrirem 6 bilhões, que melhorariam as



contas do Regime Próprio de Previdência da União: se cada um arrumasse 6 bilhões, como eu vou arrumar aqui agora, nós já começaríamos com uma boa melhora das contas do regime próprio. Refiro-me ao quadro que aponta que a arrecadação foi de 30 bilhões e que a parte patronal foi de 18 bilhões. Entretanto, ainda que não esteja regulamentada em lei, foi aprovada, numa das reformas da Constituição, a contribuição dos trabalhadores inativos da União. E esses inativos contribuíram com 3 bilhões. Daí, a União teria que aportar, inclusive na contabilidade, 6 bilhões, que não apareceram. A brincadeira está valendo para o Relator arrumar mais 6 bilhões nesses escaninhos. Mas isso não gera credibilidade. Eu me referi ao Relator, porque ele disse que não pode abusar da má-fé das pessoas. Concordo com isso; resta saber quem é que vai abusar.

Em dado momento, o Ministro também disse: *“É a lei”*, e colocou da seguinte maneira, que foi como eu entendi: *“Não quero discutir a lei. Eu quero mostrar, apontar, o que a lei diz”*. Mas o senhor esqueceu-se de falar da Constituição; foi uma escolha sua. O senhor poderia inclusive argumentar e teria razão: *“Desde 1989, os sucessivos governos não contabilizam e, pior, pegaram grande parte da contribuição sobre o lucro líquido e da COFINS e retiraram da Seguridade”*. Eu concordaria. Mas, pegando somente a COFINS, em 4 anos, dão 800 bilhões de reais! Só com a COFINS! Então, eu quero disputar especialmente com a opinião pública o fato de que a contribuição sobre o lucro líquido e a COFINS passa de 1 trilhão em 4 anos. Então, é uma escolha. Talvez a única coisa correta que o Secretário de Previdência disse foi quando declarou que era uma opção política. É uma escolha política.

Pois bem, nesse sentido, entre a Constituição e qualquer opinião nossa, nós temos o dever de ficar com a Constituição. Portanto, a discussão vai para outro patamar. E como podemos resolver a crise econômica? Aí é outra discussão. E o déficit fiscal? Todos sabemos que uma proposta de reforma apenas paramétrica não resolve. Aliás, há um economista ligado ao mercado — não vou dar o nome, porque ele não está aqui, mas é sobejamente conhecido, e vocês sabem quem é — que disse: *“Vai ter que haver outra reforma daqui a 3, 4, 5 anos”*. Ele tem total razão!

E qual é o problema da reforma paramétrica? É o mesmo que colocar um ratinho dentro de um cercado: ele não vai ter saída. O mercado de trabalho já mudou, vai continuar mudando. Eu não estou querendo que o senhor, ou qualquer



um do Governo, presente neste momento como será o mercado de trabalho daqui a 30 anos. Agora, fazer a proposta de reforma sem apresentar sequer a memória de cálculo, deixa-nos da seguinte maneira, em minha opinião: ligamos o farol para trás, que é o mercado trabalho do século XX, e não estamos iluminando o futuro. Então, estamos completamente no escuro com um único objetivo, em minha opinião. E qual é o objetivo? Não há recurso para fazer investimento, por causa da crise. É bastante verdade! Mas, de novo atacar os cofres da Previdência...?

Vou dar um exemplo. Eu falei da desoneração, falei de receitas que não são colocadas, agora eu quero falar da dívida ativa, mencionada pelo Deputado Ivan: os 450. Veio aqui uma representante da Procuradoria da Fazenda Nacional que, a partir de uma pergunta nossa, disse que a chance de recuperar 1 trilhão inscrito como dívida ativa é de alta a boa. Portanto, se colocarmos 50%, nós teremos 500 bilhões.

Isso significa que não precisamos fazer a reforma? A ANFIP está aqui, com honestidade intelectual que nem sempre todo mundo usa, dizendo: “*Vamos fazer o ajuste*”. E eu quero me lembrar do Pacto de Toledo. Por que esta Comissão tem que fazer com essa velocidade? Por que nós não abrimos as contas? O que o Governo teme? Se não teme nada, derrote-nos no argumento perante a sociedade. E o que foi o Pacto de Toledo? Um país supostamente quebrado, a Espanha, na década de 90, estabeleceu técnicos, estabeleceu representantes do Governo, de empresários e dos trabalhadores e vem discutindo permanentemente e fazendo ajustes quando necessário.

Mas o senhor disse uma frase que também me impressionou, sobre o que faço outra observação, que foi: “*Para o salário mínimo, a taxa de reposição é uma das maiores do planeta*”. É verdade! Mas não é por causa da proposta de reforma, é por causa do sistema já existente. É uma conquista! E gostaria que o Governo levasse em conta essas conquistas para não cair num tremendo retrocesso. E nós podemos falar da fraude, da sonegação, que é continuada. O Dr. Romero alertou que o número de auditores caiu de 4 mil e poucos para 900. Eu me lembro da luta que foi inclusive para fazer a chamada super-receita.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcus Pestana) - Deputado, 10 segundos é a prerrogativa dos ex-Presidentes da Casa.



O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Imagine quem não o foi, hein!

Mas quando vi que isso detonava a Previdência — eu, que ajudei a aprová-la —, sinceramente fiquei um tanto arrependido.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcus Pestana) - Com a palavra o Ministro Reinhold Stephanes, que vai somar o tempo da Liderança do PSD. Portanto, V.Exa. dispõe de 11 minutos.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcus Pestana) - Trata-se de questão de encaminhamento? *(Pausa.)* Sim?

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Não sei qual foi o procedimento que o Presidente adotou: nós faríamos uma rodada com os debatedores da Mesa depois de cinco intervenções?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcus Pestana) - A decisão foi a de concluir a rodada de intervenções para depois ouvi-los.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Ele não decidiu isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcus Pestana) - Foi decidido, naquele momento. Pelo menos a orientação...

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Deputado Ivan, deixe-me lembrar V.Exa. O Deputado Carlos Marun, imediatamente antes de entregar a Presidência, disse: *“Após tiverem falado sete ou oito, nós avaliamos”*. Então, ficou pré-entendido que haveria um retorno em algum momento.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Sete ou oito?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcus Pestana) - Está ótimo. Sete ou oito.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Oito?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcus Pestana) - Vamos avançar um pouco mais. Vou conceder a palavra ao Ministro Reinhold Stephanes e, depois, abrirei a palavra aos debatedores.

A SRA. DEPUTADA JANDIRA FEGHALI - Não, deixe-me falar logo, porque eu tenho que sair. Eu sou a próxima Líder.

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)



O SR. DEPUTADO REINHOLD STEPHANES - Primeiro, vou fazer rápidas observações em relação à exposição do Sr. Ministro, além de algumas discordâncias pontuais, que são pequenas, mas técnicas, que gostaria de colocar.

A primeira delas é que não está garantido o salário mínimo para as pensões. Um grande número das pensionistas, exclusivamente as do Regime Geral da Previdência, um grande percentual delas, possivelmente estará com o tempo abaixo para o salário mínimo. Isso evidentemente preocupa. Será um grande número, não será pequeno, já que são quase 50% dos atuais a menos no salário mínimo. Quando morre alguém do casal, se os dois não tiverem uma aposentadoria, um deles vai ficar com 60% do salário mínimo, e dificilmente terá dependentes nessa idade.

A segunda questão que me preocupa refere-se aos 49 anos de contribuição para se obter a “integralidade” — entre aspas —, que não é integralidade, claro. Eu entendo que não é integralidade. Mas, veja bem, com 25 anos de contribuição, têm-se 76% garantidos. E, para se terem os outros 24% para chegar aos 100%, vai ter que se trabalhar mais 24 anos. Então, parece-me que isso foge um pouquinho ao conceito universal, aos fundamentos universais em termos de tempo de contribuição. Essa é uma questão que me parece deveria ser melhor observada.

Falou-se aqui também muito que não há reposição de 100%. É claro que não há reposição de 100%, embora a reposição, na média, seja alta. Agora, todos os servidores públicos da União, de Estados, de Municípios, funcionários do Poder Judiciário, militares, polícias militares, todos têm reposição de 100%. Todos têm reposição de 100%.

O SR. DEPUTADO MAJOR OLIMPIO - Reposição?

O SR. DEPUTADO REINHOLD STEPHANES - Não, aposentadoria no valor de 100% daquilo que ganha na atividade. *(Pausa.)* Sim, senhor.

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. DEPUTADO REINHOLD STEPHANES - Não, não tem os futuros.

A SRA. DEPUTADA JANDIRA FEGHALI - Mudou. Já não tem a partir de 2013.

O SR. DEPUTADO MAJOR OLIMPIO - Há Estados que não têm.



O SR. DEPUTADO REINHOLD STEPHANES - Não. Eu sei. E o estoque dos que estão entrando... Escute: os coronéis da polícia do meu Estado continuam se aposentando pelo valor do que eles ganham no dia.

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. DEPUTADO REINHOLD STEPHANES - Sim, tudo bem. Estou dizendo que existe...

O SR. DEPUTADO MAJOR OLIMPIO - Trabalha 65 mil horas.

O SR. DEPUTADO REINHOLD STEPHANES - Eu não vou discutir, senão eu vou contar a história dos dois majores aqui outra vez.

O SR. DEPUTADO MAJOR OLIMPIO - Os dois majores já disseram que não disseram o que o senhor disse que eles disseram.

O SR. DEPUTADO REINHOLD STEPHANES - Não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcus Pestana) - Vamos respeitar o orador. Se não for por educação, pelo menos pelo passado do Ministro. Vamos garantir a palavra.

O SR. DEPUTADO MAJOR OLIMPIO - Eu fui conferir com os majores.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcus Pestana) - Por favor! V.Exa. vai ter a sua oportunidade.

Sr. Ministro, 1 minuto lhe será restituído.

O SR. DEPUTADO REINHOLD STEPHANES - Apesar disso, eu acredito nos dois majores.

O SR. DEPUTADO MAJOR OLIMPIO - Eu também acredito neles.

O SR. DEPUTADO REINHOLD STEPHANES - Não, eu não estou falando com o senhor. Eu estou falando aqui de uma conversa minha privada com os dois majores.

O SR. DEPUTADO MAJOR OLIMPIO - Lembre o que senhor disse *(ininteligível)*. O que eles me disseram, eu fico com eles.

O SR. DEPUTADO REINHOLD STEPHANES - Está bom.

O SR. DEPUTADO MAJOR OLIMPIO - Eu fui conferir o que o senhor disse que eles disseram, e eles jamais disseram para o senhor nada. *(Ininteligível.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcus Pestana) - Por favor, por favor!



O SR. DEPUTADO REINHOLD STEPHANES - Por favor, Presidente, reponha o meu tempo.

A última questão é que vai ser difícil eu entender tecnicamente o fato de não incluírem nesta reforma polícias militares e militares, cujos sistemas atuais já existem nas mesmas condições há mais de 60 anos. De lá para cá, todos sabemos que a expectativa de vida, ou sobrevida, aumentou pelo menos 20 anos, e eles não entraram na reforma. Alguns dirão: *“Mas a questão dos policiais é uma questão dos Estados”*. Eu fui seis vezes Secretário de Estado no Paraná e sei que os Estados não terão condições de promover essas reformas. Em relação aos militares, há 20 anos, discutimos essa questão, e não aconteceu nada em 20 anos. Então, se eu tenho que tratar da viúva do INSS que passa a ganhar menos que um salário mínimo, eu tenho que tratar também de quem está numa outra posição relativamente muito melhor.

Quanto à primeira colocação do Vilson, achei-a muito boa. Não somos contra a reforma, só que, em nenhum momento, isso tem sido dito aqui, Vilson, por ninguém. Vocês são a favor do quê? São a favor de que reformas? E quem deve entrar na reforma? Então, tem que deixar mais claro: *“Nós somos a favor da reforma, deste, deste e daquele segmento”*. Isso nunca fica... E toda discussão acaba ficando no RGPS — toda discussão. Não se comentam os outros setores. Aliás, os dois expositores pouco falaram dos demais setores, mas, praticamente do RGPS: das desonerações e das isenções. E estamos de acordo com isso. A única questão é que isso não pode ser tratado agora, não está previsto ser tratado agora, mas é um assunto, claro, que merece atenção: as desonerações e as isenções que estão jogadas em cima da Previdência Social.

Agora, o que mais me chama a atenção é a volta à questão da constitucionalidade em relação ao conceito de Seguridade Social. Eu volto a essa questão neste momento, embora já tenha publicado uma análise a respeito, há mais de 20 anos, no próprio livro que você citou. Há mais de 20 anos, eu mostrei claramente que um orçamento de Seguridade Social, com prioridades estabelecidas e com recursos pré-estabelecidos, não teria viabilidade na prática, como, aliás, nunca teve, por uma razão inicialmente muito simples: faltariam recursos para as demais atividades de Governo se todos aqueles recursos inicialmente previstos para



a Seguridade fossem efetivamente para ela alocados. Então, faltariam recursos. Chegou-se a essa conclusão logo que se tentou aplicar esse conceito, que até hoje não foi aplicado.

Além disso, não se conseguiria definir como estabelecer prioridades. E o que seria prioridade? A saúde? A assistência social? Não. A prioridade é a Previdência, porque ela tem um orçamento claro, objetivo e com valores determinados. O restante seria o que sobrasse. E a decisão que se tomou, lá no início da década de 90, era a de que isso não poderia ser cumprido, e efetivamente não o foi. Quer dizer, nunca se fez o tal Orçamento de Seguridade Social; nunca se discutiu a tal prioridade; criou-se a DRU, que antes tinha outras denominações. E por que isso ocorreu? Porque eram necessários recursos para os demais setores. Ou seja, era uma poesia achar que isso poderia ser aplicado. No fundo, era uma poesia.

Depois, criou-se a CPMF, e ficou estabelecido que essa cobrança seria uma receita dirigida exclusivamente para a saúde. Quebrou-se, inclusive, o paradigma da discussão da prioridade da Constituição que estabelecia um orçamento para a Seguridade Social, pois esses recursos são criados exclusivamente para a saúde. Ademais, estabeleceu-se também que a contribuição sobre a folha seria exclusivamente para a Previdência Social. Ou seja, ficou muito claro, tanto no início como ao longo do tempo, que esse conceito não se aplicava. Aliás, esse conceito é universalmente aceito para efeito da discussão da proteção social, mas nenhum país do mundo adota isso como um orçamento dirigido à Seguridade Social, englobando essas três atividades importantes.

Portanto, eu acho que nós continuamos batendo em cima de uma questão muito difícil de ser implantada, e que nunca o será. Então, a metodologia apresentada pode estar certificada? Pode ter base legal? Não, nem base legal ela tem, porque a própria Constituição derrubou esse conceito através das emendas que foram realizadas.

Agora, continuam me colocando na posição de que há uma doutrina, de que existem fundamentos, de que existem princípios universais... Você disse aqui que houve um acordo na Espanha, mas foi um acordo feito em cima de um sistema previdenciário corretamente construído, dentro de princípios e fundamentos que são universais, que precisam ser constantemente atualizados, de acordo com a dinâmica



demográfica. Ora, como é que nós podemos defender a manutenção de um sistema, que não deve ser alterado, que não tem uma idade mínima de aposentadoria, ou que tem uma idade mínima estabelecida — no caso dos servidores públicos — de 47 e 53 anos, e que depois foi alterada? Naquela época em que foram estabelecidas essas idades de 47 e 53 anos, o mundo já praticava 62 e 65 anos. Eu nem preciso fazer cálculo atuarial para chegar à conclusão de que esse sistema não vai sobreviver. De maneira geral, a precocidade das aposentadorias, o número de aposentadorias...

Existem setores — e inclusive nós sabemos de qual o senhor participa — que têm aposentadorias elevadas de pessoas que se aposentaram, em média, aos 53 anos de idade, onde, para cada um que trabalha, há três na reserva ou aposentados. Evidentemente, essa conta está sendo subsidiada. E aí eu poderia citar “n” setores que mostram claramente que alguém está subsidiando isso.

Então, a reforma, de qualquer maneira, independente de qualquer conceito que se use aqui, precisa ser realizada.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcus Pestana) - Vou chamar mais dois oradores da lista e uma Líder, que são os Deputados Onyx Lorenzoni e Rubens Otoni e a Deputada Jandira Feghali. Em seguida, vamos para a rodada da Mesa.

O SR. DEPUTADO MAJOR OLÍMPIO - Perdão, mas o senhor está mentindo.
(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcus Pestana) - Há um orador com a palavra.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Sr. Presidente, inicialmente eu queria apresentar aqui os meus protestos em relação ao Requerimento nº 2.731, que foi aprovado neste plenário, dia 17 de fevereiro, e que, segundo informações que recebi da Secretaria da Previdência, só chegou ontem à Secretaria do Planejamento, Ministro Dyogo. Que requerimento é esse que foi aprovado por unanimidade? É aquilo que eu julgava deveria ter sido enviado pelo Governo: uma projeção de 10 anos que levasse em conta a variação do salário mínimo, a variação do PIB projetada e a aplicação da pirâmide etária brasileira mais um cenário com



reforma e sem reforma. Se fosse enviado, isso nos permitiria, ou permitirá, fazer uma análise da qualidade da proposta.

Eu tenho profundo respeito por V.Exa. V.Exa. é um técnico de alta competência. E tenho muitas dúvidas: quando V.Exa. se olha no espelho, à noite, em casa, lá no fundo acha que essa é uma boa proposta? Pois digo a V.Exa. que ela não é uma boa proposta. E ela não é uma boa proposta, porque, quando veio aqui o Ministro Padilha, ele deixou muito claro que, depois das contas às quais ele teve acesso, em 6 ou 7 anos ter-se-á que fazer uma nova reforma. E, se nós termos que fazer uma nova reforma daqui a 6 ou 7 anos, nós não estamos tratando disso com equilíbrio e com a qualidade necessária. Por quê? Porque, primeiro, não há nenhuma ideia nova na proposta. Nada! É tudo o mesmo do mesmo, com uma coisa que me incomoda muito: a mistura do que é previdência com o que é assistência social. Isso é algo que realmente prejudica, fragiliza e, na minha visão, vai impossibilitar avançar-se na questão da previdência.

Nós temos que ter claro o seguinte: o que são os benefícios da previdência, Dr. Dyogo? São transferências; não é despesa pública. O déficit é da despesa, mas o benefício é da transferência. Por que eu acho ruim a proposta — e tenho certeza de que, quando o senhor não está em público, deve pensar a mesma coisa que eu? Porque o que vem nessa reforma, no que diz respeito ao Regime Geral da Previdência, é desestimulador àquele que pode optar pelo sistema! Como é que se estimula um menino de 20 anos a contribuir por 45 anos, para ganhar 100% do teto, se ele, ao chegar aos 45 anos, terá contribuído por 25 — é o que está escrito! — e irá receber 76%? Esses 20 anos valem os 24%? Criança de primeiro grau faz essa conta e responde que não vale. Se ele puder apropriar, ele terá um fundo muito maior do que o que o senhor vai lhe entregar. É simples!

Daí, vamos ao Regime Geral de Previdência. Por isso é que estou lhe trazendo isso, porque eu confio na sua inteligência. Se nós pegarmos a série histórica de 15 anos, de 2000 até 2015, nós tivemos déficit de 2001 a 2008, só na previdência urbana. De 2009 a 2015, houve superávit! E, mesmo com o período terrível de 2016, no binômio 2015-2016, com a histórica contração econômica do País chamado Brasil na série histórica das últimas três décadas, se mesmo assim pegarmos o acumulado de 2000 a 2016 — sem capitalizar o juro —, nós veremos



que houve um pequeno déficit de 450 milhões. Então, o senhor tem um sistema que, para o que ele se propõe, funciona. Onde é que ele é disfuncional? Quando nele se acopla a previdência rural, por exemplo. Quando é que ele fica disfuncional? Quando nele se acoplam outras coisas, como a assistência social. Aí ele fica disfuncional. Esse é um fato.

Então, é importante — e por isso eu estou preocupado — para a classe média brasileira uma previdência pública que funcione e que atenda às suas expectativas. E o que está sendo proposto desatende a essas expectativas. Esse é o drama que vejo na proposta. Uma coisa que a tecnocracia brasileira tem que deixar a sociedade brasileira escolher é se ela deseja um regime de previdência e se ela quer, como sociedade, colocar uma parte dos tributos arrecadados na função previdência. Ela tem que responder essa pergunta. Isso não está dado para a sociedade.

Por fim, já que o tempo se esgota, a reforma também me incomoda porque ela não permite transparência ao não separar as coisas. Ela mistura propositalmente, porque o discurso fica fácil. Como as pessoas conhecem pouco os números, elas compram a ideia: “Ah, tem que reformar”. O.k.! Mas, reformar o quê? Como? De que maneira? Porque nós não pensamos cenários que possam ser graduais? Por uma razão objetiva.

Eu vou pedir 30 segundos para concluir, com a vênua do Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcus Pestana) - Peço que conclua, Deputado.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Vou concluir, Presidente.

O que parece que está sendo dito às pessoas é o seguinte: “*Vamos financiar a assistência social com a previdência*”. E aí as pessoas pagam e não se aposentam. É esse o recado que está sendo passado para a sociedade brasileira. Dr. Dyogo, nós precisaríamos ter uma proposta que trabalhasse mais no longo prazo.

Sr. Presidente, o Ministro Padilha — não sei se foi um ato falho ou se é fruto da convicção dele — disse que o grande problema do Estado brasileiro é que, daqui a 2 anos, não mais haverá condições de se fazer gasto discricionário, que são os famosos investimentos. Portanto, se a decisão é política — e V.Exa. é suficientemente preparado e inteligentíssimo para propor algo assim —, por que não



se reforma o Governo? Ajusta-se o caixa ao que se tem disponível, e nós, com calma e vagar, fazemos uma reforma que dê à sociedade brasileira 30 ou 40 anos de paz e tranquilidade.

Esse é o questionamento que eu queria ver respondido por V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcus Pestana) - Com a palavra o Deputado Rubens Otoni...

O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO - Sr. Presidente Marcus Pestana...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcus Pestana) - Sim?

O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO - Eu gostaria de fazer um apelo a V.Exa.: como há poucos Parlamentares aqui e já há uma nova sessão no plenário, indago a V.Exa. e ao Presidente Carlos Marun, que já se encontra empostado atrás de V.Exa...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcus Pestana) - Passarei a ele Presidência imediatamente, tendo em vista a expectativa de cargo.

O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO - ...se haveria algum problema de eu falar como Líder logo após a Líder Jandira Feghali.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcus Pestana) - Vou deixar essa questão para ser decidida por quem de direito.

O SR. DEPUTADO ASSIS CARVALHO - Sr. Presidente Carlos Marun, eu queria recorrer do acordo, para que seja mantido.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcus Pestana) - Na lista, constam os Deputados Rubens Otoni, Assis Carvalho, Pepe Vargas, Paulo Maluf e Jandira Feghali. Mas, como a metodologia indica dois oradores da lista e um Líder, agora seria a vez do Deputado Rubens Otoni e, depois, a quinta Líder, a Deputada Jandira Feghali.

O SR. DEPUTADO ASSIS CARVALHO - Perfeito. Que isso seja mantido.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcus Pestana) - Com a palavra o Deputado Rubens Otoni.

O SR. DEPUTADO RUBENS OTONI - Ilustre Sr. Presidente Carlos Marun, Sr. Relator, ilustres convidados, o Ministro Dyogo Henrique de Oliveira e o Dr. Vilson Antonio Romero, representante da ANFIP — Associação Nacional dos Auditores



Fiscais da Receita Federal do Brasil, sejam muito bem-vindos. Estamos felizes com a presença de vocês aqui para realizar o debate e trazer valiosas informações, a fim de que esta Comissão possa cumprir o seu papel, o papel constitucional de analisar esta proposta apresentada pelo Governo.

Em nosso debate, quando se apresentam os argumentos de defesa da proposta do Governo, de maneira recorrente questiona-se a Oposição: *“Qual é a proposta da Oposição?”* Agora mesmo ouvimos o ex-Ministro Reinhold Stephanes cobrar isso do Dr. Vilson: *“Dizem o que não querem, mas qual é a proposta?”* E dizem isso desconsiderando tudo aquilo que nós temos debatido nesta Comissão.

Ilustre Ministro Dyogo Henrique, nós sabemos da importância de acompanhar passo a passo a Previdência e nela fazermos ajustes para seja sustentável. Então, nós temos noção, sim, do que nós queremos. E estamos aqui para debater, queremos debater e estamos abertos para debater, aquilo que seja uma reforma da Previdência e não um desmonte da Previdência. A nossa proposta e a nossa disposição é para discutir a Previdência do ponto de vista de garantir os direitos daqueles que para ela contribuem. Nós queremos discutir a Previdência do ponto de vista de garantir a sustentabilidade do sistema. Essa é a discussão que nos interessa. E, se o Governo trouxesse essa discussão, nós estaríamos dando no País um grande passo e uma grande contribuição para o futuro. Mas, infelizmente, a visão que eu tenho, Sr. Ministro, é que esta proposta, apresentada aqui para se debater, em nome do déficit da Previdência, em nome de se tentar garantir o direito futuro, já corta o direito hoje.

Nós deveríamos estar discutindo como é que nós vamos dar sustentabilidade e garantir que daqui a 10, 15 ou 20 anos aquele que está no sistema tenha direito ao benefício. E aí esta discussão é muito importante: onde nós vamos garantir os recursos, onde nós vamos buscar o financiamento. Esse é o debate importante, mas, infelizmente, esta proposta apresenta onde nós vamos cortar, onde nós vamos tirar o benefício, onde nós vamos dificultar o acesso.

Com isso, nós vamos prejudicar e desmontar todo um sistema debatido na Constituição de 1988, em que nós temos um sistema de seguridade social, em que se prevê a previdência, a assistência social e a saúde como ponto de partida para



dar o mínimo necessário de dignidade às pessoas, para dar às pessoas o direito ao exercício da sua cidadania.

Eu quero aqui, Sr. Ministro, fazer um apelo: que nós pudéssemos, com a sensibilidade do debate, colocar a discussão da Previdência nos trilhos que julgamos ser de importância para o País, não cortar direitos, não cortar benefícios, não dificultar o acesso das pessoas aos benefícios existentes. Vamos discutir como garantir o financiamento desses benefícios de hoje para amanhã também.

E aí, claro, nós precisamos discutir alternativas que não estão dentro da proposta do Governo: discutir as desonerações; discutir como fazer para diminuir o fluxo da dívida ativa e garantir o recebimento das dívidas com a Previdência; discutir como garantir novas fontes de financiamento, como combater a sonegação. Esse me parece um campo muito importante que interessaria ao Governo e interessa a nós. Nesse ponto, nós temos acordo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Peço que conclua, Deputado.

O SR. DEPUTADO RUBENS OTONI - É essa a reforma da Previdência que nós queremos debater.

Nós queremos fazer a reforma da Previdência, mas a reforma verdadeira. Nós não queremos o desmonte. Nós não queremos a reforma para tirar benefícios, mas a reforma para garantir os direitos e para garantir a sustentabilidade do sistema.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Muito obrigado, Deputado.

Passo a palavra ao próximo Líder inscrito, no caso, a Líder da Minoria, a Deputada Jandira Feghali, pelo tempo de 14 minutos. *(Pausa.)*

O SR. DEPUTADO MAJOR OLIMPIO - Sr. Presidente, antes de a Líder Feghali iniciar a sua fala, qual é a ordem dos Líderes inscritos?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Ela é a número 5. O número 6 é o Deputado Pauderney Avelino.

O SR. DEPUTADO MAJOR OLIMPIO - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - O número 7 é o Deputado...

O SR. DEPUTADO MAJOR OLIMPIO - O Deputado Pauderney Avelino pediu para passar na frente dos outros Líderes. Não há anuência dos Líderes, não é?



O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Não. Não foi concedido. Ele pediu para passar, mas isso não foi concedido.

O SR. DEPUTADO MAJOR OLIMPIO - Então, ele não é o próximo?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Ele é o sexto. Isso ele é. Nós vamos ouvir a Deputada, vamos ouvir dois Deputados inscritos e vamos voltar para essa lista. Ele será ouvido como o número 6.

O 7º como Líder é o Deputado Marcus Pestana; o 8º como Líder é o Deputado Bilac Pinto, que já falou; o 9º inscrito, pela Liderança do Governo, é o Deputado Julio Lopes; o 10º Líder é o Deputado Lelo Coimbra, pelo PMDB; o 11º Líder é o Deputado Arnaldo Faria de Sá, pelo Bloco PTB/PROS/PSL/PRP; o 12º Líder é o Deputado Alessandro Molon, pela Rede; o 13º Líder é o Deputado Major Olimpio, pelo Solidariedade; o 14º Líder é o Deputado Cleber Verde, pelo PRB.

Esses são os Líderes inscritos.

Passo a palavra à Deputada Jandira Feghali, pelo tempo de 14 minutos.

A SRA. DEPUTADA JANDIRA FEGHALI - Sr. Presidente, mais uma vez, eu não sei onde está o Relator. Ele não está presente nesta audiência pública, e isso traz dificuldades, porque eu gostaria muito que ele passasse a considerar as ponderações dos membros desta Comissão. A cada vez que são trazidos novos dados, nós também temos dados a apresentar. Eu lamento isso.

Há um segundo lamento. Eu não gosto de fazer isso na ausência dele, mas não tem jeito de fazer na presença. Eu acho que ele, como Relator, deveria se preservar e não dar opinião como a que ele deu hoje, como se já tivesse opinião fechada, independentemente das opiniões da Comissão e das novas audiências públicas. Isso é muito ruim para ele e para a Comissão.

Eu também, Ministro Dyogo, lamento muito vê-lo nesta posição. Fui Líder, durante 2 anos seguidos, da bancada do PCdoB, portanto da base do Governo Dilma, e nós debatemos muitas coisas. É lamentável vê-lo no primeiro escalão deste Governo. De fato, é lamentável.

Eu gostaria muito que o que o senhor traz aqui fosse uma verdade, mas não é, mesmo os dados econômicos. O senhor foi da Fazenda, hoje é Ministro do Planejamento e deveria ter mais cuidado ao trazer informações a esta Comissão.



Primeiro, teve uma arrogância, que o senhor inclusive deveria retirar, ao dizer que esses números não serão esses, porque a reforma vai passar. Quem decide se ela passa ou não passa é o Congresso Nacional; não é o senhor. Então, o senhor não deveria usar essa frase, porque isso é agressivo, é soberbo e é desrespeitoso com o Congresso Nacional. E eu lhe afirmo que a reforma hoje não passaria se fosse colocada em plenário. Esta é uma discussão que merece tempo.

O SR. MINISTRO DYOGO HENRIQUE DE OLIVEIRA - Desculpe-me.

A SRA. DEPUTADA JANDIRA FEGHALI - Não! O senhor deve pedir desculpas ao Congresso Nacional; não a mim.

Eu também acho que constituição não é metodologia; é parâmetro. Ela é uma definição da Carta Magna da República. Portanto, não pode haver outro método que não seja o método de análise que está na Constituição.

E a Constituição tem três artigos fundamentais nesse campo: o art. 194, que determina o que é seguridade social; o art. 201, que determina financiamentos que vêm dos órgãos que compõem a seguridade social, inclusive seus recursos financeiros; e o art. 40, que define o regime próprio do servidor, que tem uma lógica própria. O Tesouro é o Tesouro.

O regime que tem contribuições rubricadas é o da seguridade social. E a seguridade social foi uma conquista imensa de 30 anos de luta, mais de 20 anos contra a ditadura militar e 30 anos para preservar aquilo que era uma demanda da sociedade brasileira e se imprimiu na Constituição brasileira. Então, isso não deveria ser tratado com soberba, nem com desprezo, muito menos com a ilegalidade de não considerar as suas referências.

Nesse sentido, o senhor traz um déficit aqui cuja soma eu não sei sinceramente como é feita, porque todos os dados que eu tenho retirei de bases oficiais do Governo. Não há esse déficit. Desculpe-me. O déficit que V.Sa. traz aqui de 227 bilhões... Sinceramente, vai ter que trabalhar muito para mostrar essa matemática, porque ela não existe. Não é verdadeira essa matemática.

Com todos os dados que eu tenho em mão é bom dizer o seguinte: a arrecadação que subiu 24 bilhões em 2016... O gasto sabe onde ele cresceu, Ministro? Cresceu 17% na aposentadoria urbana e 13% na rural por uma corrida à



aposentadoria no final do ano, quando vocês anunciaram a reforma da Previdência. As pessoas correm para não perder direitos. Houve uma corrida importante.

Segunda constatação: aumentaram os benefícios da LOAS, porque caiu a renda do povo brasileiro. Então, eles se enquadraram na assistência social e houve aumento dos gastos da LOAS.

Também é importante mostrar o crescimento do gasto com o seguro-desemprego, em razão do desemprego no Brasil, de 7 bilhões e 500 milhões.

É importante olhar para isso aqui para mostrar que o problema não está na regra da Previdência. Está na economia, está na economia!

Eu gostaria muito que os seus dados fossem verdadeiros. O senhor mostrou a capa de uma revista que não tem credibilidade nenhuma, a revista *Veja*, e trouxe um dado que eu gostaria de confrontar. Eu tenho os três gráficos aqui: serviços, comércio e indústria. Nenhum deles cresceu, nenhum deles. A indústria hoje está abaixo do que estava em julho de 2016. O único emprego que cresceu foi o do ensino, de professor do ensino fundamental e médio, em razão do início do ano. Foram demitidos 59 mil em dezembro e foram admitidos 35 mil em fevereiro de 2017. É no ensino o crescimento no emprego de que o senhor fala aí. Não há crescimento na indústria, crescimento no comércio nem crescimento em serviços pelos dados que tenho aqui. Então, não dá para fazer o discurso de crescimento da economia! Não há registro de PIB crescendo até este momento. E o crescimento que há é de professores, que, aliás, são profundamente agredidos nessa reforma.

Outro dado que V.Sa. traz aqui é o comparativo com a OCDE. Ah, eu acho fantástico esse negócio, até porque, do ponto de vista da renda *per capita*, é absolutamente incomparável mesmo! Não dá para comparar outros países com o Brasil, que tem pessoas que começam a trabalhar aos 10 anos de idade no campo, que tem 5,9 milhões de empregadas domésticas, algo inexistente nos países da OCDE, e, mesmo assim, a expectativa de duração de aposentadoria no Brasil é de 13,4 anos, depois dos 65 anos, e na OCDE é de 17,2 anos e, em vários países, de 21 anos de tempo de aposentadoria.

É fácil fazer comparação quando interessa. Quando a comparação não interessa, a OCDE desaparece, porque os dados da Europa, dos países desenvolvidos, são objetivamente diferentes dos do Brasil.



Outra questão que eu gostaria de abordar é a seguinte: o senhor sabe quantos trabalhadores rurais tem o Brasil para poder calcular o gasto e a perspectiva do rural? Essa é uma pergunta que eu deixo para o senhor.

Outra pergunta que eu deixo para o senhor é a seguinte. O senhor diz, na minha opinião de forma bastante insensível, que a Previdência gasta muito. No serviço público as três reformas feitas, na minha opinião, já deram conta de colocar no teto e criar o fundo de pensão. Aliás, vocês fazem questão de abrir a Previdência do fundo para a Previdência aberta, quando tira as palavras “de natureza pública” do fundo de previdência dos servidores. Aí está clara a parceria com o sistema financeiro que o Governo fez.

Mas, quando eu vou para o Regime Geral e, por isso, tratamos mais de Regime Geral aqui, nós vemos que a maioria, mais de 50% — aqui eu tenho 53%, na média — já se aposentam por idade, aos 65 anos os homens e 60 as mulheres; 29% se aposentam por tempo de contribuição, 18% por invalidez e 1% por acidente de trabalho. Ora, quem ultrapassa os 25 anos são só os 29%, Sr. Ministro. O restante não chega a 18%. Não sei se o senhor tem esse dado — deveria ter e deveria trazer.

Se a grande maioria dos trabalhadores se aposenta com um salário mínimo, como o senhor mesmo disse, e 91,7% dos trabalhadores se aposentam com até cinco salários mínimos, quem é o prejudicado com essa reforma: são os grandes ou os pequenos? Eles não acessarão o benefício, porque os 25 anos não terão como cumprir. Quem hoje se aposenta por idade não chega nem a 20 anos de contribuição. Quando nessa realidade de desemprego, de rotatividade e de precarização eu estabeleço 25 de carência, estou impedindo que os trabalhadores alcancem a aposentadoria, mesmo a de um salário mínimo.

Então, essa reforma é contra os trabalhadores de baixa e não contra os que têm mais dinheiro, porque esses estão vinculados ao serviço público, a altos cargos ou a salários onde há vínculos, direitos e preservação de relação de trabalho.

Se a maioria não chega a 20 anos, Deputado Marun, como é que vai chegar a 25 anos de carência? A grande maioria não se aposentará. Essa reforma é contra os mais pobres. É isso que tem que ficar claro para a sociedade brasileira.



No campo, 88,5% dos homens e 96% das mulheres se aposentam por idade com um salário mínimo. Eles não vão alcançar 25 anos de carência jamais, jamais! Vão se aposentar como? Essa é a exclusão de 100% dos trabalhadores rurais do sistema de previdência.

Eu não consigo entender como é que vocês fazem o raciocínio de que essa reforma é contra os mais ricos. Os mais ricos continuarão se aposentando nessa reforma. O que vocês alteram é o cálculo do benefício e a transição, mas eles estão garantidos com idade mínima e com tempo de contribuição.

Aliás, o senhor disse que não há integralidade. A integralidade, de que tanto se fala, na fórmula 85/95, já é garantida hoje. Ela existe. Quem alcança 85/95 a recebe no integral. Então, ela existe. Também não é verdade o que o senhor disse: que não existe a integralidade hoje. O que existe é um fator previdenciário incidindo antes de chegar 85/95, e assim mesmo ele é progressivo. Vai a 90/100.

Há uma série de distorções que eu não quero creditar à má-fé, mas à tentativa de nos convencer de que essa reforma é correta. De fato, ela não consegue convencer ninguém. Vocês já perderam mesmo com fortunas pagas à comunicação aberta, rádio e televisão. A sociedade não se convenceu e não vai se convencer disso. A batalha de comunicação vocês já perderam. E aqui dentro isso também não está fácil para vocês não, porque as pessoas estão percebendo... Quem anda na realidade do povo brasileiro já entendeu.

Aqui não há ninguém protegendo privilégio. Aliás, isso é uma coisa bem típica do neoliberalismo: direito é igual a privilégio. Isso é típico. Toda crise capitalista no rentismo é aguda. E nós estamos há 10 anos em crise, desde 2008. Sempre a sua recomposição, a recomposição do capital é avassaladora para os trabalhadores. É sempre assim, não é?

Aliás, é bom também que se dê um dado aqui. Eu não sei se o senhor sabe, mas eu queria saber qual é a parcela de aposentadorias por atividade insalubre nos 29% de aposentadorias por tempo de contribuição. Eu não sei se o senhor tem esse dado. São 29% dos trabalhadores que se aposentam por tempo de contribuição hoje. Quantos desses trabalhadores se aposentam por atividade insalubre? Qual é a parcela de aposentadorias especiais?



Seria importante dizer isso também, porque a proposta de reforma também modifica, Dr. Vilson, a possibilidade de acessar a aposentadoria. Hoje, a aposentadoria especial é concedida para evitar que o trabalhador adoença. Nesta reforma ele tem que comprovar a lesão à saúde. Isso está escrito na proposta. Então, ele precisa ficar doente para ter direito à aposentadoria especial.

As mulheres também são desconsideradas na sua realidade, no seu cotidiano, na sua vida de trabalho doméstico, de trabalho precário, de jornada maior e de salário menor, de dupla jornada ou tripla jornada.

Então, eu sinceramente não sei onde se pode segurar aqui a visão de que essa é uma reforma para melhorar o Brasil e para retirar privilégios.

E a última questão é um dado que o Governo trouxe num documento absolutamente insatisfatório. Sr. Ministro, eu gostaria de saber se o Ministério do Planejamento tem acesso aos dados do DATAPREV e do INSS, porque o Ministério da Fazenda informou que é oneroso ter os dados DATAPREV e do INSS. Então, preocupa-me que alguém calcule, faça um cálculo atuarial sem isso. Se tirar os dados para nos mandar é oneroso, eu não sei de onde tiraram os dados.

De qualquer maneira, eu gostaria de entender uma tabela que foi trazida aqui, em que se bota o PIB até 2060. Imaginem, nem o capitalismo consegue ter essa certeza. O Governo tentou até 2060 congelar o PIB em 0,74% e deixar o salário mínimo em 6,1% da despesa. Então, eu quero entender o seguinte. Como é que alguém pode projetar um PIB para 2060 em 0,74%, mantendo uma política de salário mínimo, que eu não sei se vocês vão manter? A minha opinião é que vocês não vão manter o aumento real do salário mínimo por causa da PEC do Teto, da inflação.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

A SRA. DEPUTADA JANDIRA FEGHALI - O Governo, o Ministério da Fazenda mandou para esta Casa uma projeção atuarial o PIB de 0,74%, mantendo o salário mínimo em 6,1%. É mole, não é? Eu reduzo o PIB e mantenho a despesa. É claro que na proporção o déficit vai sempre aumentar no raciocínio de qualquer menino.

E eu fico me perguntando de onde vocês tiram essas projeções até 2060 para justificar isso, até porque o gasto da Previdência em 2016 foi 8,1% do PIB. Se o PIB



fosse zero, nós teríamos 7% do PIB. Se o PIB fosse zero, seria 7,70% em 2015 e 7,8% em 2016. A despesa tem a ver com o PIB.

Repito, o nosso problema não está na regra de previdência. O nosso problema está na economia, no desenvolvimento, no mercado de trabalho, na possibilidade que nós temos de cobrar dívidas. A nossa solução não está em mudar a Constituição, não está aqui. A única mudança na Constituição que nós deveríamos fazer é acabar com a DRU, porque essa foi de...

(Desligamento automático do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Peço que conclua, Deputada.

A SRA. DEPUTADA JANDIRA FEGHALI - Concluo dizendo que a única mudança constitucional que nós deveríamos fazer é não haver uma DRU de 30%, porque essa, sim, é desastrosa para a Seguridade Social brasileira, que, por ter superávit permanentemente, é de onde se tiram os 95 bilhões, para somar no Tesouro público, e sem nenhum limite de teto de gasto financeiro, que é o pagamento e rolagem da dívida.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Passo a palavra ao próximo inscrito, o Deputado Assis Carvalho. *(Pausa.)*

O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI - Sr. Presidente, os convidados vão se manifestar em que momento?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Nós temos, na verdade, um tempo suficiente já. Deixe-me dizer: o nobre representante da ANFIP me informa que às 19 horas...

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Eu havia colocado que, num determinado momento, nós...

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Não, não. Veja bem, nós havíamos colocado que, no momento que entendêssemos conveniente, abriríamos espaço para os dois convidados.



O SR. DEPUTADO ASSIS CARVALHO - Como V.Exa. já me anunciou, faça o seguinte: libere o meu tempo e, logo depois, V.Exa...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Positivo! V.Exa. dispõe de 5 minutos.

O SR. DEPUTADO ASSIS CARVALHO - Sr. Presidente, eu tenho 5 minutos mais a metade do tempo de Líder, dividido com o Deputado Arlindo Chinaglia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Positivo! V.Exa. tem 9 minutos e meio.

O SR. DEPUTADO ASSIS CARVALHO - Perfeito.

Sr. Presidente, eu estou olhando alguns números e eu quero, inicialmente, olhar os de 2015, os únicos a que eu tive acesso aqui da ANFIP. Eu acredito que a Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal, com concursados, pessoas preparadas, jamais informaria à sociedade e ao Governo dados falsos. Eu quero acreditar que são dados verdadeiros.

Nos dados da ANFIP, a receita realizada em 2015 é de 671 bilhões 637 milhões, para uma despesa de 683 bilhões e 60 milhões, o que apresenta um valor positivo da ordem de 11 bilhões 337 milhões. Esses dados, obviamente, são de pessoas que considero preparadíssimas, técnicos sérios. E, nos dados do Governo, também de 2015, onde a ANFIP coloca 671 bilhões por uma metodologia, o Governo diz que os valores foram da ordem de 350 bilhões 272 milhões, para uma despesa de 436 bilhões e 90 milhões.

Eu coloco isso porque, nos dados do Governo, onde a ANFIP apresenta em 2015 um valor positivo de 11 bilhões, o Governo apresenta o valor negativo de 85 bilhões. Mas, quando se olham somente os dados do Governo já de 2016... Em 2016, o Governo diz que...

Em 2015, o urbano foi positivo; negativo teria sido somente o rural, da ordem da ordem de 90 bilhões. O urbano foi positivo em 5 bilhões 141. Isso quem diz é o próprio Governo. Estou com o dado agora oficial do Governo. Em 2016, o Governo diz que o déficit foi de 149 bilhões 734 milhões: o urbano 46 bilhões negativos; e o rural 103 bilhões negativos. Esses são dados do Governo.

Aí fico sem compreender aonde se quer chegar com dados apresentados há pouco pelo Ministro Dyogo, que, acredito, é muito competente, tanto que foi o



homem de confiança do PMDB no Governo Dilma lá na Fazenda. Ele tanto foi de confiança que agora virou Ministro do Planejamento. Se não fosse de confiança, ele não teria sido convidado. Então, praticamente, é um homem que tinha os números na mão, que o PMDB sempre lhe confiou dentro do Governo, considerando que o PMDB fazia parte desse projeto antes do golpe.

E agora, quando o Governo diz que o déficit é 149 bilhões, esse mesmo Ministro diz que é 227 bilhões. Fico sem compreender aonde se quer chegar com números tão malucos. O mesmo documento oficial do Governo, de um minuto para outro, passa de 149 bilhões 734 milhões para 227 bilhões, conforme apresentação feita ali há pouco.

Sr. Presidente, sabemos que tudo na vida é feito de escolhas. Vamos escolhendo aquilo que nós achamos o mais importante. E essa reforma faz parte de uma dessas escolhas.

O mentor intelectual desse projeto, o Secretário Marcelo Caetano, fez uma escolha. Está publicada uma agenda oficial. De oitenta agendas, somente uma foi com os trabalhadores. As demais foram exatamente com a previdência privada. Isso está na *CartaCapital* e não foi contestado. Até que são públicas as agendas. E é exatamente um porta-voz da previdência privada de um banco, que também tem seus interesses.

Eu sou bancário e sei que, quando se está lá, se defende mesmo o interesse daquele campo em que se está prestando o serviço. Marcelo Caetano é um funcionário da previdência privada. Logo, é natural que ele defenda os seus interesses. Agora, ele está tratando da previdência pública. É como colocar a raposa para cuidar de galinhas. Sabemos que o objetivo é matar a Previdência para favorecer aquilo do qual ele ali é um representante.

Lembro isso, Sr. Presidente, para dizer que manipular números é uma coisa complicada, mas fácil, porque os números pulam de 1 minuto para outro ao sabor de quem os está apresentando.

Vejam só: o Governo tem um documento oficial dizendo que tem uma dívida de 149 bilhões. Na própria apresentação feita aqui há pouco, o Ministro Dyogo diz que o sistema próprio da Previdência deu um prejuízo de 77 bilhões e 200 milhões. Isso significa dizer que não está sendo colocado aqui que esse valor antecede a



reforma de 2013, através da fórmula 85/95. A partir daí, todo o sistema próprio faz parte de uma nova realidade, tendo como teto o teto do Regime Geral: R\$5.531,31. Então, o Regime Próprio e o Regime Geral, a partir de 2013, têm o mesmo teto. Não há mais privilégios, porque, a partir daí, será complementado o regime próprio do servidor pela Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal — FUNPRESP. Então, ele faz o fundo e, a partir daí, complementa o seu valor. Se se tira isso, porque está programado, existe uma lei — é claro que há a transição —, ele já não é mais um problema.

Vamos olhar apenas os trabalhadores rurais. Ora, Sr. Ministro, já paramos para fazer uma projeção de qual será o tamanho do prejuízo dos trabalhadores rurais, saindo a sua condição de aposentadoria? Nós estamos exatamente conduzindo a possibilidade do êxodo rural. Se tirarmos o trabalhador rural do campo e ele vier para a cidade, será que o custo social não vai ser muito maior do que esses 90 bilhões com que o próprio Governo diz que complementa o trabalhador rural? Se ele sair do campo, nós vamos ter vários problemas. Nós vamos ter o problema da droga e da violência e demais problemas que trazemos para a cidade e o problema da falta de alimento na mesa do trabalhador e da trabalhadora. Isso ficaria muito caro. Já paramos para refletir sobre isso?

Teremos também o problema das doenças, porque a produção da agricultura familiar é mais saudável do que a do agronegócio, sem entrar aqui no mérito ideológico, até porque acho que o agronegócio tem o papel de exportar seus produtos, para equilibrar a balança. Não estamos entrando nessa seara.

Sr. Presidente, estamos vendo ainda, nos mesmos dados apresentados pelo Ministro Dyogo, que, além da questão do Regime Próprio, que está ensejando esse déficit, ele já está resolvido na fórmula 85/95.

Vamos agora aos seus dados. O senhor levanta a situação da dívida dos Estados e do Distrito Federal, de 85,2 bilhões. Se a situação ocorre lá, por que não se trata da situação lá onde está? Na previdência urbana, até o Governo diz que a Previdência é superavitária, salvo situações pontuais — até 2015 era. Em 2016, houve a situação que conhecemos muito bem, por conta, e todos sabem aqui, do PMDB conduzindo desta Casa, que endividou o Brasil para derrubar a Presidenta.



Mas isso é uma questão pontual. O dia seguinte, o amanhã é outro dia. Não se derruba presidente todos os dias. Foi muito caro o custo para derrubar a Presidenta.

Então, Sr. Presidente, estou aqui ainda pegando os seus próprios dados. O senhor disse que 63,85% dessas pessoas recebem um salário mínimo. Ora, se recebem um salário mínimo, continuam recebendo um salário mínimo. Por que então nós não já deixamos esses 63,85% como uma situação resolvida, em que o senhor disse que não há prejuízo, se realmente não querem mexer na base da pirâmide? Além disso, nós tivemos, Sr. Ministro, a DRU...

(Desligamento automático do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Peço que conclua, Deputado.

O SR. DEPUTADO ASSIS CARVALHO - V.Exa. colocou o meu tempo de Líder?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Sim, coloquei o seu tempo de Líder.

O SR. DEPUTADO ASSIS CARVALHO - Vou concluir, Sr. Presidente. Nós poderíamos trabalhar em cima daquilo que vocês compreendem que é prejudicial à sociedade. Se vocês estão dizendo, se for verdade, que não querem prejudicar a base da pirâmide, os 63,85%, que envolvem inclusive o trabalhador rural, por que ele está incluído nessa reforma?

Então, Sr. Presidente, eu concluo dizendo que, se nós tivéssemos realmente interesse de fazer esse equilíbrio... Nós temos o que o Deputado Arlindo colocou muito bem, que é a situação da dívida ativa. Nós temos a sonegação...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Conclua, por favor, Deputado. Conclua a frase.

O SR. DEPUTADO ASSIS CARVALHO - Sr. Presidente, concluindo, só quero dizer que há alternativa. Nós até compreendemos que pode haver reforma, sim, mas uma reforma séria, não uma reforma açodada, que só traz sofrimento para o povo brasileiro. Vamos refletir sobre isso, Srs. Parlamentares, e não deixar que esse absurdo aconteça nesta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Obrigado, Deputado.



Passo, então, a palavra aos dois expositores, alertando que, na retomada dos trabalhos, o primeiro a fazer uso da palavra será o Deputado Pauderney Avelino e, na sequência, o Deputado Pepe Vargas.

Em primeiro lugar, passo a palavra ao Ministro Dyogo Henrique de Oliveira.

O SR. MINISTRO DYOGO HENRIQUE DE OLIVEIRA - Obrigado, Sr. Presidente, pela palavra e obrigado, Srs. Parlamentares, pelas questões.

Eu vou tentar fazer um apanhado aqui. Foram várias posições, mas, na verdade, poucas perguntas, efetivamente. Mas eu vou tentar fazer um apanhado sobre as questões que foram colocadas ao longo das diversas intervenções.

A primeira, e a mais importante, me parece, Sr. Presidente, é a questão da Constituição, o orçamento da Seguridade, a metodologia e tal. O que acontece? Na apresentação, eu mencionei: isso aqui é o que diz a lei, e, portanto, não há discussão metodológica quanto ao quadro que eu apresentei, quadro onde claramente nós temos, como já dito, um déficit de 227 bilhões na Previdência, no âmbito federal.

Deputado Assis Carvalho, 227 bilhões é simplesmente a soma dos 149 bilhões do Regime Geral com os 77 bilhões do Regime Próprio. Então, não são números conflitantes. São exatamente os mesmos números: 149 bilhões, 77 bilhões, 227 bilhões. E, quando eu considero os demais programas da Seguridade Social e as demais receitas da Seguridade Social, o déficit é de 258 bilhões de reais.

Bom, mas esse é um quadro que o Ministério do Planejamento criou, à revelia da Constituição, à revelia da legislação? Não. Esse é o quadro presente na Lei Orçamentária Anual, é o Anexo I-B da Lei Orçamentária Anual, que é aprovada todo ano pelo Congresso Nacional. O Deputado Assis Carvalho, inclusive — lembro-me bem —, foi membro da Comissão do Orçamento no ano passado e deve ter visto esse quadro, que faz parte da Lei Orçamentária Anual que foi aprovada.

Então, isso aqui não pode ser considerado inconstitucional, em princípio...

O SR. DEPUTADO ASSIS CARVALHO - Aprovado em 2009.

O SR. MINISTRO DYOGO HENRIQUE DE OLIVEIRA - Não. Foi aprovado agora, em 2015.

O SR. DEPUTADO ASSIS CARVALHO - Em 2009.



O SR. MINISTRO DYOGO HENRIQUE DE OLIVEIRA - Não, não. Esse aqui é o executado. Esse quadro aqui que eu apresentei é o executado em 2016. Quadro semelhante está presente na Lei Orçamentária de 2016, com as previsões para aquele ano, e está também na Lei de 2017, com as previsões para 2017.

Então, não há, a meu ver, que se questionar, digamos, essa apresentação dos dados. Ela não é feita por minha decisão ou por decisão de quem quer que seja. Há um quadro presente na Lei Orçamentária Anual, que, como eu disse, é o Anexo I-B, exatamente de onde vem o Orçamento da Seguridade Social, as estimativas relativas a esse elemento.

Portanto, a nosso ver, nós não estamos apresentando aqui uma metodologia do Ministério do Planejamento ou uma metodologia do Governo. Eu simplesmente trouxe para cá o quadro conforme é apresentado na Lei Orçamentária Anual. Por isso, eu me ative a isso e não me referi à Constituição, Deputada Jandira Feghali, exatamente porque eu parto do pressuposto de que a lei está conforme a Constituição. Se não fosse assim, acredito que não teria sido aprovada por este Congresso Nacional. E ela também é o resultado, evidentemente, das nossas análises jurídicas, do Governo, a respeito da aplicação do que está disposto na Constituição.

Qual é, de fato, a discrepância aqui? A discrepância aqui se refere ao Regime Próprio de Previdência Social. Essa é a diferença entre o quadro que nós apresentamos — o que eu defendo que seja exatamente coerente com a Constituição, porque foi aprovado pelo Congresso — e o que foi apresentado pela ANFIP. A diferença é a questão do Regime Próprio. Nesse caso, impõe-se uma questão básica: o pagamento dos aposentados, dos inativos da União, não é responsabilidade da Previdência. Eles são outra coisa, têm uma natureza diferente.

Sinceramente, eu acredito que não. Acredito que a nossa aposentadoria também é parte do sistema previdenciário. Se não fosse assim, o regime não se chamaria Regime Próprio de Previdência Social — RPPS. É assim que ele se chama. É o Regime Próprio de Previdência. É bem verdade que o Regime Próprio de Previdência Social foi reformado em 2013. Na verdade, se eu não me engano, a Lei foi aprovada em 2012 para valer a partir de 2013.



A regra para novos servidores, em nível federal e naqueles Estados que também adotem o regime de previdência complementar, é de que os servidores aposentados no Regime Próprio receberão até o teto do Regime Geral, e qualquer valor excedente será complementado através de contribuições adicionais, paritárias, do Governo e do servidor.

Então, acho que essa questão básica fica esclarecida, do ponto de vista de que nós não acreditamos que haja nenhum desrespeito ao preceito constitucional da maneira como os cálculos são apresentados.

É evidente que nós respeitamos que cada um tenha o seu convencimento e faça as suas análises. De fato, a questão dos trabalhadores rurais — e nós temos 9,5 milhões de aposentados rurais — é a parte do sistema que gera a maior parte do déficit. Os aposentados da aposentadoria rural respondem por 103 bilhões de reais desse déficit.

O que a proposta traz a respeito dos trabalhadores rurais é apenas a disposição de que eles também passem a contribuir para o sistema. Aqui, há uma explicação. Já há uma presunção de contribuição sobre o valor da produção. O que se está fazendo é mudar do valor da produção para o valor do salário.

Evidentemente está previsto na proposta que seja um regime de contribuição diferenciada. Eu mencionei que estamos colocando isso de maneira objetiva, que antes não havia sido, que a nossa intenção no Governo é de que isso seja um sistema próximo, semelhante ao que é do microempreendedor individual, que contribui com uma alíquota de 5 reais a cada mês.

Dessa forma, ao final da vida laboral, o trabalhador rural teria contribuído 16 salários e teria a possibilidade de percepção por mais 17 anos de aposentadoria em média.

Então, não é uma proposta que inviabiliza a participação do trabalhador rural. Muito pelo contrário, é uma proposta que vai qualificar o trabalhador rural, permitindo que ele seja identificado como contribuinte da Previdência e participante do sistema.

O Deputado Rubens Otoni já saiu, mas acho que é importante mencionar a expressão “novas fontes de financiamento”. A tese seria: nós não precisamos reduzir a despesa, o que nós precisamos é aumentar a receita.



No resumo, qualquer alteração orçamentária — e é disso que nós estamos falando aqui — terá que atuar em um dos dois lados do balanço que estamos considerando. No caso aqui, nós estamos falando de Previdência.

A Previdência tem receitas e despesas. Nós podemos ser muito criativos, pouco criativos, mais criativos, mas, no fundo, nós estaremos sempre falando de aumentar as receitas ou diminuir as despesas.

A reforma que nós estamos propondo claramente — e mostrei isso — se diferenciou de outros países que tiveram que fazer reformas apressadamente e em meio a crises mais agudas. Nós não aumentamos as contribuições. Nós estamos propondo aqui um aumento de contribuições.

O Deputado Arlindo Chinaglia chamou a atenção para as desonerações. Quero dizer que acho que esse é um tema que deve ser revisto. Tenho a convicção de que as desonerações, principalmente na Previdência, estão exageradas e poderiam ser repensadas neste momento.

No geral, isso vai nos dar apenas uma mudança de nível. O problema é que se pode vender os imóveis da Previdência que, se não me engano, estão estimados em 3 bilhões de reais. Pode se cobrar a dívida ativa? Não sei, as informações que nós temos é de que a qualidade dessa dívida ativa não é exatamente boa, pelo contrário, é uma dívida que, no geral, envolve empresas falidas, pessoas que não têm mais condições de pagar, mas vamos cobrar.

Que nós recuperemos 100 bilhões da dívida ativa. Isso é uma vez. Os imóveis é uma vez: vendeu, acabou; cobrou, acabou. Então, nós pagaríamos, digamos, o déficit de um ano. Portanto, no ano seguinte, nós teríamos de novo o mesmo déficit.

Essas alternativas só podem ser consideradas se realmente forem alternativas que aumentem a receita de modo permanente. Portanto, estaríamos falando de um aumento da carga tributária total. Foi opção, de fato, do Governo de tratar a reforma tributária sem aumentar a carga tributária total do sistema da economia brasileira. De fato, a opção que nós fizemos foi de não aumentar a carga tributária, com a compreensão de que há, no País, uma carga tributária extremamente elevada. E, apesar dessa carga tributária elevada, nós ainda estamos amargando déficits continuados nas contas públicas.



Também foi bastante comentada a questão de despesas com juros e outras coisas. Nós temos uma dívida hoje aproximadamente de 4 trilhões de reais. Apenas nesses 2 meses, nós tivemos uma redução da taxa Selic de dois pontos percentuais. O mercado avalia que, até o final do ciclo de redução, nós teríamos pelo menos 4% de redução. Quatro por cento sobre 4 trilhões já nos dariam uma redução de 160 bilhões de despesa com juros.

Mas isso não é resultado de decisões unilaterais forçadas de reduzir os juros. Isso é resultado de criar as condições para que o País tenha uma taxa de juros de nível adequado mundial e que nos permita voltar a crescer. Como é que se consegue isso? Reduzindo a inflação e demonstrando que o Governo tem estabilidade financeira. Sem estabilidade financeira, você não tem como convencer as pessoas.

Eu sempre digo o seguinte, Deputados: às vezes, nós falamos muito do sistema financeiro, mas o sistema financeiro, na verdade, tem por trás todos nós. Cada um de nós, quando quer fazer uma aplicação, vai ao banco. Comunico ao gerente que vou fazer uma aplicação e pergunto o que o banco tem para me oferecer. Ele diz que tem um título do Governo para vender. Você pode entender que o Governo, por algum motivo, está perdido, não tem condições de pagar essa dívida. Todos nós vamos dar outras decisões econômicas e pedir que pague mais caro, que seja indexado na inflação. É uma ação de cada um, não é uma coisa que alguém lá inventa, quando está pensando aleatoriamente. São decisões econômicas que as pessoas tomam.

É preciso ter muito cuidado, porque nós já vivemos isso. Nós vivemos a época em que as pessoas venderam suas casas para colocar dinheiro no *overnight*. Todos nós aqui vivemos esse período. E isso ocorre quando? Quando há o descontrole, quando há o desequilíbrio completo das contas públicas, quando o Governo imprime dinheiro todos os dias, à noite, para poder pagar os títulos vencidos do dia anterior.

O Deputado Onyx Lorenzoni mencionou uma questão...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - O senhor não quer deixar algumas questões para responder depois, ao final?



O SR. MINISTRO DYOGO HENRIQUE DE OLIVEIRA - Vou falar mais alguns minutinhos e concludo, Sr. Presidente. Eu estou selecionando só alguns temas principais.

O Deputado Onyx Lorenzoni menciona uma questão interessante, que é a Previdência *versus* a assistência, como se a Previdência rural fosse outra coisa que não Previdência. E nós não podemos compreender dessa maneira. O trabalhador rural é trabalhador também e tem um sistema que gera mais déficit do que a previdência urbana. Entretanto, o trabalhador rural está dentro do sistema por uma característica básica do sistema. O sistema previdenciário é baseado no mutualismo, ou seja, alguns vão pagar mais e outros vão pagar menos. Essa é a base da ideia de previdência. Daí que nós temos que continuar tratando, a meu ver — e é assim que nós temos apresentado essa questão —, o conjunto da Previdência, considerando que há mutualismo entre as partes.

De outra feita, de onde viria o dinheiro para pagar? Se nós segregarmos aqui os urbanos, e, dentro os urbanos, alguns vão dizer: *“Opa, espera aí, eu sou da classe tal e o meu é mais superavitário ainda”*. Então, não é esse o sistema previdenciário que prevalece no País e no mundo. O sistema previdenciário pressupõe o mutualismo.

Quanto a questão dos militares, mencionada pelo Ministro Reinhold Stephanes, nós estamos conduzindo ainda a negociação com os militares e temos a pretensão de concluir, muito em breve, a proposta de reforma do sistema dos militares, que, no caso, não se chama aposentadoria, mas reserva. Continua a discussão sobre os militares.

Por fim, acho importante mencionar — e fui mencionado várias vezes — que não só eu como todos os técnicos que participaram da elaboração dessa proposta são técnicos do Governo. O Marcelo é servidor do IPEA; o Arnaldo, que está aqui ao meu lado, é servidor do Governo Federal; eu mesmo sou servidor concursado do Governo Federal. Tenho a enorme satisfação de ter servido ao meu País, nos últimos 18 anos, e tenho o prazer de dizer a todos vocês que ocupei diversos cargos no Governo Federal, nos mandatos do Presidente Fernando Henrique, do Presidente Lula, da Presidenta Dilma e agora do Presidente Michel Temer. Ocupei



diversos cargos e tenho a enorme satisfação de dizer que jamais imaginei que isso seria objeto de alguma crítica a mim.

Eu sempre acreditei e continuo acreditando que — e essa é a minha esperança —, a cada dia, haja mais e mais profissionalização no Governo Federal e que outros servidores como eu, que também participaram de vários governos, continuem a participar de vários governos e tenham a oportunidade de trazer para as nossas discussões opiniões baseadas no conhecimento, na técnica e na experiência que nós vamos acumulando ao longo da nossa vida laboral. Falo isso com todo o respeito que tenho por todos esses governos aos quais me dediquei com devoção, com lealdade.

Espero que outros servidores, como eu, participem de uma audiência pública como esta em que nós estamos hoje na presença de tão ilustres Parlamentares. E, assim como eu, obtenham isso pelos seus próprios méritos, sem necessitar nunca de pedir cargos a nenhum partido, a nenhum elemento político. Não tenho preconceito contra políticos, pelo contrário, mas reconheço a importância da política no País e entendo que um dos grandes objetivos do País deve ser a profissionalização da sua gestão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Passo a palavra para o Sr. Vilson Antonio Romero, ilustre representante da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil — ANFIP, pelo tempo de 10 minutos.

O SR. DEPUTADO MAJOR OLIMPIO - Sr. Presidente, só para colaborar, quero parabenizar o Ministro como servidor. Poucos servidores recebem 84 mil reais por mês, para receber, em dezembro, o salário normal de 69 mil. Só para efeito de registro. Depois, eu vou discriminar de onde vem o salário dele.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Com a palavra o Sr. Vilson Antonio Romero.

O SR. VILSON ANTONIO ROMERO - Srs. Parlamentares, em razão do adiantado da hora, inclusive em função de ter um compromisso externo, pedi licença ao Deputado Carlos Marun e peço vênias a todos os senhores. De qualquer forma, vou fazer breves comentários sobre a matéria.

Sempre se falou em reposição de 58%, 78% na Previdência Social brasileira, mas se todos os trabalhadores receberem salário mínimo e depois uma



aposentadoria de salário mínimo, haverá reposição de 100%. Essa reposição é em razão do achatamento da própria Previdência. Ela está se tornando um programa de renda mínima. E, como já foi documentado aqui, 63% recebem igual a um salário mínimo e 84% abaixo de dois salários mínimos. Portanto, a taxa de reposição permanece elevada. Ao mesmo tempo, perguntam-nos se temos propostas.

A entidade nasceu, há 50 anos, no seio dos agentes de fiscalização dos antigos IAPs — Institutos de Aposentadorias e Pensões. No Rio de Janeiro, em 1950, há 67 anos, reuniram-se os agentes de fiscalização dos antigos Institutos — industriários, bancários e comerciários — e fundaram a ANFIP. Desde então, dedicamo-nos a ser uma das trincheiras em defesa da Previdência, que é muito importante, Srs. Parlamentares. V.Exas. sabem que a Previdência retirou, nos últimos 10 anos, 26 milhões de pessoas que estavam abaixo da linha da pobreza.

E, pela proposta hoje apresentada, isso pode inclusive se agravar se olharmos o que está no programa Ponte para o Futuro do PMDB. E, com a desvinculação do salário mínimo, dos benefícios assistenciais e da pensão, nós vamos empurrar novamente esse contingente para abaixo da linha da miséria. Então, essa é uma preocupação.

No que diz respeito ao servidor público, muitos Parlamentares citam o fato de que estamos tratando com marajás, que se aposentam com 20, 30, 40 mil reais. Nós tivemos, no âmbito do serviço público, desde 1988, seis emendas constitucionais. A Emenda nº 3, de 1993, instituiu a contribuição dos servidores, que antes não era obrigatória. Só havia contribuição para pensão por morte, por benefício de risco. Houve a mudança de idade mínima, em 1998, na EC 20. Depois vieram as Emendas Constitucionais nºs 41, 47, 70 e 88, que regularizaram a questão envolvendo a aposentadoria por invalidez e o aumento da idade para a aposentadoria compulsória.

Portanto, como os senhores sabem, desde 2003, ninguém mais se aposenta com paridade e integralidade. E, desde 2013, no âmbito do serviço público federal da União, ninguém se aposenta com mais do que 5 mil e 531 reais, que é o teto do Regime Geral, apesar daqueles servidores anteriores terem ingressado pelas regras da Emenda Constitucional nº 47, antes de 1998, e continuarem a contribuir sobre tudo o que ganham. E, obviamente, se preencherem os requisitos dessas emendas,



poderão ainda fazer jus a isso, apesar de a reforma colocar por terra essa regra de transição.

Temos outra proposta que o Sr. Relator vai analisá-la com muito carinho. Nós temos uma mudança na prescrição e na decadência das contribuições previdenciárias, que antes eram vintenárias, ou seja, prescreviam e decaíam em 20 anos. Com a mudança do Código Tributário Nacional, elas passaram a ter prescrição e decadência de 5 anos. Se hoje ela vai valer para um decurso de vida de 25 anos ou 49 anos, eu acho que, com certeza, nós teremos que excluí-la da regra existente no Código Tributário Nacional e aumentar a prescrição e a decadência dessas contribuições, que valerão por uma vida laboral do trabalhador do Regime Geral.

O Ministro Dyogo coloca na conta do déficit da Seguridade Social os 37 bilhões de reais dos militares. Mas, se os militares não são tratados agora, como faremos essa conta? Acho que nós tínhamos também que desconsiderar, e vai ser abordado *a posteriori*.

O Ministro Reinhold Stephanes falou sobre as contribuições sociais que se avolumaram. Em 1994, criou-se o Fundo Social de Emergência para desvincular 20%. Mas, se estamos desvinculando, até porque havia um volume demasiado de contribuições destinadas à previdência, à saúde e à assistência, por que, então, não se muda a legislação? Porque na legislação permanece a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido — CSLL destinada à Seguridade Social, a COFINS destinada à Seguridade Social. Mude-se a lei e não a Constituição.

Para que fazer desvinculação, se podemos mudar uma lei complementar ou uma lei ordinária, terminando com essa destinação exclusiva? Dessa forma, nós acabaríamos efetivamente com esse conflito. Nós teríamos, dentro do orçamento fiscal, os recursos vindos dessas contribuições, permitindo, obviamente, que não haja esse debate e que todo o caixa único, digamos, como fazem alguns Estados da União, banque todos os benefícios em todas as esferas.

Eu quero citar um exemplo para os senhores, embora seja um pouco dramático. Há poucos dias, eu estava na UnB com cerca de cem alunos, que têm idade média de 18 a 20 anos, e com alguns docentes também. Primeiro, perguntei a eles quem estava trabalhando. Dos cem alunos, apenas dois estavam trabalhando.



Eu fiz questão de perguntar, até como reflexão, se eles tinham visto o que o Governo havia falado da Previdência. Muito poucos sabiam, até porque a Geração Y está, em tese, desligada desse processo.

E perguntei também se eles, amanhã, arrumarem um emprego — e não uma ocupação, porque, não havendo emprego, lamentavelmente nós os encaminharíamos para uma ocupação — e souberem que teriam que contribuir por quase meio século para, ao final, fazer jus a uma aposentadoria que é integral — mas não do último salário, é a integralidade da média do início do trabalho, os 50 anos de contribuição —, quem de vocês ingressaria na Previdência, que efetivamente o próprio Governo diz que está quebrada, que não lhe garantirá um benefício? Obviamente que todos foram unânimes em dizer que não ingressariam nessa Previdência.

Portanto, nós vemos uma situação, por mais que exageradamente exposta, extremamente excludente. Nós precisamos ter a preocupação muito clara de como estamos vendendo isso, que é muito mais pesado e penoso do que a própria proposta anterior, que, no atual Regime Geral de Previdência Social, calcula-se sobre a média das 80% maiores contribuições.

Então, senhores, essas são as nossas observações. Mas, acima de tudo, em momento algum, a ANFIP tem dito que a Previdência é superavitária. Nós temos demonstrado que a Seguridade Social é superavitária. E isso ocorre pela metodologia utilizada, em que o conjunto das fontes de financiamento banca essa Previdência, que está inserida no tripé, contemplado no Capítulo da Ordem Social da Constituição, saúde, assistência e previdência.

Desde logo, a nossa entidade continua à disposição para o debate. Eu lamento não poder continuar aqui. Já pedi licença ao Deputado Carlos Marun. Eu também repudio eventuais manifestações que têm sido feitas de que nós temos contestado a reforma por ganharmos mais, ou coisa do gênero.

O SR. DEPUTADO JULIO LOPES - Sr. Presidente, tenho uma questão de ordem que tem que ser colocada aqui com a presença do Dr. Vilson, que disse que eu não gostaria que ele estivesse aqui. Pelo contrário.

O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO - Eu gostaria que o Dr. Vilson, já que sou eu que vou falar agora...



O SR. DEPUTADO JULIO LOPES - Só 1 minutinho, porque eu pedi a palavra primeiro.

O SR. VILSON ANTONIO ROMERO - Deputado Julio Lopes, eu não disse que V.Exa. não gostaria. Eu só mostrei uma notícia que saiu na revista *Época* em que anunciavam — pelo menos vasou para um colunista — que o Deputado Carlos Marun e V.Exa. teriam ido ao Palácio do Planalto para pedir que a Advocacia interferisse em relação à ANFIP. Eu não acredito que V.Exas., dentro do espírito democrático que norteia a vida dos senhores, fariam esse tipo de coisa, que nada mais é do que um atentado à liberdade de expressão.

O SR. DEPUTADO JULIO LOPES - De forma alguma. Eu apenas sugerir isso porque acredito nisso. Gostaria que o senhor ouvisse a minha ponderação. E, como o senhor sabe que as reuniões aqui têm se estendido até mais tarde, eu lamento que o senhor tenha de se retirar. Só estou registrando isso ao vivo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - O Deputado Julio Lopes foi citado pelo expositor, que agora vai se retirar. E vai ser descontado do seu tempo as suas considerações. O seu tempo vai ser descontado.

O SR. DEPUTADO JULIO LOPES - Eu gostaria de explicar, mais uma vez, ao Presidente da ANFIP que, de fato, discordo plena e totalmente da forma como os senhores têm se comunicado. Disse, sim, ao Presidente da República e tenho a convicção de que os senhores não estão procedendo de acordo com os organismos internacionais de auditoria e contabilidade. E gostaria aqui de ter a oportunidade de debater com o senhor.

Lamentavelmente, o senhor vai se ausentar antes do fim da nossa reunião. E as nossas reuniões têm sido, frequentemente, estendidas até tarde da noite.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Positivo.

O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO - Eu só pediria ao Dr. Vilson que permanecesse por mais 5 minutos, porque eu gostaria de fazer uma referência à fala dele.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - O senhor encerrou a sua fala?

O SR. VILSON ANTONIO ROMERO - Com certeza. Estou à disposição.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Eu quero dizer ao senhor que a sua saída prematura nos causa um desconforto.

O SR. DEPUTADO MAJOR OLIMPIO - O Ministro ter saído em 10 minutos causou também um desconforto, não é, Sr. Presidente? Vamos deixar claro que o Ministro saiu correndo daqui.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Também causou, tanto que, no momento em que convidei o Ministro Dyogo, esclareci a S.Exa. a necessidade de permanência por longo tempo na reunião. Isso também causou desconforto.

Eu entendo que a ANFIP é um órgão que deve estar acompanhando essas sessões. Nunca houve uma sessão na terça-feira que acabasse antes das 10h da noite. Não vou também amarrar o senhor aqui, como alguns me sugeriram. Não posso negar ao senhor que vá cumprir o seu compromisso. Mas eu quero deixar claro que isso causa um desconforto a todos nós.

O SR. VILSON ANTONIO ROMERO - Deputado Carlos Marun, conversando com a assessoria, eu vou ficar à disposição dos senhores e adiar o compromisso que teria às 19h30. Fico, permanentemente, à disposição da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Faz bem. Positivo.

O SR. DEPUTADO MAJOR OLIMPIO - Muito bem. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Vamos, em sequência, ouvir o próximo orador inscrito, Deputado Pauderney Avelino, na condição de Líder. V.Exa. dispõe, do tempo de inscrição normal somado com o tempo de Líder, de 10 minutos.

O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, gostaria...

O SR. DEPUTADO LELO COIMBRA - Sr. Presidente, Deputado Carlos Marun, só para não desorganizar os trabalhos, há um novo painel. Devemos fazer um revezamento de ida e vinda.

O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO - Sr. Presidente, V.Exa. pode pedir para elevar o som, porque isso força muito a garganta.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - O Deputado Pauderney Avelino solicita que seja elevado o som.

O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO - Obrigado.



Eu agradeço a exposição do Ministro Dyogo e do Sr. Vilson, Presidente da ANFIP. Quero deixar muito claro aqui que, com o tempo que eu já tenho não só de vida, mas também de política, dá para entender perfeitamente que cada um vem aqui defender um ponto de vista e defender aquilo que lhe interessa.

Eu gostaria de colocar, meu caro Vilson, que eu estou em posse aqui, em mãos, da Medida Provisória nº 765. Os seus colegas que estão na ativa sabem o quanto eu lutei neste Governo para torná-la realidade. Essa medida provisória foi editada no final do ano passado para organizar as carreiras da Receita Federal, que estava em greve já há alguns meses, criando inúmeras dificuldades para os produtores, para a vida econômica do nosso País.

Essa medida provisória traz aqui os valores de vencimento básico da carreira de V.Exa. e dos auditores da Receita Federal. O vencimento básico é o mesmo para o que está na ativa e o que está aposentado: 24 mil e 943 reais, mais bônus. Essa medida provisória também regulamenta o bônus de 3 mil reais a mais para o auditor e 1 mil e 800 reais a mais para o analista. V.Sas. receberão também o bônus de 100% com o tempo de aposentadoria menor ou igual a 12 meses. E aí vai decrescendo um pouco. Depois, 93%, para quem tem até 24 meses; 86% — isso, do bônus. E o vencimento básico é o mesmo.

Mas vamos desmitificar aqui essa história de que não recebem muito. V.Sas. estão defendendo os seus interesses. Não é possível entender que quem ganha 25 mil reais mais um bônus de 3 mil reais, Deputado Bilac, vá aqui defender uma reforma da Previdência. Só que nós temos que fazer a pergunta: quem paga essa conta?

Eu ouvi aqui o Ministro Dyogo dizer — e disse muito bem — que nós não vamos aumentar impostos. Chega! A população não aceita mais pagar tanto imposto! Nós precisamos nos arranjar com aquilo que temos. Eu tenho que dizer também que, lamentavelmente, nós tivemos administrações desastradas no Governo passado, administrações que trouxeram a situação que nós estamos vivendo agora.

Por exemplo, esse déficit do Regime Geral da Previdência Social não é a única causa da grave crise que nós estamos vivendo, causada pela até então dita criativa nova matriz econômica do Partido dos Trabalhadores. Não, essa nova matriz



econômica do Partido dos Trabalhadores gerou esses quase 13 milhões de desempregados. Ninguém tem dúvida disso. Isso reduz sensivelmente a contribuição dessas pessoas que estavam no mercado de trabalho, porque deixam de contribuir.

Mas há outro detalhe — e o Ministro Dyogo sabe disso, porque estava no Governo como Secretário-Executivo da Fazenda ou do Planejamento, não me lembro agora —: aquela regra 85/95, com a retirada do fator previdenciário, levou milhares e milhares de trabalhadores, seja do setor público, seja do Regime Geral, a buscarem a sua aposentadoria. Isso também leva ao déficit que nós temos. E me assustei quando vi esse déficit. Eu me assustei! Eu achei que a conta estava errada. Mas infelizmente a conta estava certa: passou-se de 86 bilhões de reais para 151 bilhões de reais em 1 ano. É grave a crise! É muito grave! E se levarmos em conta que, entre essas pessoas do Regime Geral, aproximadamente 60% recebem apenas o salário mínimo, nós vemos que a coisa é mais grave ainda.

Nós precisamos fazer uma reforma para o bem das próximas gerações. Ninguém vai fazer reforma porque quer ou porque acha bonito fazê-la. No caso dos gregos, Tsípras ganhou a eleição vendendo o paraíso na terra. Quando veio a realidade para governar, tiveram que renunciar, porque os organismos de financiamento internacionais não financiariam a Grécia se não houvesse uma mudança na forma de entender a economia.

Nós não queremos prejudicar ninguém, mas nós sabemos que, se aumentarmos os impostos, não vai adiantar. Se vendermos os ativos, não vai adiantar. Se cobrarmos toda a dívida ativa, não vai adiantar. Essa é uma questão atuarial, e o nosso sistema é contributivo, solidário. Nós temos que garantir que essas pessoas que estão entrando no mercado de trabalho e que já estão a meio caminho andado possam também ter condições de receber os seus proventos. Isso é o que estamos falando. Nós temos que ser sinceros! A questão entre Oposição e quem agora é Governo é uma coisa que nós entendemos que é da política.

O PT e os seus aliados tiveram a oportunidade de fazer, não fizeram. Nós estamos vivendo uma situação em que poderíamos, durante 13 anos do Governo petista, ter feito as reformas, porque “surfaram” em uma popularidade muito alta. Mas depois veio a conta, porque governo populista tem perna curta.



A melhor política popular — não populista — é uma política fiscal séria, responsável. Aquele Governo abandonou o tripé que estava dando certo no nosso Brasil: metas de inflação, câmbio flutuante e superávit primário ou a responsabilidade fiscal. Abandonaram pela chamada “nova matriz econômica”.

A ex-Presidente Dilma, da forma como ela fala, no português que até dá para entendermos, arrepende-se de ter dado tantos benefícios fiscais. Ela disse isso agora lá em Portugal. Eu entendi o que ela disse: ela se arrepende de ter dado tantos benefícios fiscais. Ela não se arrepende porque ela fez isso em sã consciência! Em 2014, aumentou absurdamente o número de empresas que receberam a isenção ou o benefício da folha de pagamento para se reeleger, fazendo benefício com chapéu alheio. A conta chegou. A irresponsabilidade tem limites.

Hoje, em nosso País, as pessoas estão acompanhando pela Internet, pelas redes sociais. Em nenhum momento eu me furtarei a falar a verdade, olhando olho no olho, sobre o que é preciso fazer, mesmo cortando na carne. Nós não podemos negacear com a verdade. As pessoas entendem isso.

Vamos buscar, sim, mostrar que há o déficit brutal no sistema previdenciário, no sistema da seguridade pública do nosso País. Nós vamos apresentar sugestões, sim, para que possamos criar as condições necessárias para aprovarmos essa emenda constitucional a fim de garantirmos esse contrato que as gerações atuais estão fazendo com as gerações futuras.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Muito obrigado, Deputado Pauderney Avelino.

O SR. DEPUTADO PEPE VARGAS - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Sim?

O SR. DEPUTADO PEPE VARGAS - Antes de V.Exa. passar a palavra ao próximo inscrito, que acredito seja eu mesmo, gostaria de saber quem são os Vice-Presidentes eleitos da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Deputado Marcus Pestana, Deputado Julio Lopes e Deputado Thiago Peixoto.

O SR. DEPUTADO PEPE VARGAS - Então, em primeiro lugar, eu quero dizer que eu não tenho absolutamente nada, do ponto de vista pessoal, contra com



o Deputado Darcísio Perondi. Posso ter divergências políticas, naturais da democracia. Mas, se há vices eleitos, então, quando houver o impedimento do Presidente, os vices que assumam; senão, não cumprimos os ritos aqui. Eu só queria fazer essa observação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Está registrada a sua consideração.

Eu convido o Deputado Marcus Pestana a assumir, por alguns instantes.

Passo a palavra ao Deputado Pepe Vargas e, na sequência, ao Deputado Paulo Maluf. Depois, retornamos aos Líderes, quando falará o próximo líder, o Deputado Marcus Pestana.

O SR. DEPUTADO PEPE VARGAS - Posso começar, Sr. Presidente ou V.Exa. vai passar a Presidência?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Vou passar a Presidência ao Deputado Marcus Pestana.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Não. Ele vai falar em terceiro lugar.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Agora vamos a uma rodada e, no final, fazemos um fechamento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcus Pestana) - Tem a palavra o Deputado Pepe Vargas. *(Pausa.)*

O SR. DEPUTADO DAVIDSON MAGALHÃES - A sequência é o Deputado Pepe Vargas e o Deputado Marcus Pestana.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcus Pestana) - Falarão, na sequência, os Deputados Pepe Vargas e Paulo Maluf.

O SR. DEPUTADO DAVIDSON MAGALHÃES - O Deputado Marcus Pestana falará como Líder e depois volta-se à lista?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcus Pestana) - Volta-se à lista. A Deputada Jandira Feghali já falou.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Em não estando o Deputado Paulo Maluf, V.Exa. fala no lugar dele e, depois, fala o Líder. São dois pela lista e um Líder.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcus Pestana) - Tem a palavra o Deputado Pepe Vargas.

O SR. DEPUTADO PEPE VARGAS - Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, primeiro eu queria levantar que o Governo tem feito um esforço extraordinário para tentar passar a ideia de que esta reforma vai atingir o andar de cima e vai preservar o andar de baixo, o que não é verdade. A proposta não preserva quem ganha um salário mínimo.

Vamos pegar uma hipótese aqui: uma senhora de 45 anos cujo marido ganha um salário mínimo que venha a ficar viúva. Se ela tiver dois filhos, o valor da pensão dela vai ser de 749 reais. Se ela não tiver filhos ou, caso tenha, quando os filhos atingirem a maioridade, a pensão dela será de 562 reais.

Vai haver um monte de pessoas, como o Deputado Reinhold Stephanes colocou, que vai receber pensões inferiores ao salário mínimo. A mudança na regra de cálculo, Deputado Givaldo Carimbão, prejudica muito o caso das pensões.

Em segundo lugar, querer cobrar 5%, como Microempreendedor Individual, dos agricultores familiares? Alguns até teriam condições de pagar, os agricultores familiares mais desenvolvidos, enfim, os de regiões mais desenvolvidas do País, mas essa não é a realidade do País. Isso é desconhecer profundamente as condições do meio rural brasileiro, da agricultura familiar brasileira, dos pescadores artesanais, dos extrativistas e de uma parcela expressiva de trabalhadores. Lá no Semiárido brasileiro, onde existe algo em torno de 1 milhão de agricultores familiares, vamos ver qual desses vai ter renda mensal para conseguir pagar esses 5%. Eles não vão ter renda mensal para pagar 5%.

Então, essa proposta, na realidade, vai excluir os agricultores familiares do direito à aposentadoria, porque agora a exigência passa a ser de 65 anos de idade tanto para o homem como para a mulher e 25 anos de contribuição. Eles não conseguirão ter 25 anos de contribuição. Ficarão excluídos. E aí também terão 5 anos a mais para esperar um Benefício de Prestação Continuada, que só poderá requerido aos 70 anos, benefício este que também ficará desvinculado do salário



mínimo. Querem fazer voltar ao que era no tempo da ditadura, em que existia um benefício assistencial que era no valor de meio salário mínimo. É um absurdo! Isso prejudica, sim, a população mais pobre do País.

Também é importante dizer que não é verdade o que foi dito aqui, que para os políticos vai ficar igual ao que será para o povo. Não! Não é verdade não! A proposta diz que aos que forem diplomados a partir de 2018 se aplicará o teto do Regime Geral, portanto, todos os que estão aqui e que optaram pelo regime de aposentadoria do Congresso Nacional — nem todos optam — ficam preservados, acima do teto do regime geral. Então, foi uma forma sutil de garantir o voto da turma. E ainda dizem que para todo mundo vai haver regra de transição, mas, para os políticos a regra de transição fica para ser discutida sabe-se lá quando. Então é importante dizer isso. Quero saber com que condição moral esta Casa vai votar se fica diferenciada a sua situação. Isso tem que ser dito também.

Outra questão importante: a divergência aqui é clara. O que foi dito aqui há pouco é que a Lei Orçamentária Anual não cumpre a Constituição. Nós vamos ter que ficar mais vigilantes na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, quando da votação da Lei Orçamentária Anual, porque, se o resultado da Seguridade Social tem sido apresentado incorporando as despesas do regime próprio dos servidores, então está se descumprindo a Constituição, porque o que está previsto na Seguridade Social é o Regime Geral. O Regime Próprio dos servidores está em outros artigos da Constituição — os arts. 40, 42, 142. Não está lá nos arts. 194, 195. Trata-se de uma questão completamente diferente.

Porém, é verdade que o caixa para pagar é o caixa do Governo, sem sombra de dúvidas. Mas, quando dizemos que a Seguridade Social não vinha sendo deficitária é com base no que a Constituição determina quanto às fontes de receita da Seguridade Social.

E, em 2015 e 2016, as fontes são declinantes? Sim, são. É evidente, pois há 12 milhões de pessoas desempregadas! A COFINS e a Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido caíram; foram promovidas desonerações que, como já foi aqui dito, foi um equívoco; e não se conseguiu recuperar todas as desonerações quando se tentou recuperar. Então, é evidente que 2014, 2015, 2016 não são anos bons para analisar. Portanto, querer pegar uma situação conjuntural e transformá-la em



estrutural para o regime geral de Previdência Social até 2060 é uma forção de barra econômica brutal.

Outra coisa que já ficou sobejamente demonstrada aqui: a metodologia de projeção de longo prazo que o Governo apresenta é furada. Ela congela os parâmetros do mercado de trabalho. Ela não considera que vai haver aumento da formalização; ela não considera que pode haver aumento da produtividade; ela considera uma política de valorização do salário mínimo acima do que a legislação atual prevê e acima inclusive do que seria a realidade. Conseqüentemente, ela extrapola. Já foi demonstrado aqui, em outras audiências públicas, que essa projeção de longo prazo está equivocada.

Por fim, é importante dizer que existem outras formas de resolver o problema da Previdência além de só cortar gastos e benefícios — cortar benefícios e cortar benefícios. Existem outras formas de resolver isso. É possível fazer esse debate e nós gostaríamos de fazê-lo. Nós apresentamos inclusive emendas alternativas à proposta do Governo. E é importante fazer o debate sobre como dá para aumentar a arrecadação, sobre como a eficiência da arrecadação pode ser melhorada, sobre como se pode rever as desonerações, como se pode aumentar a formalização no mercado de trabalho, pois a informalidade ainda é muito alta. Tudo isso tem impacto. E, principalmente, embora a taxa de juros tenha caído, a taxa de juros real ainda é muito alta. Ela é praticamente o dobro da praticada há 1 ano e meio ou há 2 anos. Ela está alta, e a queda da taxa de juros tem efeitos na questão fiscal e também poderia dar uma folga lá na conta única do Tesouro. Poderia servir para um conjunto de outras questões.

Portanto há outras alternativas. O que nós precisamos é de tempo para fazer a discussão, para fazer o debate com a sociedade, e não dessa pressa de querer votar rapidamente algo, para dizer que é para resolver o problema de longo prazo, mas que tem que ser resolvido em 3 ou 2 meses, de forma que a sociedade brasileira não tenha tempo de discutir.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcus Pestana) - O Deputado Paulo Maluf está inscrito, mas não se encontra presente. Então passamos a palavra ao Deputado Davidson Magalhães, pelo tempo de 5 minutos.



O SR. DEPUTADO DAVIDSON MAGALHÃES - Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, é muito importante reafirmar mais uma vez neste debate, primeiramente, que não se trata de um problema de metodologia. Alguns aqui até elevaram a contabilidade, desde o outro debate, à categoria de ciência. Não é assim! Esse não é um problema metodológico. A Constituição Federal é clara, pois, desde o art. 194 até o art. 204, fala sobre o tema da Seguridade Social e sobre as fontes de receita.

Dizer que é um problema de caixa do Governo é outra questão, mas em relação à Seguridade Social, que é o debate que está sendo feito aqui. De 2005 a 2016, mesmo 2015 e 2016 tendo sido anos atípicos, nós tivemos a média de superávit de 35 bilhões e 479 milhões de reais, não por discussão metodológica, mas por discussão do que está definido na Constituição sobre o que são as receitas da Seguridade Social. Essa é a média desses últimos anos de superávit da Previdência Social. Portanto, não adianta ficar repetindo, ficar fazendo maquiagem contábil, para tentar demonstrar que a Seguridade Social no Brasil tem déficit. Não tem. Em 2016 aparece um déficit, mas esse déficit de 2016 não é pelo envelhecimento da população; é porque, do ponto de vista conjuntural, nós estamos com 2 anos...

Aliás, disseram que iam dar o golpe e que o mercado daria tanta segurança que, em 2 anos, iriam botar a economia lá em cima. E o resultado do golpe é a maior depressão da história recente do Brasil. A maior! São 7,2%! Essa é uma demonstração clara de que essa política econômica — infelizmente o Deputado Pauderney Avelino saiu —, esse tripé da política macroeconômica que ele mostra é um desastre para economia brasileira. Estão aí os resultados: taxa de juros altas, toda essa política que está sendo desenvolvida e que está nos levando ainda mais a um processo recessivo.

Infelizmente, isso começou em razão de alguns equívocos cometidos no Governo passado, por não se entender que a retomada da atividade econômica se faria com investimentos públicos e não com a retração dos investimentos públicos. Então, o primeiro problema é que não existe uma questão metodológica. Isso está claro.



Aliás, fala-se muito aqui de déficit público. Eu quero saber quais são os países desenvolvidos que não têm déficit público. Muitos os têm em patamares maiores do que o Brasil — em patamares maiores do que o Brasil!

A segunda questão é que esse projeto prejudica efetivamente. Não é verdade que prejudica principalmente os que ganham bem. Esses já tiveram a reforma na Previdência própria dos servidores públicos, que já começou a estabelecer limites há muito tempo para a Previdência pública no País.

Se as condições da proposta forem mantidas, quem vai ficar prejudicado são exatamente aqueles... De cada dez brasileiros, quase oito não se aposentariam hoje se mantivermos essa proposta que o Governo mandou para a Câmara dos Deputados, para ser discutida no Congresso Nacional. Com a exigência de 25 anos de contribuição e 65 anos de idade, conjugadas essas duas medidas, quase oito em cada dez brasileiros não conseguem se aposentar, porque 60% não cumprem sequer os 20 anos de contribuição. Portanto, isso é um absurdo. Nós vamos tirar da Previdência Social do Brasil uma parcela significativa de trabalhadores que, como o próprio Relator disse, são aqueles que detêm recebimentos menores, de cerca de um salário mínimo.

O terceiro ponto é que o cálculo atuarial não foi apresentado. O bônus demográfico ainda vai perdurar pelo Brasil. Não existe só envelhecimento, porque a população economicamente ativa ainda cresce no Brasil, e até agora não foi comprovada nenhuma medida em contrário.

Sr. Presidente, uma das medidas importantes que nós e o próprio Ministério poderíamos adotar é seguir o § 3º do art. 195, que diz o seguinte:

Art. 95.....

IV.....

§ 3º A pessoa jurídica em débito com o sistema da seguridade social, como estabelecido em lei, não poderá contratar com o poder público nem dele receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios.

Existe um instrumento rápido e ágil de fazer essa cobrança: é só tirar todos os apoios e incentivos fiscais de todos aqueles que devem à Previdência. Essa seria uma forma de recuperação rápida dessa receita de que tanto se precisa e de que



tanto se fala, necessária para ampliar a Seguridade Social do Brasil e não para fazer com que ela seja reduzida a pó.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcus Pestana) - Como estou presidindo, vou inverter minha inscrição com a do Deputado Julio Lopes, que vai acumular o tempo da Liderança.

O SR. DEPUTADO JULIO LOPES - Boa noite, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados. É muito importante termos a oportunidade de debater nesta reunião. Quero cumprimentar o Dr. Vilson e agradecer muito a sua permanência aqui, para que nós pudéssemos trocar uma ideia. Agradeço também ao Ministro Dyogo.

Dr. Vilson, de fato, eu fico estupefato com a posição dos senhores da ANFIP. Para mim, é a mesma coisa que um trabalhador, ao examinar suas contas domésticas e ver que recebe um valor pequeno de auxílio-transporte, desconsiderar esse valor da sua despesa também. Então, ele não considera o auxílio-transporte nem na sua receita nem na sua despesa porque ele recebe 100 reais de auxílio-transporte, mas gasta 1.000 reais com transporte. Ele acha que aquela conta não é boa e faz o seguinte: não conta essa conta. *“Eu não gosto dessa conta; eu não conto essa conta”*.

Ou então, Deputado Pestana, o sujeito recebe um valor de vale-alimentação. Esse vale-alimentação tem um valor pequeno, porque é uma contribuição, um somatório naquele valor. O sujeito, então, acha que aquele valor pequeno não está legal e não conta a despesa com alimentação que tem; ele despreza aquela conta. Aí ele não conta nem a receita nem a despesa e sua conta fica superavitária, é óbvio, porque ele tirou a conta da alimentação e tirou a conta do transporte.

Isso é o que o senhor está fazendo com a aposentadoria dos servidores públicos federais. Não é razoável. Não é minimamente razoável, Dr. Vilson. Sabe por quê? Suponhamos que o senhor peça ao Banco Mundial que analise as nossas contas, ou aos organismos de crédito internacional que analisem o *rating* do Brasil. O risco que é analisado todos os dias no Brasil... O senhor sabe por que o risco do Brasil está caindo? Porque nós estamos debatendo essa questão fundamental da economia brasileira aqui, Dr. Vilson, porque as coisas não são como nós gostaríamos que fossem. São como são.



Com todo respeito, eu acho inacreditável que a auditoria do Conselho Federal de Contabilidade não tenha ainda repreendido a ANFIP. Eu sinceramente acho isso, porque não é razoável os senhores desconsiderarem a conta dos servidores públicos federais. Isso não é minimamente razoável, não é plausível. É como um trabalhador que não gosta do seu recurso de vale-transporte, e por isso ele o desconsidera. Porém, ele gasta dez vezes mais com transporte do que ele recebe, assim como ele gasta dez vezes mais com alimentação do que ele recebe. Ele simplesmente não coloca isso na conta e ela vira superavitária. Ele é um sujeito que pode contratar qualquer empréstimo ou comprar uma casa própria, porque, como aquilo não bate na conta dele, Deputado Lelo Coimbra, ele pode fazer a compra que quiser, porque vai estar legal.

Com a Desvinculação das Receitas da União — DRU é a mesma coisa. Da forma como a ANFIP coloca, é como se o sujeito desse uma mesada para a mulher no primeiro dia do mês, logo depois de receber o salário — ou no dia 31 ou dia 2, quando ele receber o salário —, Deputado Bilac, e dissesse à mulher dele o seguinte: *“Gaste, mas você tem que me devolver até o dia 30”*. A DRU é exatamente um dinheiro que vai e volta dentro do sistema previdenciário. Não há superávit. E como não há superávit no sistema, ele vai e volta dentro do mesmo sistema, deficitariamente. E a ANFIP sabe disso. Não é possível que ela não saiba! Não tem como desconsiderar esse fato. Isso é uma verdade matemática, não tem como não ver. O senhor tira de um lado e bota no outro, mas é tudo dentro da mesma conta!

E os senhores auditores fiscais da Previdência dizem à população...

Peço um pouquinho de silêncio, para que respeitemos quem está com a palavra.

Então, eu não acho isso razoável, entende? Eu queria dizer ao senhor que nós...

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Eu sei que não é razoável.

O SR. DEPUTADO JULIO LOPES - Deputado Arnaldo, V.Exa. sabe o carinho e a admiração que eu tenho por V.Exa.?

O que eu quero comentar com V.Exa. é o seguinte: acho que o problema do Brasil é este: segundo os dados do boletim econômico do IPEA, Boletim nº 62, de 2016, o percentual de trabalhadores informais no País é de 45,7%.



O senhor sabia disso, Dr. Vilson? O senhor sabia que isso é mais do que o PIB da Bahia somado com o PIB de Goiás e que esses trabalhadores não estão nem aí para o senhor, nem aí para mim, nem aí para o Temer? Eles não sabem nem que existe Temer, nem que existe o Ministro Dyogo. Eles não estão nem aí. Eles estão se virando por conta própria, deixando de fazer com que a Previdência arrecade 286 bilhões de reais. Esse pessoal está dando um jeito na vida deles.

Por isso é que o Brasil é um país informal. Agora estão dizendo que não existe dinheiro informal na política. Há dinheiro informal em qualquer lugar do Brasil! Sabe por que, Deputado Pestana? Porque 18.5% do nosso PIB é informal. É maior do que o PIB da Argentina. E sabem por quê? Porque ele chegou a ser, em 2016, 16.5%, mas, com a deteriorização das contas, com esse Governo desastroso que esteve aí, o que aconteceu é que nós voltamos a esse patamar e estamos com o PIB igual ao da Argentina, sendo transacionado todos os dias.

Então, são milhões de Josés, de Marias, de Antônias, de Fernandos, de Joaquins que não estão nem aí para saber se o Bilac é Deputado Federal, se o Julio participa da reforma da Previdência, porque eles estão dando um jeito na vida deles.

Se nós não dermos um jeito de baixar o custo sobre o posto de trabalho, se nós não reformarmos esta Previdência para baixar o custo disso sobre o índice de produtividade nacional, que, aliás, alguns Deputados desconhecem... Lamentavelmente o índice de produtividade do Brasil, nas últimas duas décadas, sobre o trabalho, é praticamente nulo, e o senhor deve saber disso. O nosso índice de produtividade lamentavelmente é muito ruim e não pode ser considerado. Precisamos dar produtividade ao País exatamente organizando as contas, organizando a Previdência Social, Dr. Vilson, organizando as contas que estão e estiveram desorganizadas por quase a vida toda.

Por mais que nós tenhamos feito sucessivas reformas, jamais ajustamos os pontos necessários para que o País tivesse responsabilidade fiscal e, conseqüentemente, uma taxa de inflação plausível, uma taxa de juros civilizada e um desenvolvimento que o povo brasileiro quer.

O que nós estamos fazendo aqui é tentar convidar esta massa enorme da informalidade brasileira, esta economia enorme que está fora do nosso controle, da nossa gestão, que não está nem aí para o senhor nem para mim, para tentar vir para



cá contribuir para o Brasil crescer. Isso só vai acontecer se ajustarmos um pouquinho essas contas, se dermos a elas um pouquinho de seriedade e, pela primeira vez, se tratarmos o déficit fiscal brasileiro com um pouquinho mais de sobriedade. E, no futuro, se tivermos feito isso direito, talvez alguns que nos sucedam possam ser mais benevolentes, porque a verdade é que agora, infelizmente, cabe-nos ser maduros, rígidos para colocarmos o País de novo nos trilhos, porque ele está completamente desgovernado.

O Brasil tem uma população trabalhadora de 45% fora do regime da Previdência Social, sem nenhum direito. Trata-se de milhões de pessoas cujo futuro estamos condenando aqui a ser ainda pior do que já o é hoje. Se nós queremos que os filhos e os netos desses cidadãos tenham algum progresso, tenham alguma perspectiva de futuro, de prosperidade, nós precisamos enfrentar essa questão, sim.

E não acho que é fácil, não. Eu estou sendo bombardeado no meu Estado, na rua, em todo lugar, no aeroporto, porque estou tratando aqui de um tema com seriedade.

Não adianta enganar e dizer que essa conta não precisa ser feita, pelo amor de Deus. É a mesma coisa que o trabalhador fingir e não colocar na conta o que ele recebe de vale-transporte nem o que ele gasta, porque a conta é deficitária. Ele não põe na conta também, se não der, o aluguel, entendeu, Ministro Dyogo? E aí fica mole. Porém, eu quero saber, na hora em que ele for ao banco para fazer o crédito, ou na hora em que ele for comprar no seu mercadinho, se essa conta fecha. A conta não fecha, Dr. Vilson. Lamentavelmente, a conta não fecha. E é só por essa razão que nós estamos nesta situação.

Alguns Deputados que me antecederam, que faziam parte daquele Governo, achavam que, para baixar a eletricidade, para baixar a energia elétrica, era só dar um murro na mesa: *“Não, a gente dá um grito e a energia elétrica baixa, Pestana.”* Temos 60 bilhões de reais para pagar — 60 bilhões de reais. Agora, o coitado do brasileiro, Carlos Henrique Gaguim, não tem só que pagar a Previdência não — ele tem 60 bilhões de reais para pagar só de luz elétrica daquela desgraça de administração.

Abaixar o preço da gasolina, então, é mais mole ainda. É só dar dois tapas na mesa e pronto: quebrou PETROBRAS. O próprio delator aqui, aquele desgraçado,



veio dizer: “Olha, não teve nada que fosse pior para a PETROBRAS e para o sistema do que o congelamento de preços. O resto foi tudo pinas. O congelamento de preços foi o que quebrou a PETROBRAS”.

E assim podíamos continuar conversando aqui a noite toda, doutor. Mas eu só quero lhe dizer, do fundo do coração, que o senhor não é melhor brasileiro do que eu, o senhor não é mais vocacionado do que eu, o senhor não tem interesse em contribuir mais com o País do que qualquer um de nós aqui que defende esta medida.

Nós temos que tratar isso. Eu também o considero um homem sério e imagino que o senhor esteja tratando essa coisa com a maior profundidade, com a maior seriedade. Mas temos que, de uma forma ou de outra, colocar este País nos trilhos, ajustar essas contas, fazer com que, de fato, esses milhões e milhões de brasileiros que estão sem esperança alguma, porque estão fora do sistema da Previdência... Para os que estão no sistema da Previdência, a situação deles já é lamentável, lamentável, já é uma desgraça completa. Entretanto, os que não estão, Deputado Pestana, esses estão numa situação ainda pior.

Portanto, vamos contribuir para o Brasil. Vamos reformar a Previdência.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcus Pestana) - Como eu fiz uma inversão e o Deputado Carlos Marun não chegou, eu vou fazer uso da palavra.

O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI - V.Exa. repartiu o tempo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcus Pestana) - Eu invertei. Como eu estou inscrito, serão destinados a mim 5 minutos, e tenho mais 7 minutos de Liderança.

O Ministro Dyogo, por necessidades inadiáveis, precisou sair um momento. Vamos só aguardar então.

O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI - E o tempo que ele me deu, V.Exa. anexa depois? Ele tinha 15 e me cedeu 5 minutos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcus Pestana) - E V.Exa. tinha 5 minutos. Ficaram 5 minutos para agregar ao seu tempo.

Vamos aguardar os painelistas. Esse é o lado fisiológico da política. *(Pausa.)*

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Sr. Presidente, deixe-me falar, já que ninguém quer falar.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcus Pestana) - Mas o Ministro e o Presidente da ANFIP fazem questão de ouvi-lo.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Não, mas eu posso falar sem eles.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcus Pestana) - Não, vamos seguir a ordem.

O SR. DEPUTADO MAJOR OLIMPIO - Costuma sair bastante gente dos painéis, vão embora, e a chamada continua, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcus Pestana) - Não faz o menor sentido esta audiência pública continuar sem os convidados. Para isso, nós temos a reunião amanhã — é um minutinho só.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Parece a situação de aposentados e pensionistas, uma tanga só.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcus Pestana) - Vamos aguardar o Presidente da ANFIP. *(Pausa.)*

Eles chegaram à conclusão sobre déficit. Ao final, será comunicada a convergência da ANFIP com o Ministério do Planejamento.

O SR. VILSON ANTONIO ROMERO - Ou vice-versa, né, Deputado?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcus Pestana) - Quem sabe. *(Pausa.)*

Ministro Dyogo, Presidente da ANFIP.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Sr. Presidente, regimentalmente, V. Exa. pode falar da mesa. Passa a Presidência ao Deputado Julio Lopes e V. Exa. pode falar daqui.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcus Pestana) - Deputado Julio Lopes.

(Não identificado) - Votaram três Vice-Presidentes.

(Não identificado) - Acabou de sair.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcus Pestana) - Acabou de sair.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Então, chame outro da Mesa. O senhor não pode falar da Mesa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcus Pestana) - Deputado Bilac Pinto, se V. Exa. não se importar, para atender ao nosso decano...



O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Se eu sou decano, o senhor deveria me convidar. Certo, Presidente?

(Não identificado) - *(Riso.)* V.Exa. é muito rebelde.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Não interessa. Rebelde ou não, na falta de titular eleito, tem que ser o Deputado com maior número de mandato. Sou eu. Eu vou respeitar o Bilac, mas a decisão de V. Exa. está errada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcus Pestana) - A assessoria disse que não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Bilac Pinto) - Com a palavra o Deputado Marcus Pestana.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - O que a assessoria falou? Não o quê?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Bilac Pinto) - Deputado Arnaldo,

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Falou o quê? Que não sou eu que tenho que assumir a Presidência? Você é assessor? Você pode falar isso?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Bilac Pinto) - Deputado Arnaldo, eu quero pedir a sua compreensão. Vamos dar continuidade.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Eu não tenho dificuldade nenhuma, mas regimentalmente, se eu quiser assumir, eu vou assumir e acabou. A assessoria não vai falar isso para mim não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Bilac Pinto) - Com a palavra o Deputado Marcus Pestana.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Eu acho que o clima tem que ser sereno. É preciso baixar a bola para pensar no interesse geral, no interesse nacional.

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Presidente, garanta a minha palavra. Não é possível assim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Bilac Pinto) - Deputado Marcus Pestana, Deputado Arnaldo, vamos resolver o problema regimental. O Deputado Julio Lopes, Vice-Presidente desta Comissão, acaba de adentrar o plenário e vai assumir aqui a Vice-Presidência.



O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Só peço que seja restituído o meu tempo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Lopes) - Com a palavra o Deputado Marcus Pestana, por favor.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Bem, já cansei de dizer aqui que essa questão não deve ser objeto de uma disputa tipo Fla-Flu, Atlético e Cruzeiro. É uma questão com repercussão estratégica para o País, com repercussões de longuíssimo prazo. O Governo Temer teve a coragem de abrir a discussão, sendo que não vai usufruir dos efeitos. Os efeitos não se manifestarão nos próximos 1 ano e 9 meses. Esse é o marco do Governo Temer. Há que se elogiar a coragem de colocar a questão na mesa de forma aberta.

É uma importante política herdada do século XX, que tem uma dimensão social extremamente relevante. Acho que todos nós perseguimos um sistema justo e sustentável. O sistema brasileiro não é justo, porque é povoado de privilégios, nem sustentável.

Quanto à terapia, eu acho que é um campo de divergência plausível, natural, necessário. Há diversas formas de enfrentar, há diversas estratégias para se abordar a questão previdenciária, mesmo numa situação de crise aguda.

Temos que fazer o combate à sonegação? É óbvio. Aí eu perguntaria à ANFIP, que é o sujeito principal da fiscalização, e ao Ministro do Planejamento o que está sendo feito para o combate à sonegação?

Temos que cobrar a dívida ativa? Há muito mito. Eu já fui Secretário de Planejamento de Minas. Em todas as discussões há um mito sobre a consistência real da dívida ativa. Ela é um fato muito mais contábil, porque, quando você vai à luta para recuperar esses ativos, na verdade, mais de 70% não existem, é pó. Quando vai se cobrar a eficácia, a liquidez é baixíssima, mas tem que ser feito, tem que se cobrar a dívida ativa. Eu colocaria, além da questão do combate à sonegação, a questão da dívida ativa, das renúncias. É muito dito isso. Na sua planilha, a ANFIP incorpora as renúncias como uma receita, sim, para fechar o superávit. Eu perguntaria à ANFIP: qual é a renúncia que está se propondo? É o microempreendedor? É o Simples? São as filantrópicas? Vamos suspender benefícios às APAEs? Aos hospitais filantrópicos? É isso que está se propondo?



Então, queria que abordassem esses três temas: combate à sonegação, dívida ativa e renúncia.

Formalização. O Deputado Julio Lopes fez uma colocação precisa. A reforma previdenciária se comunica com a reforma tributária do mercado de trabalho. Para gerar um clima de formalização, é evidente que há repercussão na receita da Previdência.

Calibrar a reforma. Todos nós vamos fazer o diálogo aqui e construir um texto que seja aprovado. O PSDB tem oito sugestões e vai negociar com o Governo, como principal parceiro que é de sustentação do Governo.

Agora, a terapia é um campo de discussão, mas o que me espanta é no diagnóstico, porque toda terapia é precedida de um diagnóstico. A pergunta essencial é se há déficit e se ele é sustentável.

Eu fico impressionado. Em qualquer conceito que se trabalhe, você tem três planos: o orçamentário da Seguridade; o regime de caixa, a questão do déficit financeiro; e o déficit atuarial.

Há um conceito constitucional, mas, mesmo dentro do conceito de Seguridade presente, não é possível colocar como receita a DRU, que tem *status* constitucional, assim como o conceito de Seguridade Social. Então, colocar a DRU como receita, colocar as renúncias que existem de receitas previdenciárias, não colocar a despesa com as aposentadorias do regime próprio, do serviço público, na verdade, é uma contabilidade criativa para transformar um brutal déficit de 258 bilhões num superávit de 35 bilhões. Isso, segundo os dados de 2016. Eu quero saber por que a ANFIP não tem trabalhado os dados de 2016.

Esses são dados da contabilidade pública. Qualquer um que se interessar em entender um pouquinho do assunto vá ao SIAFI — Sistema Integrado de Administração Financeira, vá aos sistemas de informação, que são públicos. Estão no *site* as informações. O pessoal acha que é uma república de bananas, que não tem contabilidade pública transparente. Eu vou te falar: é o equivalente à Operação Carne Fraca. Nós queremos o complexo de vira-lata do Nelson Rodrigues, como se o Brasil não fosse um País que tivesse uma democracia madura e instituições sólidas.



Mesmo no conceito de Seguridade Social, há um brutal déficit. Mesmo que houvesse superávit, do ponto de vista fiscal, é até certo ponto irrelevante, porque, se o País está com um déficit nominal de 10%, há que ser financiado — a saúde, por exemplo. Eu fui Secretário de Saúde por 8 anos. Ela tem um déficit mascarado. Precisaríamos, para fazer um SUS decente, cinco vezes mais do que Estados, Municípios e a União têm. Esse déficit não é falado? Ele não conta? Ele vai concorrer com a despesa previdenciária. São escolhas. O Orçamento é escolha alternativa de recursos limitados para fins alternativos — segurança, educação. Tudo vai concorrer.

Hoje, as despesas previdenciárias já são 58% do gasto primário — e vão ser 80%. Então, qual é a mágica? De onde vai sair o recurso? Da educação? Da segurança? Da assistência social? Da infraestrutura? Não há almoço grátis. Mas e o regime de caixa? Nós vamos negar que há um déficit, do ponto de vista de caixa, na aposentadoria rural, urbana e no regime próprio? Ela vai a mais de 150 bilhões no Regime Geral e mais 70 bilhões no conceito de caixa, que poderia ser considerado conjuntural.

Aí vem o mais grave: a dinâmica demográfica joga para corrigir esse déficit no conceito de caixa ou o agrava? Não, a demografia agrava o cenário de médio e longo prazo. Então, esse déficit financeiro, que é inegável, que tem aspecto, sim, conjuntural por conta da recessão, é tão insustentável e possui tal dimensão que não haverá recurso. Quando se vai para o campo atuarial, mesmo com os questionamentos metodológicos, a coisa é explosiva. Qualquer pessoa que tenha boa-fé e honestidade intelectual sabe que o sistema é insustentável.

Portanto, não entendo alguns discursos daqui no sentido de que parece que está tudo bem, que é normal haver 10% de déficit nominal, que é normal ter uma dívida em crescimento explosivo, que é normal ter uma Seguridade insustentável. Então, mascarar essa discussão é mistificar. Na verdade, quem está indo contra os trabalhadores, contra a juventude, contra os aposentados e pensionistas é quem não quer mudar, porque é a não reforma que vai colocar em risco os benefícios previdenciários.

Então, deixo estas questões aos dois debatedores: combate à sonegação, dívida ativa, renúncias e se a ANFIP nega que há realmente um déficit, tanto no



conceito orçamentário da Seguridade quanto no conceito de caixa e no conceito atuarial. Está tudo bem? Nada precisa ser feito? Se precisa ser feito algo, o que é?

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Lopes) - Obrigado, Deputado Marcus Pestana. Peço a V.Exa. que reassuma a Presidência, por favor.

O SR. DEPUTADO EDUARDO BARBOSA - Sr. Presidente, eu posso dar uma informação, enquanto se faz a substituição?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Lopes) - Pois não.

O SR. DEPUTADO EDUARDO BARBOSA - O Presidente da República acaba de fazer o pronunciamento de que a reforma da Previdência será pautada apenas no servidor público federal. S.Exa. estava pronunciando-se ao lado dos Ministros, dos Presidentes da Câmara e do Senado e do Relator desta Comissão.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

(Não identificado) - Acabou a finalidade da audiência, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Lopes) - O Brasil é uma Federação, Sras. e Srs. Deputados.

Por favor, Deputado Marcus Pestana, assumo a Presidência.

O SR. DEPUTADO EDUARDO BARBOSA - Muito bem! *(Ininteligível.)*

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - É para arremeter os trabalhadores do Estado e da Assembleia Legislativa. V.Exas. não perceberam o jogo?

(Não identificado) - É óbvio que é isso.

O SR. DEPUTADO LELO COIMBRA - Deputado Marcus Pestana?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcus Pestana) - Deputado Lelo Coimbra.

O SR. DEPUTADO LELO COIMBRA - Sr. Presidente, eu queria acumular o tempo de inscrição e o tempo de Liderança...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcus Pestana) - Com a palavra o Deputado Lelo Coimbra, que vai acumular e dividir o tempo. Então, são 4,5 minutos mais 5 minutos, num total de 9,5 minutos.

O SR. DEPUTADO LELO COIMBRA - Sr. Presidente, quero saudar a todos, o Wilson, Presidente da ANFIP, e o Dyogo, Ministro do Planejamento.



Antes de usar da palavra, queria pedir a atenção de todos para me acompanharem num vídeo de 2,6 minutos. Por favor!

(Exibição de vídeo.)

O SR. DEPUTADO LELO COIMBRA - Fiz questão de apresentar esse vídeo nesta audiência por dois motivos. Primeiro, para contrapor a fala dos mesmos personagens neste momento na rua, mostrando o oportunismo populista da disputa pura e simples pelo poder, embora disputar o poder seja importante, mas com uma tese contraditória ao momento em que ambos estiveram no poder. Este foi o primeiro motivo.

Segundo motivo: no Governo Fernando Henrique, houve a tentativa de se fazer uma reforma previdenciária que perdeu por dois votos. O Governo Lula não a fez porque navegou em céu de brigadeiro com uma conjuntura mundial boa e porque o populismo do seu movimento não lhe permitia fazer qualquer coisa que fosse contra ou que levasse ao desconforto e quebrasse uma asa ou um pé do palanque. Nos Governos Dilma 1 e Dilma 2, ocorreu o mesmo no tocante à reforma. Destaco que Dilma 2 nos trouxe o desastre que hoje estamos gerenciando. A crise que estamos gerenciando não é do Presidente Temer. Nós estamos gerenciando o passivo gerado por essa dupla e por aqueles que os acompanharam naquele período.

Então, faço esse registro aqui para que a imprensa acompanhe o debate e os Deputados desta Comissão tenham consciência disso. Este debate será incluído de forma *in natura* no relatório final, além dos debates no plenário da Câmara dos Deputados.

Quanto à audiência pública, nós dissemos, durante muito tempo, que a ANFIP era a rainha dos dados. Pelo que ela nos traz aqui, numa crítica muito bem elaborada pelo Deputado Julio e num desmonte muito bem feito pelo Dyogo, o rei está nu, Vilson. A ANFIP mostra aqui, simbolizando, que no fim do arco-íris tem um pote de ouro. Nós acreditávamos nisso nas fábulas infantis, quando éramos crianças. Esse pote de ouro não existe. Essa tergiversação tem a finalidade única e exclusiva de não reformar. Só isso. O rei está nu.

Note-se que houve recuo na afirmação — e peço atenção do Dyogo, porque vou fazer uma pergunta a S.Sa., além de mantê-la para o Vilson — de que “*nunca*



dissemos haver superávit na Previdência, mas, sim, na Seguridade Social”, palavras textuais do Wilson nesta Mesa. Essa manifestação foi refeita pelos Deputados Pepe Vargas e Davidson Magalhães aqui na sala.

Então, nós saímos desta audiência pública com a convicção de que é mentirosa a forma de tratar o déficit da Previdência, dizendo que há superávit. Trata-se de tergiversação, de um instrumento utilizado para colocar um fundo falso com o intento de enganar as pessoas e, o que é pior, a sociedade com uma informação, uma referência e a possibilidade financeira que não existem.

Pergunto ao Ministro: já que vencemos essa etapa de haver déficit ou não na Previdência — e foi constatado que seus próprios autores nunca afirmaram haver superávit na Previdência —, existe superávit na ação social? Nesse caso, nós vamos desmistificar as duas coisas. Faço essa pergunta ao Ministro.

Em relação a recursos públicos e sociedade, em 2016, 19% de arrecadação foram para a sociedade brasileira. Em 2024, se nada fizermos, serão destinados 8% e, em 2036, 0%, e daí por diante. Não haverá dinheiro para ninguém, nem para os aposentados. Essa é uma referência importante.

Quanto aos resultados da economia, a inflação caiu. Digo isso até para alertar aqueles que estavam aqui, porque não sei se o pessoal está lendo jornal. Os juros também diminuiram. O reemprego, embora incipiente, está tomando forma. Faço esse registro porque também não sei se o pessoal está lendo jornal. A crise, que nos foi deixada pela Presidenta Dilma e o que ela representa, está sendo sanada com medidas duras, responsáveis, capazes de cuidar da economia.

Por fim, quero fazer um breve relato, aproveitando o minuto que me falta com a prorrogação que foi dada a todos, sobre a expectativa de poder. Eu acompanhei o Governo Fernando Henrique. À época, eu era Deputado Estadual. Fernando Henrique tentou fazer uma reforma, mas não conseguiu. Ele chamou o PT e disse: *“Vocês têm expectativa de poder. Eu não tenho. Então, eu queria que vocês me ajudassem a fazer essa reforma, porque vocês vão precisar dela. Votem como vocês quiserem, mas não me impeçam, pela obstrução, de fazê-la”*. Naturalmente, eles obstruíram e votaram contra.

Quando Lula chegou ao Governo, eu acompanhei alguns debates — e estou dando um testemunho factual e pessoal — da assessoria de Lula. Na presença dele,



um dos seus assessores disse: *“Nós devíamos ter ouvido Fernando Henrique Cardoso, marcado a nossa posição e não tê-lo impedido de fazer aquilo que nós estamos sendo obrigados a enfrentar agora”*.

O período de Dilma na Presidência seguiu o mesmo diapasão. Neste momento, nós temos a oportunidade de fazer o que precisa ser feito. É interessante esse registro, porque aqueles que têm expectativa de poder estarão disputando as eleições de 2018. Todos nós precisamos nos convencer de que a aprovação da reforma da Previdência e de outras reformas que estão postas neste momento significam a possibilidade de governabilidade e capacidade de dar segurança para o conjunto majoritário da sociedade brasileira no próximo Governo.

Votem contra aqueles que têm essa convicção, mas não impeçam, pela obstrução, que esse percurso tome o seu corpo e essas reformas sejam aprovadas, em nome do futuro do País e da governabilidade daquele que assumir o próximo Governo, com o apoio de forças políticas e de alianças de poder, para que o Brasil seja capaz de enfrentar seus desafios e não mais dispute as migalhas de 19% de arrecadação para o conjunto da sociedade, como também de 8% e 0% — e o imponderável.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Antes de passar a palavra ao próximo inscrito, que é o Deputado Darcísio Perondi...

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Depois dele, quem é o próximo orador, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Após a fala do Deputado Darcísio Perondi, falarão os Deputados Laerte Bessa, Arnaldo Faria de Sá e Major Olimpio.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Na verdade, eu tenho que alternar as Lideranças.

Os Deputados Darcísio Perondi e Laerte Bessa alternam a Liderança. Informo que seis Deputados já falaram. O Deputado Marcus Pestana já falou; o sétimo, o oitavo e o nono já falaram. O décimo é do PMDB.

O Deputado Lelo Coimbra usou a metade do tempo ou usou todo o tempo?
(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)



O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Com a palavra o Deputado Darcísio Perondi por 9 minutos.

O décimo primeiro orador será o Deputado Arnaldo Faria de Sá.

O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI - Sr. Presidente, depois do Deputado Julio Lopes, fiquei com um crédito de 4 minutos. Eu posso falar depois do Deputado. Eu vou falar só os 4 minutos. V.Exa. vai me conceder todo o tempo?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Veja bem, a Secretaria da Mesa informa que o Deputado Julio Lopes usou seus 10 minutos.

O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI - Não, eram 15 minutos. S.Exa. usou 10 minutos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - S.Exa. teria 5 minutos... S.Exa. usou 5 minutos do tempo de Liderança e mais 5 minutos do seu tempo.

O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI - S.Exa. tinha 14 minutos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - S.Exa. usou 5 minutos do tempo de Liderança e 5 minutos do seu tempo de...

O SR. DEPUTADO MAJOR OLIMPIO - S.Exa. usou 15 minutos.

O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI - S.Exa. não usou 15 minutos.

(Intervenções fora do microfone. Inaudíveis.)

O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI - Por favor, por favor.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - S.Exa. usou 15 minutos.

O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI - Não, não. Por favor.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - S.Exa. usou 15 minutos.

O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI - Começou com 15 minutos, eu informei à Mesa, que reestabeleceu, e concedeu 10 minutos.

O SR. DEPUTADO MAJOR OLIMPIO - Não foi, não. S.Exa. usou 15 minutos.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - S.Exa. usou 15 minutos. S.Exa. usou 15 minutos.

O SR. DEPUTADO MAJOR OLIMPIO - S.Exa. falou por 15 minutos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Informa-me a Secretaria que foi concedido a S.Exa. o tempo de 15 minutos, mas S.Exa. abriu mão de 5 minutos. Talvez V.Exas. tenham confundido pelo fato de o tempo ter aparecido.

O SR. DEPUTADO MAJOR OLIMPIO - Nós não confundimos, não.



(Intervenções fora do microfone. Inaudíveis.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Desculpem-me. Haja vista a paixão que nós temos nas tratativas, eu vou confiar na opinião mais serena da Mesa. Agora vou consultar. Quero uma consulta inclusive ao vídeo.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Sr. Presidente, V.Exa. vai confiar mais numa Mesa do que nos Parlamentares?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Não, não. Não é confiar.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Parlamentar não vale nada aqui. Está bem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Não é isso. É que nós temos as nossas paixões. Então, eu vou confiar na Mesa.

(Intervenções fora do microfone. Inaudíveis.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Não é confiar. Não é o termo “confiar”. Eu entendo que nós estamos aqui preocupados com o que vamos falar, com como vamos debater, como vamos rebater, como vamos apresentar nossos argumentos. A Mesa está ali só para fazer isso. Quer dizer, o tempo é claro para a Mesa.

Então, eu vou confiar... Não é confiar, vou atender ao que a Mesa diz. Estando eu em erro, vou reparar esse erro de alguma forma. Certo?

Antes eu quero fazer uma comunicação, que já é de conhecimento de todos. Atendendo hoje aos pleitos dos Líderes que com o Presidente estiveram pela manhã, tanto da Câmara quanto do Senado, atendendo também à opinião da base nesta Comissão, haja vista que tive a oportunidade de comparecer a essa reunião, eu e o Relator, levando então a opinião que nós sentimos da nossa base aqui na Comissão, o Presidente decidiu, em conformidade com o que S.Exa. entende ser o mais correto, frente às disposições constitucionais do pacto federativo, tratar em termos de RPPS — Regime Próprio de Previdência Social somente dos servidores federais, ficando para deliberação dos Estados a questão da Previdência dos seus servidores. Então, isso será decidido em nível de governos e assembleias estaduais.

O SR. DEPUTADO MAJOR OLIMPIO - Começou a despachar.



O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Sr. Presidente, regimentalmente, tem que vir um comunicado oficial mudando a PEC que está em discussão aqui. Tem-se que alterar a PEC. Não basta apenas uma manifestação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Eu entendo que isso é um acerto com o Relator, que estava presente. S.Exa. vai ver em que termos isso vai avançar.

O SR. DEPUTADO MAJOR OLIMPIO - Nós vamos derrubar isso também.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Se assim o for, obviamente isso é da democracia, não é? Mas essa é uma decisão tomada. O Relator lá estava — esteve pela manhã, esteve agora. Eu tenho certeza de que S.Exa. vai conduzir isso da melhor forma possível.

Não sei se algum dos Deputados quer manifestar agora uma oposição.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Eu quero.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Positivo.

A palavra é sua, Deputado Arnaldo Faria de Sá.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Sr. Presidente, fica claro qual é o jogo. O Governo percebeu que não tinha condição de aprovar como queria a sua PEC aqui nesta Casa. V.Exa. mesmo acabou de falar que fez uma avaliação, e vários Líderes disseram ao Governo que não tinham condição de aprovar essa PEC e, a partir daí, jogam o abacaxi para os Estados. Naqueles Estados em que o Governador tiver domínio da Assembleia, coitados dos servidores estaduais; naqueles Estados em que o Governo não tiver tal domínio, ele certamente vai encontrar mais dificuldades.

Mas, na verdade, o Governo demonstra que o tamanho da crise financeira não é tão grande, porque ele abre mão da questão dos Estados e Municípios. Ele joga para frente, e lá que resolvam...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Positivo.

V.Exa. ainda tem tempo. V.Exa. deseja ainda falar no tempo.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Vou falar, sim. Está bom.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - O Deputado Major Olimpio tem o seu tempo, assim como o Deputado Darcísio Perondi. Mas vou passar a



palavra ao único Deputado que pediu a palavra e que não tem tempo na Comissão, o Deputado Givaldo Carimbão.

O SR. DEPUTADO MAJOR OLIMPIO - Ora, Sr. Presidente, V.Exa. concedeu a palavra ao Deputado Arnaldo e não a concedeu a mim. Não vejo...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - No momento, talvez, eu tenha errado ao conceder a palavra ao Deputado Arnaldo Faria de Sá. Eu me penitencio. Mas vamos dar sequência, pois estamos aqui com dois expositores...

O SR. DEPUTADO MAJOR OLIMPIO - V.Exa. vai dar a palavra a quem não está inscrito, e nós estamos inscritos e temos lugar na fila...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Mas vou dar a palavra por 1 minuto ao Deputado Givaldo Carimbão.

Concedo a palavra a V.Exa. por 1 minuto, pois V.Exa. não está inscrito.

O SR. DEPUTADO GIVALDO CARIMBÃO - Vou usar a palavra, já que V.Exa. pediu para eu me manifestar, e são importantes as medidas que virão.

Eu não tive oportunidade de me inscrever, cheguei tarde porque meu voo atrasou ao sair de Alagoas, mas eu já estava encucado há muito tempo: *“Como é que não se bota o Exército, a Marinha e a Aeronáutica?”* Como é que se retira a Marinha, a quem pagamos só para ajudar, porque o Brasil não tem tradição de guerra? O Governo retira dos produtores, mas deixa de fora a Marinha, o Exército e Aeronáutica. E, agora, retira também os Estados...

Parece-me que este é um novo tempo. A cada momento, agrava-se essa discussão, para se aprofundar em um tema que é importante para o Brasil, que é uma reforma. Mas, do jeito como aí está, parece-me... Isso está sendo mostrado pelo próprio Palácio.

Era isso.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Positivo.

Vamos seguir a sequência. Todos terão oportunidade de falar.

Para esclarecer, esta Presidência informa que o Deputado Julio Lopes falou por 10 minutos e 26 segundos. Ele começou a falar às 19h46min51seg e terminou às 19h57min18seg. Então, o senhor tem 4 minutos e 34 segundos, e não 5 minutos, de tempo excedente do Deputado Julio Lopes.



O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI - Qual é o tempo que tenho, então?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - O próximo inscrito é V.Exa. mesmo, Deputado Darcísio Perondi, que tem 5 minutos mais 4 minutos excedentes e mais os 5 minutos que o Deputado Lelo Coimbra concedeu-lhe.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Foram 4 minutos...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - O senhor tem longos 14 minutos.

O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI - Sr. Presidente, eu prefiro utilizar, primeiro, os 10 minutos. Os outros 4 minutos eu vou passar adiante, para o Deputado Mauro Pereira, com muito orgulho.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Virou barganha de tempo...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - A palavra é sua. Vamos em frente.

O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI - O Presidente Michel Temer sempre afirmou que o Congresso era o senhor das reformas. O Presidente Michel Temer foi por três vezes Presidente desta Casa. Ele é parlamentarista, dialoga e está fazendo um Governo com o Congresso. Ele é técnico, estudioso, jurista, professor, foi Parlamentar e, agora, é Presidente. E S.Exa. tem na sua mente, em seu horizonte, que precisa dialogar com o Congresso e buscar convergência. Nenhuma reforma desse porte se faz sem conversar com o Parlamento.

Ontem à noite e hoje pela manhã, participei de duas reuniões dele com Líderes e Ministros — Líderes da base. Esta decisão de hoje à tarde fundamenta-se na vontade dele de sentir a Casa. Os Deputados estavam ansiosos. Ora, nós estamos defendendo a reforma, argumentando, explicando lá na base que isso também vai ser bom para os Estados e Municípios. Os Governadores ficaram quietos, raros se manifestaram. Olhando para a urna, o seus partidos não deixavam.

E muitos Prefeitos, também por desconhecerem a reforma, pensaram apenas na urna, no pequeno, não enxergando o buraco fiscal extraordinário desta Nação. E só agora estamos nos afastando do precipício. Estávamos num precipício, principalmente com os últimos 7 anos do Governo do PT, e começamos a nos afastar. Estão aí os números da economia.



E aí o Presidente Michel Temer, sim, ouvindo esta Casa — ouvindo esta Casa! —, mostrou grandeza, inteligência emocional e conhecimento do buraco fiscal da União. Isso irrita muitos, como irritam os dados que o Ministro Dyogo colocou no início.

Eles quebraram o País, deixaram o País na beira do precipício. Fizeram uma ganância desenfreada, maquiaram os números. Mas o Ministério do Planejamento, o Ministério da Fazenda ou o Palácio não vão maquiarmos números. E o Ministro Dyogo, um brilhante técnico, com 18 anos na Esplanada...

Eu quero profissionalização, quero meritocracia, e ele é um exemplo. Até foi questionado o exemplo dele. Que horror! Que horror ouvir alguns colegas questionando a profissionalização do Ministro! Mesmo assim, a reforma tem que ser implantada. Ele foi claro, mas a ANFIP não foi. Ela enganou, nos últimos 90 dias, a população através da Internet. Mentiu! Mentiu! Mentiu! Mentiu!

O SR. DEPUTADO MAJOR OLIMPIO - Falou a verdade! Só falou verdade!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Deputado Major Olimpio, com todo respeito a V.Exa., vamos cada um respeitar o tempo do outro.

O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI - Senhor telespectador, o que o Ministro Dyogo mostrou foi uma tabela que o PT, o PDT e o PCdoB, e assim todos os partidos, votaram na Comissão de Orçamento em 2015 — era a Lei Orçamentária de 2016 —, e depois o Parlamento confirmou. São dados claros, absolutamente claros! Estão aí na Internet. A ANFIP ignorou, e os Deputados da Oposição ignoram. A ANFIP diz que não há déficit. O déficit era de 258 bilhões em 2016. Aliás, antes de continuar, já faço a pergunta: por que vocês não lançaram os números de 2016? Por que, meu caro Vilson? Por que, meu caro Vilson?

Está aí o déficit de 2016. Ele enumera benefícios do Regime Geral: o rural — eles esquecem, eles esquecem! —, o urbano, o Regime Próprio. Deu 618, e foi 227. Está aqui. São as receitas da Previdência. É claro.

Aliás, a DRU nem incide sobre a cota patronal. Alô, Brasil! Alô, Brasil! A Internet continua mentindo. A DRU não incide; incide sobre as contribuições sociais. Isso a ANFIP também nunca colocou, quando elaborou aquelas notas junto com o SINDIFISCO.



Eu sento com a minha esposa no fim do mês, para ver quanto eu ganho, quanto ela ganha e qual foi a nossa despesa. Controlamos tudo: *“Sobraram 3 mil reais. Vamos colocá-los na poupança”*. Ela fica faceira, eu fico faceiro, mas em 1 semana eu volto e digo: *“Nos nossos cálculos, nós esquecemos a prestação do carro e o aluguel do filho que está estudando em outra cidade. Esquecemos! Vamos consertar no outro mês”*. Um bolicheiro, um bodegueiro, um lojista, um empresário diz: *“Oh! Neste mês sobrou. Apesar de toda a crise, nós vendemos um pouco mais. Não vamos precisar demitir funcionários. Sobrou!”* Após 1 mês, o contador vai até ele e diz: *“Nós revimos as contas e percebemos que deixamos fora aquela compra das quatro caixas de jeans, de vestidos. Nós esquecemos”*.

Isto foi o que a ANFIP fez: esqueceu de colocar a despesa do funcionário público militar e civil na despesa da Previdência do Brasil. E o Dr. Vilson me diz que não pode, que tem que separar?

É o povo que está pagando, através de impostos e contribuições. É o próprio funcionário que paga quando dá a sua contribuição. Essa contabilidade vale para a previdência dos Estados, para a previdência das Prefeituras.

O senhor é meu amigo há 20 anos. Eu nem vou perguntar com que idade o senhor se aposentou, porque foi legítima. A idade eu não vou perguntar, porque foi legítima — e é direito adquirido. O Michel não vai tirar isso do senhor.

O SR. VILSON ANTONIO ROMERO - Eu não me aposentei, Deputado. Ainda estou na ativa.

O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI - Vamos lá!

A ANFIP, com os seus técnicos, e os fiscais esquecem isso. Brasileiros e brasileiras, esqueceram para manter privilégios. Ao longo do tempo, a ANFIP sempre boicotou as reformas. Eu estou aqui há 23 anos. Fazem isso para manter privilégios.

Povo brasileiro, a ANFIP, a Associação dos Promotores, a Associação dos Juízes e a CUT, que é financiada pela ANFIP, pelo SINDIFISCO, pelo Ministério Público, pelas associações, esqueceram para manter os privilégios. Não querem que policial se aposente. Querem que policial continue a se aposentar com 45 anos, 48 anos, e que os juízes também se aposentem. Não fazem essa defesa.



Foi uma defesa vacilante aqui, Vilson, das saídas da Previdência. Vai vender prédio? Não basta. Vai cobrar dívida? O Ministro Dyogo já explicou que não basta. Pode, no máximo, cobrir um pouco do ano.

Eu me decepcionei. Houve uma época em que a ANFIP tinha mais qualidade. Omitiu a serviço de quem? Dos privilégios. Vocês não querem a reforma, mas esse é um raciocínio louco, porque, se o País quebrar, nem vocês vão receber. É um raciocínio louco!

Antes de encerrar, vou repetir: soltaram na Internet que havia superávit na Previdência. O senhor afirma aqui: *“Nunca dissemos que havia superávit na Previdência”*. Vocês enganaram durante 90 dias, usando a Internet. Nós encaminhamos a reforma da Previdência no final de outubro. Enganaram! Isso foi *(expressão retirada por determinação da Presidência)* até com os eleitores do PT. Isso é doloroso! Agora o senhor afirma: *“Nunca dissemos que a Previdência é superavitária, mas, sim, que a Seguridade é superavitária”*. Piorou! Piorou quando o senhor disse que a Seguridade é superavitária. Piorou!

Eu respeito toda a sua história...

O SR. VILSON ANTONIO ROMERO - Deputado Carlos Marun, eu acho que o termo *(expressão retirada por determinação da Presidência)* tem que ser retirado dos Anais. Chamar de *(expressão retirada por determinação da Presidência)* é uma ofensa.

O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI - Deputado Carlos Marun, eu quero mais 1 minuto, para encerrar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Positivo. Como concedo a todos, o senhor tem 30 segundos para encerrar.

O SR. VILSON ANTONIO ROMERO - Deputado Carlos Marun, eu acho que o termo *(expressão retirada por determinação da Presidência)*...

(O microfone é desligado.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Quem está pleiteando? Qual Deputado está pleiteando essa retirada? *(Pausa.)*

É o senhor mesmo? Desculpe-me. Positivo. Eu vou avaliar o contexto. Se considerar grave, retirarei o termo.



O SR. VILSON ANTONIO ROMERO - É uma ofensa para a entidade que eu presido ser chamado de *(expressão retirada por determinação da Presidência)*.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Positivo. Repito: vou avaliar.

O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI - Sr. Presidente, eu falei em *(expressão retirada por determinação da Presidência)*.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - O senhor tem 30 segundos para encerrar.

O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI - Sr. Presidente, essa reforma abre mais esperança para os jovens, para as crianças, para enfrentar o buraco fiscal, para baixar juros, para controlar a inflação e enfrentar a maior tragédia: o desemprego. Eu sou gráudo da Previdência, como todos nós somos. Essa reforma via ajudar o andar de baixo, que está sofrendo.

Viva a esperança que nasce no Brasil!

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Eu determino a exclusão do termo, para que possamos seguir a nossa discussão.

O SR. DEPUTADO MAJOR OLÍMPIO - *(Expressões retiradas por determinação da Presidência.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Não é só isso. Se fosse só isso... *(Riso.)*

Vamos em frente. Passo a palavra...

O SR. DEPUTADO MAURO PEREIRA - Sr. Presidente, quero falar sobre esse tema. Peço só 1 minuto.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Não, Sr. Presidente. Eu estou inscrito, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI - Ficaram nervosos.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Deputado Mauro Pereira, o senhor não está inscrito. O senhor não quer fazer as suas considerações ao final?

Nós estamos tentando conduzir isso aqui. Vamos seguir em frente.



Deputado, eu vou retirar também essa sua palavra desairosa, desnecessária, que não honra a forma como nós estamos trabalhando aqui na Comissão. V.Exa. me desculpe.

O SR. DEPUTADO MAJOR OLIMPIO - Mas não dá para aguentar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Com todo o respeito, eu peço que não se repita. E se houve algum registro, vamos retirar. Por favor.

Passo a palavra ao próximo Deputado inscrito, que é o Deputado Arnaldo Faria de Sá. É isso, Deputado?

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - O Deputado Laerte Bessa não se encontra.

Então, o Deputado Arnaldo Faria de Sá tem o tempo de... Qual é o tempo do PTB?

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Cinco mais 5 é igual a 10.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Cinco mais 5? Confio na sua palavra. Cinco mais 5 são 10 minutos.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Sr. Presidente, a reunião toda está prejudicada, porque o que nós ouvimos aqui é que era irremediável a aprovação da PEC do jeito como estava. Se não fosse aprovada, não dava para resolver o problema do déficit. Agora foi anunciado por V.Exa. que os servidores estaduais estão fora, que os servidores militares estão fora.

Então, na verdade, não estou entendendo: se estava tão ruim, como pode fazer essa mudança? Ou mentiam lá ou mentem aqui. Alguma coisa não está batendo.

Na verdade, eu acho que Seguridade e Previdência têm uma coisa muito diferente, extremamente diferente. A Seguridade tem a recepção das contribuições sociais, que a Previdência não tem. Quem não entende fala bobagem. Mas as contribuições sociais não vão para a Previdência, vão para a Seguridade. Então, quem não entende não fale bobagem. Essa é a primeira colocação que quero deixar bem clara, para não dizer o termo popular, que não deveria falar publicamente.

A questão da DRU não é tão indiferente, não; ela é só uma jogada contábil. Por que o Governo se apavorou tanto em aprovar a DRU, no final do ano passado



— por quê? — com aumento de 50%? A DRU levava 20% das contribuições sociais e passou a levar 30%. Se não é nada, por que aumentou em mais 50%, se é só jogada? Não é jogada, não, é meter a mão mesmo.

No ano passado, levou da Seguridade Social 120 bilhões de reais. Repito: 120 bilhões de reais. E o pior de tudo: a DRU foi aprovada no final do ano e retroagiu a 1º de janeiro. Ora, se é só jogada, por que precisava retroagir a 1º de janeiro? E a DRU vai até 2023. Até 2023, ela vai tirar 1 trilhão de reais da Seguridade.

E na PEC do teto de gastos públicos, o Deputado Perondi quis meter um gato lá, quis levar a DRU até 2036.

O SR. DEPUTADO MAJOR OLIMPIO - Para 2036.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Quis levar. Não levou porque nós não deixamos. Denunciamos e ficou até 2023.

Sr. Presidente, a Previdência não tem o déficit de que eles estão falando. A Seguridade é superavitária, sim. E na Previdência estão dizendo que há na parte do servidor público, não há na parte patronal. O Governo não põe nada. Ele tem que pôr a parcela dele e não põe para poder fazer esse jogo que faz.

Jogando isso mais os militares vai dar o tal déficit de que estavam falando aí. Mas se você apartar a Seguridade Social, não há esse déficit. E a prova de que não há é que o Governo correu do pau hoje quando mudou tudo. Tudo o que estava dizendo até agora não tem mais sentido. Tiraram todos os servidores estaduais — todos. E quem falou foi o Deputado Marun, que é o Presidente da Comissão, como ventríloquo do Governo.

(Não identificado) - Municipais também.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - O quê?

(Não identificado) - Municipais também.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Tudo, tirou tudo. Então, aquela história de déficit estadual, déficit municipal, sobre alguma coisa se está mentindo, porque não está batendo.

O SR. DEPUTADO MAJOR OLIMPIO - O Rio de Janeiro não tem mais déficit.



O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Na verdade, o Rio de Janeiro tem o Cabral, o ladrão do Cabral.

O SR. DEPUTADO MAJOR OLIMPIO - Pois é, mas existe mais gente com ele.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Existe, existe mais ladrão, não é só esse, não. Como na questão financeira nacional, tem que se debitem os roubos da PETROBRAS, dos fundos de pensão, da NUCLEBRÁS, da ELETROBRAS, do BNDES.

E quero lembrar um detalhe importante: o trabalhador rural não pode ser penalizado, até porque o que está salvando a economia brasileira é a lavoura do agronegócio.

Então, na verdade, se a situação rural brasileira é a que garante a nossa economia, vamos ter o fundo para ter uma contribuição para manter o trabalhador rural. Assim se resolve o problema do rural, que não pode ser punido.

Mas agregando a esse comentário o que aconteceu: há a delação da Odebrecht e as denúncias da semana passada, há a Operação Carne Fraca, que os urubus estão rondando por aí. Tudo isso acaba dando certa instabilidade. E o Governo, que era o senhor todo-poderoso, que passava o que queria e o que bem entendia, atropelava, passava por cima e fazia reforma que queria, não vai fazer mais. A propaganda enganosa era enganosa mesmo.

Quando tentaram vender aquela história utilizando mídia televisiva, páginas inteiras dos jornais nacionais, páginas inteiras de revistas, muitas delas duplas, tentando dizer: reformar para não faltar amanhã. E agora, vai faltar? Eles estão fugindo da raia?

Então, não estou entendendo. Aquela propaganda, então, era enganosa mesmo? Era mentirosa? Agora não querem mais fazer aquela reforma que iam fazer. Tinham a condição absoluta de aprovar o que queriam e o que bem entendiam.

Farsantes! Enganadores! Desonestos!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Solicito que tudo isso seja retirado e peço que o senhor suspenda a sequência desses nomes. Se for para retirar depois, não fale. O senhor mesmo pediu para que fosse retirado. Esse tipo de argumento eu não vou aceitar que ele seja colocado. O senhor me desculpe.



O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Eu digo em relação à propaganda enganosa, Sr. Presidente. Eu não estou... V.Exa. entendeu errado. V.Exa. não pegou o meu raciocínio. Eu não falei em relação à reforma, eu falei em relação à propaganda enganosa. É outro detalhe, Sr. Presidente. Desculpe-me, pois eles são, sim, mentirosos, enganosos e farsantes. E repito. Eu repito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Eu fui surpreendido, realmente. Confesso que me surpreendi pela...

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - V.Exa. só pegou um detalhezinho.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Eu sou assim, eu tenho o mesmo tipo de procedimento para a Oposição e para a Base.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Obrigado.

O SR. DEPUTADO MAJOR OLIMPIO - Muito bem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Por isso é que nós avançamos.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Obrigado, Sr. Presidente. Obrigado.

Eu estou falando em relação à propaganda enganosa. Aliás, depois daquela propaganda que foi suspensa por decisão judicial, o que prova que a propaganda era mesmo enganosa, nós estamos vendo o recuo do Governo. Na verdade, reafirmo aquilo que foi colocado. A Previdência do Regime Geral é uma, que é diferente da Previdência do Regime Próprio, que é outra, e a dos militares é outra. Não podem agrupá-las e tentar jogar um déficit em cima das nossas costas. Têm que separar, sim. E a Seguridade Social é, sim, superavitária. Só não é como foi nos últimos anos por causa da crise, da falta de empregabilidade.

Então, na verdade, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, estão fazendo o jogo, mas caiu a máscara — caiu a máscara. Até porque, regimentalmente, as emendas que foram apresentadas à PEC 287 devem mudar de tônica agora, porque será outro texto, não será mais aquele texto original.

E nós estaremos aqui, regimentalmente, exigindo esse tratamento.

Para acrescentar a parte final do meu pronunciamento, lamento a forma como o Governo trata as pessoas do Benefício de Prestação Continuada, antiga Renda



Mensal Vitalícia, as pessoas com mais de 65 anos que não têm meio de subsistência mas têm direito a um salário mínimo. Não terão mais nem aos 65 anos nem o salário mínimo, porque os 65 anos vai ser aumentado. E não será aos 70, não. Ao ler o texto ver-se-á que ela poderá ir além dos 70 anos, se o IBGE decretar a tal da expectativa de vida.

Pagamento menor que um salário é uma vergonha!

Certamente eu vou votar contra. Não estou preocupado com isso. Mas eu quero ver um Deputado que ganha 20mil, 30 mil reais votar contra essa proposta. Não vai votar, não. Para ele está tudo bom. Ele vai votar a favor da redução do Benefício de Prestação Continuada para menos do que o salário mínimo.

Isso é vergonhoso. Isso é triste. Isso machuca. Isso ofende. Isso mexe com a questão socioeconômica da sociedade brasileira. É a questão do desespero: mudar para mudar, mudar porque caíram os juros, porque caiu o dólar, baixou a inflação. Vai abaixar a SELIC, mas a economia está patinando. Não adianta comemorar um único mês em que aumentou um pouco o CAGED — Cadastro Geral de Empregados e Desempregados. É preciso uma tônica de CAGED positivo de mais tempo.

E não adianta ficar aqui criticando os auditores fiscais do trabalho, os auditores fiscais da Previdência, porque eles não são os culpados dos problemas daqueles que desacertaram a economia, levaram-na à UTI, e agora, para tentar consertar, querem colocar a culpa nos trabalhadores e no serviço público.

É verdade que, a partir de agora, as Assembleias terão um outro papel. Certamente, em relação ao Rio de Janeiro, do Cabral, que é dado como exemplo, tem que ser dado o valor do que lá aconteceu: o roubo, o confisco, como em muitos outros setores deste País em que ocorreram roubos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Trinta segundos para concluir, Deputado.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ – Se tomarem conhecimento da degravação da Operação Carne Fraca, V.Exas. vão ficar assustados. Vai faltar urubu.

Por isso, Sr. Presidente nós estaremos, a partir de amanhã, discutindo uma nova reforma que nós não queremos.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Positivo.

Agradeço as palavras do Deputado Arnaldo Faria de Sá.

Passo a palavra para o próximo inscrito, o Deputado Assis do Couto.

V.Exa. tem o tempo de 5 minutos.

O SR. DEPUTADO ASSIS DO COUTO - Obrigado, Sr. Presidente.

Como primeiro ponto, eu quero dizer o que já disse aqui várias vezes: não se trata de ser contra a reforma.

Sr. Dyogo, Ministro do Planejamento, não se trata de ser contra a reforma. O que nos estranha e chama a atenção é que a reforma não traz nada sobre arrecadação, só traz efeitos sobre os benefícios.

Foi falado aqui sobre sonegação, dívida ativa, privilégios, Forças Armadas e outros, desvios, corrupção, custo da máquina do próprio INSS, desonerações. Por quê? Essa é a pergunta. Por que a reforma só traz um lado da moeda, e não o outro? Só traz o efeito sobre os benefícios? Então, não somos contra a reforma. O fato é que a reforma vem de uma maneira errada nesse contexto.

O segundo aspecto é que eu queria questionar a exposição a respeito do fato de que ela não atinge os mais fracos, os mais pobres. Eu quero, na minha intervenção, dizer por que atinge e perguntar ao Governo qual é a posição dele sobre isso.

Dos 63% de aposentados que recebem até um salário mínimo, exposto por V.Exa., Ministro Dyogo... Inclusive 87% recebem até três, é isso? O Governo tem o cálculo de quantos desses contribuíram ininterruptamente por 25 anos para a Previdência?

Por que eu faço a pergunta? Se olharmos a proposta atual, de 65 anos de idade e 25 anos de contribuição, colocada pelo Governo, não vai afetar, digamos assim, esses que chegarão aos 65 anos e recebem até um salário mínimo. No entanto, se aqueles 87%, que recebem de um a três salários mínimos, terão que contribuir durante 25 anos, eles terão que trabalhar durante 50 anos, porque, pela média nacional, 50% do tempo eles estão desempregados, não têm carteira assinada, não fazem contribuição. Então, terão que trabalhar 50 anos. Uma vez que não vão contribuir durante 50 anos, vão chegar aos 65 anos, vão entrar no redutor e vão descer para um salário mínimo ou próximo disso.



Eu falo aqui dos trabalhadores, por exemplo, de um frigorífico, com quem eu conversei esta semana. A média salarial de um trabalhador de frigorífico é 2 mil e 300 reais. Se esses trabalhadores se aposentarem com 65 anos, segundo a proposta do Governo, vão receber um salário mínimo de aposentadoria ou um pouquinho mais, depende de como o redutor vai pegá-los, porque eles não vão contribuir durante 25 anos, mas vão completar 65 anos e vão se aposentar.

Então, eu queria deixar essa pergunta para o Ministro do Planejamento, Sr. Dyogo.

Continuando a minha análise, em toda audiência pública que fazemos aqui aparece o tema dos trabalhadores rurais. Ora, já estamos cansados disso. Eu sou trabalhador rural, sou filho de aposentado de trabalhador rural e conheço essa luta de muito tempo.

O primeiro aspecto é que V.Sa. colocou que o carnê, a contribuição individual, vai identificar esses trabalhadores, como se eles estivessem no anonimato. Eles são informais. Nós aprovamos aqui a Lei nº 11.718, da qual eu fui Relator inclusive, há quase 10 anos, propondo a criação do cadastro do trabalhador rural. Até hoje o INSS, o Ministério do Planejamento, ninguém aplicou o cadastro. Foi proposital? Por que o Governo não aplicou esse cadastro do trabalhador rural? Hoje nós poderíamos tirá-los da invisibilidade, com o cadastro, diminuir o custo da máquina do INSS e diminuir a corrupção e alguns desvios que temos. Então, esta é uma pergunta também a V.Exa.

Por fim, Sr. Presidente, em relação ao tema que vamos tratar amanhã, dos trabalhadores rurais brasileiros, eu quero dizer que o campo brasileiro não é uma coisa única. Hoje nós temos pelo menos três divisões básicas do campo brasileiro: os grandes produtores, em grande parte apenas investidores no campo que produzem. É importante a produção deles, mas pagam pouco INSS, pagam pouco à Previdência, pagam pouco Imposto de Renda, por várias razões.

Como segundo grupo, nós temos uma parte do campo que é da agricultura familiar. Uma parte dos trabalhadores que está na agricultura familiar está inserida no mercado. Muitos deles contribuem para a Previdência mais do que eu contribuo aqui. São trabalhadores rurais e estão amparados como segurados especiais, que pagam INSS sobre a produção. Esses pagam, sim.



E o terceiro grupo, que são os mais pobres, são aqueles que não têm comprovação de renda ou de pagamento, mas têm, por declaração, comprovação de que são trabalhadores rurais e contribuem para o País.

Então, por que o Governo não fez uma leitura, uma análise sobre essa realidade no campo, para depois a apresentar uma proposta? Apresentou uma proposta única e exclusiva de fim dos 55 e 60 anos, fim da contribuição por nota, fim da pensão, mudando o BPC e não fez uma análise mais clara sobre o campo brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Muito obrigado, Deputado.

Passo a palavra ao próximo inscrito, o Deputado Alessandro Molon.

Alessandro, quase que o chamo de Alexandre de novo.

O SR. DEPUTADO ALESSANDRO MOLON - É o mesmo nome, Presidente, só depende da tradução. Mas é Alessandro mesmo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Ah, é? Que satisfação em vê-lo. Cheguei a pensar que não teríamos essa honra. Há pouco tempo eu o procurei aqui e não o vi. Cheguei a pensar que não teríamos essa satisfação de ouvi-lo.

O SR. DEPUTADO ALESSANDRO MOLON - Eu não lhe daria esse descanso, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Mas V.Exa. tem o tempo de 5 minutos pela Liderança da Rede mais 5 minutos de sua inscrição como Deputado.

O SR. DEPUTADO ALESSANDRO MOLON - Obrigado.

Sr. Presidente, antes de mais nada, eu queria dizer a V.Exa. que ainda perplexo com a resposta que nós obtivemos do Governo na semana passada sobre o custo que representaria o envio dos microdados do INSS a nós, eu procurei, consultei informalmente alguns servidores da DATAPREV. Eu obtive a informação de que se trata de uma operação extremamente barata. É estranha, portanto, a dificuldade do Governo em abrir esses microdados. Não sei por que o Governo continua insistindo em esconder os dados, talvez seja porque eles revelam algo que o Governo não quer que se saiba.

Mas eu queria aqui me dirigir ao Ministro. Ministro, eu assisti à sua fala. Apesar de ter tido de sair do recinto, depois voltei e assisti à sua fala na íntegra. E



quero discordar frontalmente de alguns pontos colocados pelo senhor. O senhor disse que a reforma não é duríssima. Ela é duríssima! E o senhor disse que ela vai afetar, sobretudo, os mais privilegiados e não os mais pobres. Não é verdade. Ela vai afetar os mais pobres, sobretudo. E vou sustentar minha opinião com alguns exemplos.

O primeiro deles é o aumento do tempo de contribuição de 15 para 25 anos. O senhor sabe que, se isso valesse hoje, 79% das pessoas não se aposentariam. E o senhor sabe que essas aposentadorias, em geral, são as mais baixas, não são as aposentadorias mais altas. Normalmente, os mais ricos conseguem comprovar mais tempo de contribuição. Este é, aliás, o argumento que o Governo usa para justificar a idade mínima, e não o tempo de contribuição.

O segundo ponto é a elevação da idade mínima do benefício de prestação continuada de 65 anos para 70 anos, que é destinada a pessoas em situação de extrema pobreza. A quem isso prejudica mais, aos mais ricos ou aos mais pobres?

Terceiro ponto, o fim do piso do salário mínimo para pensões e também a desvinculação do Benefício da Prestação Continuada — BPC. A quem isso prejudica mais, aos mais ricos ou aos mais pobres? E igualar as regras para trabalhadores rurais e urbanos, a quem isso prejudica mais, aos mais ricos ou aos mais pobres?

Então, não é verdade, Ministro, que essa reforma prejudica mais os mais ricos. Ela é uma reforma que prejudica mais os mais pobres, e, por isso, ela vai ser derrotada nesta Casa. Aliás, esse primeiro recuo do Governo Temer, hoje, retirando servidores estaduais da reforma, anunciado há pouco, representa o reconhecimento da fragilidade do Governo na Casa. O Governo sabe que vai perder. As pessoas estão acordando para o que representa essa reforma.

O senhor disse que, daqui a 10 anos, teremos 1,9 milhão de aposentados pelas regras novas e muito mais pelas regras antigas. Mas, é claro! Os trabalhadores, pelas regras novas, estarão trabalhando; as pessoas terão que trabalhar, algumas vão trabalhar até morrer e não vão se aposentar.

Uma pessoa que tem que contribuir por 49 anos... O senhor disse que não é obrigatório. É verdade, o tempo mínimo é de 25 anos, mas quem quiser ficar com 100% da média, porque agora não são mais 80% dos maiores, como o senhor sabe, vai ter de trabalhar por 49 anos. E por quanto tempo as pessoas ficam



desempregadas ao longo da vida? Elas ficam desempregadas algum tempo, então, esse tempo à disposição do mercado procurando trabalho não vai ser de 49 anos, mas vai ser de 54 anos, de 55 anos, de 60 anos.

O Governo não apresenta as idades de referência. Esses países cujas idades mínimas foram apresentadas, em vários deles há uma idade de referência, que é a idade, muitas vezes, essas que estão aí. A idade mínima é aquela abaixo da qual ninguém pode se aposentar. Mas vários países desenvolvidos têm uma idade de referência e uma idade mínima, porque são diferentes. E a pessoa que se aposentar em idade inferior à idade de referência pagará um pedágio e receberá menos do que receberia, o que parece ser justo.

Eu não sou contrário à criação de incentivo para que as pessoas possam continuar no mercado de trabalho, mas fazer disso uma obrigação num País em que as pessoas não encontram emprego é uma covardia sem tamanho, com os mais pobres, principalmente. Além disso, o senhor disse que a reforma é gradual, mas não é verdade. Não há regra de transição, Ministro. A idade de 50 anos e 45 anos não é uma regra de transição, é uma linha de corte.

Eu pergunto ao senhor: se a pessoa que estiver com mais de 50 anos, ao tempo de contribuição vai se aplicar a regra de 50% a mais sobre o que falta? E o benefício será calculado com base em que regra, a antiga ou a nova? A nova, Ministro; será com base na nova regra. Se faltar 1 mês para a pessoa se aposentar, o benefício dela será calculado com base na nova regra; se faltar 1 dia para ela se aposentar, o benefício será calculado com base na nova regra. Isso é regra de transição?

Quanto à gradualidade, a Europa e outros países que são citados como exemplos mostram reformas que são implementadas ao longo de 20 anos. Aqui o Governo quer fazer valer no dia seguinte.

E se a pessoa não tiver o tempo de contribuição para se aposentar entrará na nova regra de cálculo do benefício, ou não vai? Eu estou enganado? Se eu estiver enganado, o senhor, por favor, me corrija... Do tempo do que falta, sim, metade do tempo.

Até hoje ninguém conseguiu me explicar por que 50 anos e 45 anos. Eu gostaria de ver alguém do Governo dizer: *“A razão é essa aqui, é esse percentual”*.



É o quê? De onde tiraram esse número mágico? Por que não são 55 anos e 50 anos? Ou 45 anos e 40 anos? Isso precisa ser apresentado. Isso não pode ser em razão de uma escolha aleatória ou porque o Ministro Henrique Meirelles entendeu que é isso e ele assina e manda para cá.

A expectativa de vida, para aqueles que chegam aos 65 anos, despreza os que contribuíram e morreram. *“Ah! Mas há a pensão”*. Alto lá, o pessoal agora vai ter que escolher entre a aposentadoria e a pensão? O sistema é contributivo, as pessoas têm que contribuir por tudo, mas depois terão que escolher o que vão receber. Isso é uma prática de confisco. Ou o Governo permite às pessoas escolherem para o que vão contribuir, e, dependendo do que foi escolhido, recebe-se o benefício ou não, ou para tudo o que contribui a pessoa terá um benefício. Ou não? Então, as pessoas contribuem e depois deixam a família desamparada. A pessoa tem que escolher se vai ficar com a aposentadoria ou a pensão? E aí, como é que ficará? Isso no papel é fácil, mas na vida das pessoas, que vão sofrer com essa reforma, é difícil.

Por fim, eu queria dizer, sobre essa questão do déficit, que a cada hora se apresenta um número, por quê? Porque às vezes colocam a DRU, mas tiram as desonerações; colocam as desonerações, mas tiram a DRU; tiram a DRU e as desonerações, mas colocam regime próprio. Nós temos que falar do regime geral sem DRU, sem desonerações e sem o regime próprio, pois aí vamos falar da Previdência.

E está certa a distinção entre previdência e seguridade. São coisas diferentes. Vamos debater. Mas quando se apresenta o déficit, dizem: *“Ah, não! Mas estamos incluindo a DRU!”*. E as desonerações? E por que incluir o regime próprio? *“É porque a pessoa se aposenta — o nosso Relator disse — e ganha de algum lugar”*. Mas isso não está na Constituição como previdência, e o senhor sabe a história disso, como o Estado foi transformando isso em previdência. Não era assim alguns anos atrás, mas isso está sendo entendido dessa forma, e nós temos que ter como parâmetro a Constituição, o texto constitucional.

O fato de que, no passado, já tivemos regras tão duras quanto ou mais duras do que isso não é uma referência para nós, Ministro, honestamente. Nós não queremos voltar ao passado. A minha sensação é a de que o Governo tem uma



obsessão por passado. Então, essa ponte para o futuro é uma mentira! Que futuro é esse que tem como referência lei da década de 60?

Vamos fazer um debate sobre a mudança da estrutura demográfica brasileira? Vamos. Eu acho que essa é uma discussão válida. E eu não defendo que as regras tenham que ser eternamente as mesmas, se a população está mudando. Eu não estou fechado a esse debate. Mas esse debate tem que se fazer com a transparência com que o Governo não está trazendo a esse debate.

Em outros países, esse debate foi feito de forma transparente. O senhor sabe: o Chile aprovou uma reforma, por unanimidade, no Congresso Nacional. O Ministro da Fazenda do Chile esteve aqui num seminário. Sentado ao lado do Presidente, ele disse: *“Nós a aprovamos por unanimidade, porque nós trabalhamos com transparência e produzimos um grande acordo nacional, com nitidez dos dados”*.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Para encerrar, Deputado, V.Exa. tem 30 segundos.

O SR. DEPUTADO ALESSANDRO MOLON - Não vou nem usar o 1 minuto e meio que V.Exa. deu ao Deputado Lelo Coimbra; vou usar os 30 segundos que V.Exa. me dá, apenas para concluir o raciocínio.

Portanto, vamos fazer um debate aberto sobre isso, mas com dados transparentes, e não de forma obscura, em que nós pedimos os dados e o Governo diz que não os pode mandar, porque vai custar caro para o Ministério pagar a DATAPREV, que isso custa dinheiro e não está previsto no orçamento. E o Ministério do Esporte faz propaganda da reforma da Previdência...

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Agradeço o respeito ao tempo ao Deputado Alessandro Molon.

Passo a palavra para o próximo inscrito, tanto pela via de Líderes como pela via de inscrição, o Deputado Major Olímpio.

V.Exa. tem 5 minutos mais 4 minutos, ou seja, 9 minutos.

O SR. DEPUTADO MAJOR OLÍMPIO - Sr. Presidente, em primeiro lugar, quero agradecer aos painelistas e dizer ao Brasil que a PEC do extermínio começou a fazer água. Esse anúncio, hoje, do Presidente de que os servidores estaduais e



municipais estão fora acaba sendo uma vitória, que temos que acompanhar, para não ser uma vitória de Pirro.

Deputado Alessandro Molon, o Governo mandou o Projeto de Lei Complementar nº 343, de 2017, que é uma continuação do Projeto de Lei Complementar nº 257, de 2016, em que impõe obrigações aos Estados, e vai tentar arrebentar ou obrigar os Estados na semana que vem. Então, não se iludam muito com isso, não.

O Presidente jogou a toalha e disse: *“Cada um com os seus problemas”*. Ele chamou os Governadores para um grande pacto e disse: *“Deixem isso comigo: eu faço o papel de malvado e garanto a eleição de todo mundo”*. Mas toda a sociedade — o trabalhador rural, a mulher, os sindicatos, as entidades de classe — está se mobilizando, está debatendo isso e vendo o óbvio.

E agora eu quero dizer, Sr. Vilson Antonio Romero, que me orgulho de ser brasileiro. Vi o senhor aqui representando a ANFIP, falando pelos auditores. Quero deixar muito bem claro que 80% do que é arrecadado neste País nós devemos à Receita Federal. Os senhores são parte do problema.

Eu já vi pessoas aqui querendo, entre aspas, como se diz no jargão do submundo policial, “cobrar bronca” de representante da Receita: *“Olhem, nós fizemos um acordo salarial e cumprimos, mas vocês não estão cumprindo o acordo que fizeram conosco”*. Eles dizem isso como se o dado real da ANFIP fosse negociável! São vergonhosas essas posturas. *“Olha, a Medida Provisória nº 765, de 2016, pela qual nós lutamos tanto, está garantindo paridade”*. Nós estamos falando de um salário de 23 mil reais para o auditor...

Com todo o respeito à sua carreira, Ministro Dyogo, o senhor recebeu, no último mês de janeiro, R\$ 69.552,01 — R\$ 33.640,41 de salário-base, R\$ 17.911,00 de eventuais gratificações e cerca de R\$ 18 mil de honorários jetons do BNDES e do SENAC. Mas aí eu fui ver dezembro. Eu pensei: *“Puxa vida! Nisto aqui deve estar incluído o pagamento referente a férias ou alguma outra coisa”*. Em dezembro, o senhor recebeu R\$ 31.613 como salário-base, R\$ 10.536 como eventuais gratificações e R\$ 42.033 como honorários jetons, totalizando um salário de R\$ 84.182.



Para o Deputado Perondi, que fala pelo Governo — e fala dos Juízes, dos Promotores, dos auditores, dos oficiais da Polícia Militar e das Forças Armadas —, está tudo certo nisso! Que maravilha! Pimenta nos olhos do outro é frescor.

Mas o senhor fique tranquilo, Ministro. Para o senhor, assim como para o Secretário da Previdência, Marcelo Caetano, já há aqui a ressalva. O que é dos senhores está garantido aqui.

Nós temos 502 Deputados aposentados e 490 pensionistas. Eu pedi a relação disso e estou aguardando regimentalmente, porque a Casa não me dá a relação de quem é aposentado daqui.

E nós vamos ter nego nesta Comissão dizendo: *“Tem que receber o salário mínimo mesmo, que se dane!”* e que recebe, ele próprio, R\$ 30 mil, como aposentado, porque foi Deputado aqui por uma ou duas legislaturas e somou tempo de tudo quanto é lugar. Até viúva recebe!

Então, eu quero dizer que nós vamos manter a mobilização. O dado da ANFIP é tão fidedigno, porque por um anúncio político... Será que o Sr. Michel Temer tem uma bola de cristal e diz: *“Céus! Então eu tiro agora constitucionalmente ou infraconstitucionalmente — ele fala com as mãozinhas assim — e não vai haver mais problemas para os Estados, para os Municípios?”*. Eu quero dizer que quem está no Regime Geral continua arrebitado, gente! Não parem a mobilização, não!

O Delegado Waldir, que está aqui representando os policiais civis, os servidores de Goiás, e que estava numa mobilização... O Governo, que já havia dito que as polícias iriam se arrebitar, está pulando para fora por causa de mobilização. Eu tenho certeza de que V.Exa., mesmo expulso da Comissão pelo seu partido, vai continuar aqui assim como está todos os dias.

E não foi isso só, não! Retirou as polícias dos Estados? Então agora estamos fora. De jeito nenhum! Nós não estamos aqui por carginho, nós não estamos aqui por emendinha.

Eu não vou fazer elogio para ninguém, porque fico enojado quando nego vem aqui e diz: *“Precisamos consertar o País”*, mas está sendo acusado junto com Governador ladrão em outro Estado; ou: *“Nós precisamos consertar o País”*, mas foi condenado por improbidade administrativa quando era diretor de hospital. Pelo amor de Deus!



Podem ter certeza de que o Brasil todo acompanha isso aqui. A nossa mobilização não vai parar. Agora é que ela vai ser intensa.

Eu quero dizer à ANFIP que o País deve muito aos senhores. Nós devemos muito à Receita Federal do Brasil. Um vídeo em que os senhores gastaram R\$ 1.500 desmanchou essa farsa do Governo. O Deputado Molon faz requerimento, mas perde; tenta interpretar, tenta estudar, mas não tem os dados. O Tribunal de Contas tenta ter os dados, mas não os tem. Ninguém tem os dados. Nós somos tratados como crianças aqui: *“Vão fazendo de conta que vocês estão discutindo, mas nós vamos colocar o que queremos e vamos votar o que queremos”*.

Vão perder, como perderam na semana passada, numa votação bisonha, de primeiro, segundo e terceiro Vice-Presidente. Foram derrotados. Tiveram 12 votos, junto conosco. Depois têm de sair caçando Deputado em casa, no plenário etc., para dar quórum e votar algo que, para nós, é simbólico.

Aqui na Comissão, vai continuar não passando! Tiraram servidores estaduais, ótimo; tiraram os municipais, ótimo; tiraram o Judiciário, o Ministério Público dos Estados, Defensorias, ótimo! Mas todos estarão de mãos dadas agora com os servidores federais.

Podem ter certeza de que essa farsa não vai passar da forma como está de jeito nenhum! Não vai passar, porque o País não aceita. Não vai passar, porque não tem legitimidade. Não vai passar, porque hoje ficou mais do que claro que o que diziam até ontem é absolutamente inflexível: *“Se diminuir a idade de 65 anos, não tem jeito, desmonta como um todo; se não fizermos a reforma aguda para todos os servidores, nós vamos passar o serrote em todo mundo, nos Estados e nos Municípios”*.

De repente, tiveram de fazer uma reunião para dizer: *“Nós já perdemos. Vamos arregar aqui e vamos arrebentar os Estados num acordo com os Governadores pelo Projeto de Lei Complementar nº 343, de 2017, que é uma continuação do Projeto de Lei Complementar nº 257, de 2016, e aí vamos aumentar a contribuição. Nós vamos aumentar o tempo de serviço nos Estados”*. Podem ter certeza de que isso não vai acontecer. Se for uma manobra para dividir o povo brasileiro, não vai funcionar, só vai fragilizar ainda mais essa base.



Sabe o que acontece, Waldir? Hoje, no País todo estão estampando faixas — os trabalhadores, não somos nós não — dizendo que se votar essa farsa, não vai voltar para o Congresso. E aí todos esses brilhantes senhores que dizem que o Michel é um estadista, que coisa maravilhosa, vão ter de ir para a urna o ano que vem e se explicar para a população.

Agora vamos ver. Ele já pulou para trás. Os Governadores vão pular para trás, porque não vão fazer encaminhamento de medidas antipáticas e que não são, absolutamente, necessárias neste momento, e dando a certeza para nós de que não dava para mexer de forma nenhuma, Vilson. O que a ANFIP antecipou é mais do que verdadeiro, é cristalino. Senão, o Presidente ia dizer: *“Então, vai quebrar o País. Eu não tenho o que fazer, eu renuncio”*, etc., mas já fez um acordão: *“Estamos tirando os servidores estaduais”*. E agora nós vamos avançar aqui dentro, porque nenhum de nós vai arredar pé. A cada momento a população está acompanhando mais isto aqui e vai acompanhar o tempo todo.

Nós vamos dizer “não” a esta PEC do extermínio, a essa mentira deslavada para o povo brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Peço que conclua.

O SR. DEPUTADO MAJOR OLIMPIO - Já concluí. Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Concluiu? Obrigado.

Passo a palavra ao próximo inscrito, Delegado Waldir, pelo tempo de 5 minutos.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Obrigado.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Major Olimpio, que fala brilhante, espetacular! O senhor é um guerreiro aqui pelos servidores estaduais de São Paulo, policiais civis, militares. Essa garra sua, realmente, é diferenciada.

Dr. Dyogo e Vilson, obrigado por ficarem até este momento conosco aqui. A única coisa pela qual eu fico triste é que o senhor e o nosso Secretário da Fazenda são goianos e estavam trazendo para o povo brasileiro, para o trabalhador brasileiro, péssimas notícias.

Eu diria ao senhor que o Chanceler Otto von Bismarck tremeu no túmulo. Ele foi quem iniciou toda essa história de previdência. No Brasil, foi o Presidente Artur Bernardes. Eles tremeram no túmulo quando essa reforma chegou aqui.



Eu penso que, hoje, o Presidente Temer tomou uma medida de sensibilidade. Ele ouviu os reclamos desta Comissão, sabiamente. Eu penso que não é tarde ainda.

E eu avisei aqui, Presidente Marun, em outros momentos, que meia dúzia de Parlamentares saíam em defesa do Governo e vão, infelizmente, experimentar as urnas no ano que vem. E aí, o que acontece? O Presidente Michel Temer deu uma bala para a criança. A criança a pegou, sem autorização, e levou um tapa no traseiro. Isso é o que foi feito hoje com os Parlamentares aqui.

Veja, Dr. Dyogo, que hoje o Governo e sua equipe econômica tiveram duas derrotas: esse recuo na questão da Previdência aqui, e, no Senado, a aprovação da abertura da CPI da Previdência Social. O que me chamou muito a atenção — e eu já tinha falado aqui outras vezes — é que havia 10 Parlamentares do PMBD, 2 do PSDB e 2 do DEM. Eu avisei, Marun. Os governistas, os Senadores governistas assinaram a CPI. Então, hoje, o Governo teve duas derrotas fragorosas.

Eu vejo com preocupação a questão da falta do déficit previdenciário. É uma pena que não esteja sendo discutido, não é? Volta lá atrás e quer consertar tudo da noite para o dia! Brasília, como foi construída? Como Itaipu foi construída, Presidente Marun? Como Itaipu e a Ponte Rio-Niterói foram construídas? Tudo foi construído com dinheiro da Previdência!

Em 1988, Ministro, trouxeram 650 mil servidores do Regime CLT para o Regime Especial. Ah, como é que se vai segurar um buraco desses? E aí vão colocar a culpa nos aposentados do BPC, nos deficientes?

Muitos aqui falaram em incentivos, desonerações fiscais, dívidas, corrupção, dívida ativa. Tudo isso são ferramentas. Mas se nós vamos discutir, vamos cobrar de quem acabou com a Previdência em nosso País.

Mas eu queria, antes de finalizar o meu tempo, deixar uma pergunta para o senhor. O senhor entende como derrota da equipe econômica o Presidente Temer ter retirado os servidores estaduais e municipais?

Tenho uma segunda pergunta para o senhor também. É possível tornar facultativa a contribuição para a Previdência Social? Eu penso que não, mas estou fazendo a pergunta, porque tenho recebido muitas perguntas nas minhas redes sociais a esse respeito. Haveria a opção de o trabalhador buscar sua previdência



privada? Contribuição dele e duas do empregador, 20% do empregador. Ele procuraria um regime privado. Fazendo-se um cálculo — eu recebi vários cálculos — , pelo salário mínimo, ele pagaria por mais 20 anos, 30 anos a previdência.

E para finalizar, até fiz esse questionamento nas minhas redes sociais, eu queria perguntar ao Dr. Wilson...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Peço que conclua, Deputado.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Sim. Mais 1 minuto, por favor.

Para concluir, queria deixar uma pergunta para o senhor, uma pergunta direta: quem está mentindo nessa questão do déficit? Quem está fazendo propaganda enganosa, o Governo ou os auditores fiscais?

Basicamente, eu sei do mutualismo, Dr. Dyogo, que existe na questão previdenciária, mas é uma pena que ela seja vista apenas de um lado e não seja visto o lado das pessoas mais carentes.

Obrigado, Sr. Presidente, pela tolerância.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Positivo.

Vou passar a palavra ao próximo inscrito.

Antes, eu gostaria que as Lideranças dos partidos já tomassem providências nesse sentido, pois vou convocar, atendendo a requerimento que me foi apresentado pelo Major Olimpio e por mais 14 Parlamentares que o assinaram, ao final, para amanhã, às 9 horas da manhã, uma sessão administrativa. Então, todos já estão a par da convocação que farei ao final dos trabalhos. Alguns já estão se deslocando para suas casas, então, já podem as assessorias comunicar aos Srs. Deputados.

Passo a palavra ao Deputado Evandro Gussi. *(Pausa.)* Não se encontra.

Passo a palavra ao Deputado José Mentor. *(Pausa.)* Não se encontra.

Passo a palavra ao Deputado Vinicius Carvalho. *(Pausa.)* Não se encontra.

Passo a palavra ao Deputado Mauro Pereira, último Parlamentar a utilizar o seu tempo.

V.Exa. tem 5 minutos, Deputado.



O SR. DEPUTADO MAURO PEREIRA - Sr. Presidente, Deputado Marun, quero cumprimentar o Ministro do Planejamento, Dyogo Henrique de Oliveira, e o Sr. Wilson Antonio Romero, representante do Presidente da ANFIP.

Primeiramente, nós temos que deixar bem claro que estamos aqui para ouvir a sociedade, para ouvir o povo, e para procurar conduzir o trabalho de maneira elegante, respeitosa, não só com os colegas, mas também com a sociedade brasileira.

Eu sou um Deputado que anda pelas ruas em Caxias do Sul olhando nos olhos das pessoas. Para os senhores terem uma ideia, ontem, numa matéria no jornal *Folha de S.Paulo*, eu divulguei o número do meu celular para que o povo brasileiro possa entrar em contato comigo, debater o assunto e sanar dúvidas. Respondi a mais de 130 ligações e a não sei quantos torpedos. Falo isso porque eu faço parte da base do Governo Temer.

Eu quero dizer, Deputado Marun, colegas Deputados, que recebi hoje e ontem e no final de semana, depois de conversar com o comandante da Brigada Militar do Rio Grande do Sul, o Major Marcelo Pinto Specht, que está aqui representando a Associação dos Oficiais da Brigada Militar do Rio Grande do Sul. Sabem o que eles vieram me pedir? Que os Estados sejam retirados da reforma da Previdência — eu já encaminhei esse pedido deles. Caxias do Sul tem um fundo, um regime próprio de previdência dos servidores públicos.

Queiram ou não, nós temos um Presidente que foi Presidente desta Casa por três mandatos. É um homem simples, um homem humilde, um homem respeitador, um homem que não fala alto com ninguém. Tem que falar alto é com o pessoal do PCC, que é bandido. Com eles, tem que gritar. Com pessoa decente, não é preciso falar alto; na verdade, tem que falar com muita calma. E o Presidente Temer é esse homem calmo, tranquilo, respeitador. Eu sempre digo o seguinte: *“Pessoal, tenha calma”*. Peguem as minhas mensagens, está tudo escrito.

Nós temos os Deputados da base que são pessoas decentes e que querem o diálogo, nós temos o Presidente Temer, que é um homem sensato, um homem de diálogo. O Presidente Temer tomou a iniciativa de retirar Estados e Municípios da reforma da Previdência porque isso lhe foi solicitado. Os Estados e os Municípios têm regime próprio.



Eu quero me dirigir ao Ministro do Planejamento, Dr. Dyogo, que é um servidor público concursado. Acompanhei agora os reajustes dos servidores públicos federais, inclusive dos auditores fiscais, que sempre procuro ajudar também. Na época do aumento, Ministro, eu pude ver que o senhor é um rei, um Deus para eles. O senhor precisa ver como é considerado um homem legal na boca desse povo quando eles têm aumento. E hoje ficam chamando de mentiroso, isso podem fazer. Mas o senhor não se esqueça de que não há nada como um dia atrás do outro. Os mesmos que estão hoje falando, criticando, amanhã virão conversar consigo e pedir favor.

Eu quero dizer, e isso que eu vou falar está integralmente gravado, que na Câmara de Caxias de Sul, no dia 3 de março, houve uma audiência pública em que petistas e o pessoal do PCdoB, da CUT e da Rede me vaiaram, me chamaram de golpista. Nós tivemos lá o Sr. Vilson Antonio Romero, que foi palestrar em nome da ANFIP. Está tudo gravado, Marun, e depois, qualquer coisa, nós podemos trazer aqui o material, até porque nós não podemos ficar brincando com o povo brasileiro. O Sr. Romero — está lá gravado — dizia que havia superávit e que esse é um Governo mentiroso. Eu quase apanhei lá aquele dia, por causa das palavras do Sr. Romero.

Parafraseando o que o meu colega Perondi falou, antes de tirar, vamos pegar a gravação da Câmara de Vereadores de Caxias do Sul para ver certinho o que o Sr. Romero falou. Realmente, a impressão que dava era de que ele mora nos Estados Unidos e fez um discurso ali como cidadão americano.

O Brasil infelizmente está quebrado, porque foi mal administrado, porque quem administrou não teve juízo e acabou com o nosso País. E agora nós vamos sim dialogar com o Presidente Michel Temer, e o que tiver de ser mudado na reforma da Previdência vai ser mudado. Isso não quer dizer...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Encaminhe a conclusão, Deputado.

O SR. DEPUTADO MAURO PEREIRA - E isso não quer dizer que o Presidente Michel Temer está se acovardando. Isso se chama homem democrático, homem que respeita a população, homem que respeita este Congresso. E o Presidente Temer respeita e é um homem que quer o melhor para o nosso País.



E quando se encontra uma pessoa que é respeitosa, que debate e que conversa, se diz é alguém frouxo, que está voltando atrás. Isso ocorre porque há pessoas que querem conversar com a baioneta na mão, e não é por aí. Nós temos que pensar no Brasil, agir com tranquilidade, respeitar um ao outro, em especial, o Presidente Temer.

E, por favor, Ministro Dyogo e Sr. Vilson, nós temos que agir com muita seriedade, que é o seu caso, mas pelo que a ANFIP fez ultimamente, eu quase apanhei lá em Caxias do Sul, porque a ANFIP disse que nós somos um Governo de mentira. Porém, a ANFIP faz parte do Governo também.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Concluídas estão as considerações das Sras. e dos Srs. Deputados.

Passo a palavra, para as considerações finais, ao Sr. Vilson, representante da ANFIP, pelo tempo de 10 minutos.

O SR. VILSON ANTONIO ROMERO - Srs. Parlamentares, é uma satisfação poder contribuir aqui com este debate. Eu quero, desde logo, fazer menção a alguns questionamentos que recebi. Mas também quero fazer uma conta. Nós somos pessoas de números. Há pouco o Ministro Dyogo de Oliveira disse que nós tínhamos um rombo de 258 bilhões na Seguridade. Como? Retiraram 80 bilhões dos Estados e Municípios, 35 bilhões dos militares, a questão do rural não está sendo resolvida e sobrou um rombo de 40 bilhões apenas. Isso já reduziu substancialmente o rombo. Então, essa é conta.

Outra questão que se faz muito nesta Comissão é a menção ao salário dos auditores, aos 24 mil reais, ao fato de que a MP 765/16 cria nova forma de remuneração. Dizem que são marajás. Nenhum dos auditores que ingressaram no serviço público a partir de fevereiro de 2013, ao se aposentarem, vão ganhar mais do que 5 mil e 500 reais. Se quiserem algo além do teto do INSS quando se aposentarem, vão ter que contribuir para a previdência complementar, para a FUNPRESP, para a privatização da aposentadoria do servidor. Então, senhores, não há isso.

Obviamente, nós temos que respeitar a cláusula pétrea do direito adquirido e o que as Emendas Constitucionais nºs 20, 41 e 47 garantiram. Isso é o que garante também a aposentadoria dos Srs. Parlamentares. Quem garantiu o direito a partir



dos requisitos dessas emendas vai ter aposentadoria ou pensão efetivamente dentro desses moldes.

Ao mesmo tempo, falam que se granjeou um grande aumento. Que grande aumento é esse para a carreira dos auditores se, em uma inflação de 32%, o Governo deu 10,8% de aumento? Desde logo, quero acompanhar um repúdio que foi feito pela Frente Parlamentar em Defesa da Previdência, assinado pelos Deputados Arnaldo Faria de Sá e Paulo Paim, sobre o tratamento lamentável e quase agressivo que foi dado ao Presidente do Sindicato dos Auditores Fiscais do Trabalho, que teve brandido no ar o contracheque do mês de janeiro, em que recebia férias, adiantamento do 13º salário e o próprio salário, totalizando 45 mil reais. Nós encaminhamos a nossa solidariedade a esse repúdio.

Quanto às propostas em si, nós só dissemos que o sistema da Seguridade Social é superavitário como um todo, porque congrega a Previdência obviamente, como o próprio Governo revela na sua cartilha e no *site* do Ministério da Fazenda.

Para contabilizar as contas da Previdência, devemos considerar não só a contribuição sobre a folha, mas também a COFINS, a Contribuição sobre Lucro Líquido e a receita de prognóstico. Isso não é invenção da ANFIP. Além de estar na Constituição, isso está no *Perguntão*, no *site* do Ministério da Fazenda. É de onde vêm os recursos para o Regime Geral.

Não há desonestidade nenhuma em cumprir a Constituição. Se os Srs. Parlamentares acham que não devemos ter um orçamento da Seguridade, que o desmanchem, que acabem com as contribuições sociais destinadas exclusivamente para a Seguridade e que a coloquem no bolo geral do orçamento fiscal. É uma solução que pode ser feita nessa PEC. Não tem por que termos um orçamento da Seguridade se há desvinculações, se há outras destinações, etc.

Aqui se mencionou também que não resolve tratarmos de sonegações, de imóveis, de dívidas, de renúncias. Isso é um ralo. Todas essas questões são paliativas, mas isso é o ralo para o qual o dinheiro da Previdência está indo. Nós temos que solucionar a desmobilização, que consome 20 milhões ao ano com condomínio e manutenção dos imóveis previdenciários. Isso é dinheiro da aposentadoria, do Benefício de Prestação Continuada — BPC. Com certeza, temos que combater a sonegação, com o aperfeiçoamento do quadro. Temos que



recuperar a dívida com mais ímpeto e, obviamente, resolver a questão das renúncias. Não podemos passar batido por essas questões.

O Deputado Julio Lopes também publicou um *paper* dizendo que a ANFIP considera a Desvinculação de Receitas da União — DRU como receita. Os senhores receberam o material, que está à disposição. Tanto no livro de análise da Seguridade quanto no panfleto que fala da falácia do rombo da Previdência, está dito que não se soma a DRU. De fato, existe uma DRU que retira recursos ou segrega recursos da Seguridade Social, mas, em hipótese alguma, a ANFIP declara isso.

Obviamente, nós temos propostas. Não somos tão alienados de não sabermos que temos problemas no Regime Geral de Previdência ou no Regime Próprio de Previdência — agora não temos mais problemas no Regime Próprio dos Estados e Municípios, porque o Governo está abdicando da possibilidade de reformar isso, o que lamentamos.

O Deputado Julio Lopes também fala que há 30 milhões de brasileiros na informalidade e que nós temos que atraí-los para o mercado formal, para contribuírem para a Previdência. Isso não vai acontecer, se eles tiverem que contribuir por 25 anos ou até os 65 anos. Eles não vão querer voltar para o mercado formal sabendo que terão que contribuir por quase 49 anos, para ter a integralidade de uma média — de uma média — desde quando começaram ou vão começar a contribuir.

Portanto, senhores, o nosso vídeo que viralizou na Internet, com mais de 4 milhões de visualizações, nada mais é do que o cumprimento do que está na Constituição. Lembro que, apesar de ter o orçamento do conjunto das contribuições sociais e da contribuição sobre a folha, que é destinado à saúde, à assistência e à Previdência, o Governo desvincula. Ao desvincular e, de fato, fazer também renúncias, ele está desviando recursos desse sistema, que é o nosso *welfare state* tupiniquim, o nosso Estado do bem-estar social.

Essa é a contribuição que trazemos a esse debate. Esperamos ter contribuído. Vamos continuar dizendo que até 2015 a Seguridade Social é superavitária. Não temos os números de 2016 por quê? Como mostramos aos senhores, no Boletim Estatístico da Previdência há um número; no Relatório



Resumido de Execução Orçamentária do Ministério do Planejamento, há outro; na Receita Federal, há outro.

Portanto, a nossa equipe está debruçada sobre os números. Esperamos que, até o fim das reuniões de audiências públicas, possamos trazer a nossa abordagem da metodologia sobre o orçamento da Seguridade Social, como já dissemos, buscando contribuir com esta Comissão.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Passo a palavra ao Sr. Ministro Dyogo Oliveira, pelo tempo de 10 minutos.

O SR. MINISTRO DYOGO HENRIQUE DE OLIVEIRA - Obrigado, Sr. Presidente.

Começo agradecendo a oportunidade de estar com todos os Parlamentares aqui presentes e de poder trazer à população brasileira esclarecimentos a respeito da Previdência.

O Deputado Molon e outros Deputados mencionaram a questão do requerimento de microdados. Eu queria me comprometer pessoalmente a fazer os esforços necessários para que os dados sejam entregues à Comissão. Se o problema for orçamentário, tomarei as providências para fazer o remanejamento ou o que for preciso para que esses dados sejam disponibilizados à Comissão. Também pediria à ANFIP que fizesse igual esforço e disponibilizasse, o mais brevemente possível, os dados da ANFIP atualizados até 2016, para que a população brasileira pudesse verificar a evolução dos dados.

É este o ponto principal que trago hoje aqui: não é só a questão do ponto em que estamos, o problema é que nós estamos piorando rapidamente. Nós podemos fazer a conta do jeito que quisermos. Podemos discutir várias questões de justiça, de ideologia, de conceitos jurídicos técnicos. Podemos discutir qualquer coisa. A única coisa que não é possível discutir é que, no final do mês, o dinheiro tem que entrar na conta das pessoas que recebem pelo Regime Geral, pelo Regime Próprio, pelo regime da LOAS, pelo BPC, etc. No final do mês, o dinheiro tem que entrar.

Eu mostrei isso aqui, de maneira clara e precisa, sem nenhum “se”. O problema da discussão é que, quando colocamos um “se”, a coisa já vira uma conjectura. Nós trouxemos a esta Comissão dados, números precisos e objetivos.



O fato é que as despesas que nós temos hoje com a Previdência, com o Regime Próprio— se quiserem, podem desagregar o urbano do rural —, com o Regime Próprio Federal e com outras despesas da Seguridade Social superam em 258 bilhões de reais as receitas que entram.

E se nós fizermos a dívida ativa? Nós estamos fazendo a dívida ativa: fazemos cobrança, entramos na Justiça, acionamos a fiscalização. Nós estamos cobrando. Temos agora mais um programa de regularização, para acelerar o processo e fazer com que as pessoas paguem.

E os imóveis? No ano passado, nós colocamos 500 milhões no Orçamento para tirar os imóveis do INSS e passá-los para a União, para nós vendermos. Mas são 3 bilhões! E se nós economizarmos 20 milhões com condomínios, manutenção etc.? Não cabe o “se”. O que nós temos que fazer todo ano é pagar os benefícios.

O que estou dizendo aos Srs. Deputados, de maneira muito objetiva e clara, como muitos aqui trataram de ressaltar, é que não se trata de uma posição de Governo. São vários técnicos de governo, ao longo de vários anos e de vários governos, que têm trazido, com clareza, para a sociedade brasileira a constatação de que o nosso sistema previdenciário não só é desequilibrado e deficitário, mas também está retirando recursos de todas as outras áreas do Governo: da saúde, da educação, da infraestrutura — de todas!

E se nós fizermos a conta do déficit e não considerarmos o pagamento dos regimes próprios, ou seja, os nossos, dos servidores? De onde nós vamos tirar o dinheiro? Nós vamos tirar de onde? Da educação, da tecnologia, da infraestrutura? Qual é a proposta? Muitas outras questões estão sendo debatidas pelo Congresso Nacional. Tenho plena consciência de que o Congresso fará as melhorias que forem convenientes na reforma.

Quero deixar claro o que o Presidente anunciou hoje aqui. O Sr. Vilson fez a pergunta de novo: *“Então, quer dizer que nós podemos tirar o déficit do regime próprio?”* Não, não podemos tirar. Não muda absolutamente nenhum centavo em relação aos 258 bilhões. Eu não estava contando aqui com os regimes dos Estados, porque isso não é um problema do Governo Federal, é um problema dos Governos Estaduais.



Naquele déficit que eu apresentei — 150 bilhões no Regime Geral; 77 bilhões no Regime Próprio; mais o déficit da Seguridade Social —, não estava contabilizado nada de regimes estaduais nem municipais. Então, não muda nada.

O SR. DEPUTADO ALESSANDRO MOLON - Posso fazer só uma pergunta, Sr. Ministro?

O SR. MINISTRO DYOGO HENRIQUE DE OLIVEIRA - Por favor.

O SR. DEPUTADO ALESSANDRO MOLON - É uma pergunta objetiva. Eu observei que, na sua apresentação, de 2015 para 2016, a situação da Previdência urbana sai de um superávit de 5 bilhões para um déficit de 46 bilhões. Portanto, há uma diferença de 51 bilhões ou algo em torno disso, se eu não me confundi com os números. A que o senhor atribui esse desabamento de 2015 para 2016?

O SR. MINISTRO DYOGO HENRIQUE DE OLIVEIRA - Deputado, a despesa do Regime Geral aumenta 50 bilhões por ano. Está aumentando 50 bilhões a cada ano.

O SR. DEPUTADO ALESSANDRO MOLON - Tudo bem. Mas, no ano anterior, de 2014 para 2015, não tinha caído 50 bilhões.

O SR. MINISTRO DYOGO HENRIQUE DE OLIVEIRA - Estamos falando de 2016. O que eu expliquei aqui é que simplesmente a despesa do Regime Geral aumenta 50 bilhões, e nosso investimento total é de 40 bilhões. Então, é evidente e muito claro que a despesa da Previdência está expulsando as demais previdências.

No relatório que nós publicamos sobre a Seguridade Social, Deputado Alessandro Molon, num horizonte de 10 anos, a Previdência comeu, dentro da Seguridade Social, 10% das outras áreas. A Previdência está crescendo inclusive dentro do conjunto da Previdência.

Não é uma questão conjectural o que estou trazendo hoje aqui. Digo isso de uma maneira bastante tranquila, por não estar fazendo isso por nenhuma questão de momento. O que me traz aqui é a convicção de anos de experiência, no sentido de que no Brasil nós precisamos definitivamente apontar um encaminhamento para essa questão, que está prejudicando não este Governo, o Governo anterior ou o próximo Governo, mas está prejudicando, sim, a composição do orçamento público. Ela está prejudicando a definição das prioridades do País.



Se olharmos o nosso orçamento hoje, nós vamos chegar à conclusão de que a prioridade do País é pagar aposentadorias. Hoje a prioridade do Governo Federal — 54% — é pagar aposentadorias.

Se eu perguntar para cada um qual seria a prioridade do País, acredito que ninguém diria que a prioridade do País deve ser pagar aposentadoria. No entanto, essa é a realidade dos fatos: nós estamos gastando mais de 50% do dinheiro do Governo Federal com o pagamento de aposentadorias de servidores, com o Regime Geral e com o BPC.

A reforma precisa ser feita. Eu ouvi aqui muitas manifestações que vão exatamente nesse sentido. O que nós estamos discutindo hoje é o conteúdo dessa reforma. É evidente que o ambiente mais adequado para isso é o Congresso Nacional.

Há uma série de perguntas particulares aqui. Posteriormente, posso tratar disso individualmente com cada Parlamentar. Mas eu queria realmente oferecer a nossa disponibilidade para todos os esclarecimentos de que esta Comissão necessitar, sobre todos os dados e projeções.

Perguntaram aqui quais são os parâmetros que nós usamos nas nossas projeções. É um crescimento de 2,5% do PIB ao ano. Nós fazemos as projeções considerando que o Brasil volte a crescer naquilo que é o potencial do PIB do País, hoje medido por várias metodologias, de 2,5% de crescimento ao ano. Podemos colocar todos os parâmetros. Não há a menor dúvida disso.

Amanhã, inclusive, eu tenho que anunciar um novo corte no Orçamento. Por quê? Porque não vamos cobrir os 140 bilhões de déficit sem um novo corte no Orçamento. No entanto, o da Previdência aumenta 50 bilhões.

Sr. Presidente, concluo agradecendo a oportunidade que me foi dada e a maneira respeitosa e atenciosa como sou sempre tratado aqui nesta Casa. Mais uma vez, nesta reunião de hoje, dessa maneira ocorreu.

Muito obrigado.

Bom trabalho a todos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Agradeço a disponibilidade, a boa vontade e o interesse dos palestrantes.



Foram 7 horas e 30 minutos de reunião. Tivemos a satisfação e a felicidade de termos conosco, durante todo esse tempo, os senhores expositores, que demonstram dessa forma as suas convicções em relação àquelas posições que defendem.

Muito obrigado, Sr. Vilson. Muito obrigado, Sr. Ministro, pelo prestígio que representou a sua participação, no dia de hoje, no trabalho da nossa Comissão. Se o senhor está saindo daqui para cortar o Orçamento, fique leve! Vamos segurar o homem aqui! O que você acha, Deputado Bilac? *(Risos.)*

Vou encerrar a presente reunião, antes convocando para amanhã duas reuniões: às 9h, haverá reunião deliberativa extraordinária, atendendo a requerimento do Deputado Major Olimpio e de outros Deputados; às 14h, haverá audiência pública no Plenário 2.

Boa noite a todos. Até amanhã!